



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Controladoria-Geral da União

Relatório de Gestão 2009

Brasília, março de 2010

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Secretário-Executivo
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Secretário Federal de Controle Interno
Valdir Agapito Teixeira

Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas
Marcelo Stopanovisk Ribeiro

Corregedor-Geral da União
Marcelo Nunes Neves da Rocha

Ouvidora-Geral da União
Antônia Eliana Pinto

Diretor de Gestão Interna
Cláudio Torquato da Silva

Diretor de Sistemas e Informação
José Geraldo Loureiro Rodrigues

Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos
Jaine Mailda Pena Cirqueira

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	8
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	8
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.	10
2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	12
2.3.1. RELAÇÃO DE PROGRAMAS	12
2.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1173 – CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO.	13
2.3.2.1. AÇÃO 2B13 – AÇÕES DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL	13
2.3.2.2. AÇÃO 2D58 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS	17
2.3.2.3. AÇÃO 2B15 - CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL.....	30
2.3.2.4. AÇÃO 4998 – GESTÃO DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS.....	33
2.3.2.5. AÇÃO 2003 - AÇÕES DE INFORMÁTICA.....	35
2.3.2.6. AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	38
2.3.2.7. AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	39
2.3.2.8. OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA 1173.....	41
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	44
2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Programa 1173).....	44
2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Programa 1173)	50
2.4.3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS (Programa 1173).....	55
2.4.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES	57
2.4.5. INDICADORES DE DESEMPENHO	61
3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	85
3.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	85
3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.....	87
3.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	87
3.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	87
4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	89
5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	89
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	90
7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	91
8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	91
9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	91

10. OPERAÇÕES DE FUNDO.....	91
11 A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	92
11 B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	93
12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	98
13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.....	98
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	98
15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	99

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República		Código SIORG: 000026	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União			
Denominação abreviada: CGU			
Código SIORG: 052303	Código LOA: 20125	Código SIAFI: 20125	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-7241	(061) 2020-7242	(061) 2020-7030
Endereço eletrônico: cgu@cgu.gov.br			
Página da Internet: http://www.cgu.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70070-905.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Diretoria de Gestão Interna	Ativa	88721	
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	Ativa	88728	
Controladoria-Regional da União no Estado do Acre	Ativa	1364	
Controladoria-Regional da União no Estado do Alagoas	Ativa	1365	
Controladoria-Regional da União no Estado do Amapá	Ativa	45939	
Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas	Ativa	1366	
Controladoria-Regional da União no Estado da Bahia	Ativa	1367	
Controladoria-Regional da União no Estado do Ceará	Ativa	1368	
Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo	Ativa	1369	
Controladoria-Regional da União no Estado de Goiás	Ativa	1370	
Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão	Ativa	1371	
Controladoria-Regional da União no Estado do Mato Grosso	Ativa	1374	
Controladoria-Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul	Ativa	1373	
Controladoria-Regional da União no Estado de Minas Gerais	Ativa	1372	
Controladoria-Regional da União no Estado do Pará	Ativa	1375	
Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba	Ativa	1376	
Controladoria-Regional da União no Estado do Paraná	Ativa	1378	
Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco	Ativa	1377	
Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí	Ativa	1379	

Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro	Ativa	9848
Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	Ativa	9849
Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul	Ativa	9850
Controladoria-Regional da União no Estado de Rondônia	Ativa	9851
Controladoria-Regional da União no Estado de Roraima	Ativa	45940
Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina	Ativa	9852
Controladoria-Regional da União no Estado de São Paulo	Ativa	9853
Controladoria-Regional da União no Estado de Sergipe	Ativa	9854
Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins	Ativa	45941
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000 – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. • Decreto nº 4.304 de 16 de julho de 2002 - Altera dispositivos do Decreto no 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. • Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências (com a redação dada pela Lei nº 11.204, de 05 de dezembro de 2005). • Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. • Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006 - Aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União e dá outras providências. • Decreto nº 6.656, de 20 de novembro de 2008 - Dá nova redação aos arts. 3º, 7º, 11 e 13 do Anexo I e ao Quadro “a” do Anexo II ao Decreto no 5.683, de 24 de janeiro de 2006. 		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
<ul style="list-style-type: none"> • Portaria nº 570, de 11/05/2007: aprova o Regimento Interno da Controladoria-Geral da União. • Portaria nº 975, de 13/07/2007: disciplina a utilização, a manutenção e o controle dos serviços de telefonia móvel celular. • Portaria nº 1.957, de 31/12/2007: define critérios e procedimentos relativos a aquisição e distribuição de publicações periódicas e oficiais. • Portaria nº 527, de 11/04/2008: dispõe sobre a Política de Capacitação dos servidores em exercício na Controladoria-Geral da União e dá outras providências. • Portaria nº 539, de 15/04/2008: dispõe sobre a concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos na modalidade de saque. • Portaria nº 686, de 16/05/2008: fixa os limites percentuais na modalidade de saque referente a suprimento de fundos. • Portaria nº 1.284, de 26/08/2008: dispõe sobre o ressarcimento de despesas de fornecimento de cópias reprográficas de documentos pela CGU. • Portaria nº 1.946, de 13/11/2008: estabelece normas quanto aos procedimentos de homologação de licenças médicas e emissão de parecer de Junta Médica (está sendo revista em virtude da recente publicação do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal pela SRH/MPOG). • Portaria nº 173, de 21/01/2009: regulamenta a concessão de bolsa de estudo de língua estrangeira aos servidores em exercício no Órgão Central e nas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, no exercício de 2009. 		

- Portaria nº 571, de 18/03/2009: regulamenta a remoção por permuta, a pedido, dos servidores da CGU.
- Portaria nº 795, de 17/04/2009: define as autoridades proponentes das viagens a serviço.
- Portaria nº 1.145, de 16/06/2009: estabelece os critérios de participação dos servidores em exercício na Controladoria- Geral da União em cursos de pós- graduação.
- Portaria nº 1.473, de 29/07/2009: aprova o Regulamento Operacional do Programa de Apoio à Mãe Lactante da CGU.
- Portaria nº 2.087, de 14/10/2009: aprova a 2ª Edição do Manual de Procedimentos de Gestão Documental.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

- Revista da CGU – Controladoria-Geral da União.
- Cartilha “Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento” (SE).
- Cartilhas “Olho Vivo no Dinheiro Público” - Um guia para o cidadão garantir os seus direitos – Controle Social – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – Programas de Desenvolvimento Agrário (SPCI).
- Cartilha “O Vereador e a Fiscalização dos Recursos Públicos Municipais” (SPCI).
- Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão (SPCI).
- Manual “A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção” (SPCI).
- Cartilha da Convenção Interamericana contra Corrupção (SPCI).
- Cartilha da Convenção da OCDE contra suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais (SPCI).
- Cartilha da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados no 2o Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados no 3o Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Gestão de Recursos Federais - Manual para os Agentes Municipais (SPCI).
- Guia “Orientações para Implantação de Unidade de Ouvidoria” (OGU).
- Manual de Processo Administrativo Disciplinar (CRG).
- Apostila com Jurisprudências sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Apostila com Pareceres da AGU sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Legislação sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Manual do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD/CRG).
- Manual de Inspeção Correccional (CRG).
- Guia Rápido de Inspeção (CRG).
- Manual para os Agentes Municipais - “Gestão de Recursos Federais” (SFC).
- Cartilha “Entendimentos do Controle Interno Federal sobre a Gestão dos Recursos das Entidades do Sistema S” (SFC).
- Manual de Auditoria Anual de Contas (SFC).
- Manual de Admissões, Aposentadoria e Pensão Civil (SFC).
- Manual de Tomada de Contas Especiais (SFC).
- Manual do Sorteio (SFC).
- Manuais – Sistema Ativa (SFC).
- Manual do SAEAC - Sistema de Auxílio à Execução das Ações de Controle (SFC).
- Manual do Balanço Geral da União (SFC).
- Manual de Demandas Externas (SFC).
- Manual - Metodologia de Planejamento para o Acompanhamento da Execução de Programas de Governo - (SFC).

- Manual de Elaboração de Procedimentos de Ações de Controle (SFC).
- Manual de Elaboração de Questionários vinculados a Procedimentos (SFC).
- Manual Operacional Sistema MonitorWeb.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
20125	Controladoria-Geral da União
110174	Diretoria de Gestão Interna
110175	Coordenação Geral de Recursos Humanos
110176	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
170940	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
170206	Controladoria-Regional da União no Estado do Acre
170068	Controladoria-Regional da União no Estado do Alagoas
170365	Controladoria-Regional da União no Estado do Amapá
170212	Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas
170084	Controladoria-Regional da União no Estado da Bahia
170044	Controladoria-Regional da União no Estado do Ceará
170105	Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo
170200	Controladoria-Regional da União no Estado de Goiás
170031	Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão
170194	Controladoria-Regional da União no Estado do Mato Grosso
170113	Controladoria-Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul
170099	Controladoria-Regional da União no Estado de Minas Gerais
170023	Controladoria-Regional da União no Estado do Pará
170054	Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba
170165	Controladoria-Regional da União no Estado do Paraná
170063	Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco
170037	Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí
170130	Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro
170049	Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte
170189	Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul
170202	Controladoria-Regional da União no Estado de Rondônia
170366	Controladoria-Regional da União no Estado de Roraima
170174	Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina
170152	Controladoria-Regional da União no Estado de São Paulo
170074	Controladoria-Regional da União no Estado de Sergipe
170364	Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Compete à *Controladoria-Geral da União (CGU)*, instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão, atuando como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição.

A CGU está estruturada em quatro unidades finalísticas, de acordo com sua área de atuação: *Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI)*, *Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)*, *Corregedoria-Geral da União (CRG)* e *Ouvidoria-Geral da União (OGU)*.

Também integra a estrutura da CGU, como órgão colegiado e consultivo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). O Conselho é formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, e tem a finalidade de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento para as atividades de controle dos recursos públicos, de promoção da transparência na gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade

Por meio da SPCI a CGU coordena as ações de prevenção e combate à corrupção no âmbito do Poder Executivo Federal, além de deter competência regimental para atuar no incremento da transparência pública; na produção de informações estratégicas; no fomento ao controle social; entre outras.

A SFC realiza ações de controle com o objetivo de avaliar a execução dos programas de governo e os resultados da gestão dos administradores públicos quanto à eficácia e à eficiência, bem como verificar a economicidade e comprovar a legalidade de suas ações.

A CRG atua no combate à impunidade no âmbito da administração pública federal promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade de servidores públicos; realizando encontros e cursos com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas do exercício do Direito Disciplinar; e fortalecendo as unidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor).

Por intermédio da OGU a Controladoria exerce a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, a orientação da atuação dessas unidades; o exame de manifestações referentes à prestação de serviços públicos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; bem como propõe medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; além de contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos e de promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de ouvidoria

A Controladoria-Geral da União pode ser qualificada como uma típica agência anti-corrupção, visto que privilegia a elaboração de estratégias e políticas para a prevenção e combate sistemático da corrupção assim como se dedica ao controle do dinheiro público federal em todas as suas formas e vertentes de aplicações.

Destaca-se que ações desenvolvidas pela CGU, estão, sempre, assentadas nas diretrizes estabelecidas em seu plano de longo prazo o Plano de Integridade Institucional, Controle dos Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção (PII - 2007/2010), quais sejam:

1ª diretriz	Qualificação do controle interno para o cumprimento pleno de suas funções institucionais
2ª diretriz	Responsabilização administrativa como forma eficaz de combate à impunidade
3ª diretriz	Ênfase em medidas de prevenção da corrupção
4ª diretriz	Articulação Interinstitucional
5ª diretriz	Fomento ao controle social
6ª diretriz	Incremento da transparência pública
7ª diretriz	Articulação internacional
8ª diretriz	Fortalecimento institucional

Como instrumento de planejamento tático é utilizado o Plano de Ações e Metas (PAM), o qual é composto pelas principais ações da CGU, cuja relevância, na avaliação das unidades, justifique o registro e o acompanhamento institucional. O relacionamento das ações do PAM às diretrizes institucionais e aos programas, projetos e ações do PII ressalta a importância da vinculação direta entre o direcionamento da instituição no quadriênio 2007-2010 e suas ações planejadas para 2009/2010.

A seguir evidenciam-se as prioridades e linhas gerais de atuação da Controladoria-Geral da União, adotadas em 2009, cujo detalhamento e respectivos resultados estão consubstanciados em tópicos seguintes deste relatório.

Com relação as ações atinentes à Prevenção e Combate à Corrupção e Produção de Informações Estratégicas, a CGU priorizou os seguintes segmentos no exercício de 2009: (i) promoção da transparência pública; (ii) ações de fomento ao controle social e à cidadania; (iii) fortalecimento da gestão pública; (iv) acompanhamento de acordos e convenções internacionais contra a corrupção; (v) aperfeiçoamento do marco legal; (vi) parceria com o setor privado; e (vii) produção de informações estratégicas para tomada de decisão em ações de combate e prevenção da corrupção.

As funções de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal foram exercidas, em 2009, pela atuação em pelo menos cinco frentes de trabalho distintas: no acompanhamento da execução dos programas de governo, na realização das auditorias anuais de contas, no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, na auditoria de contratos de recursos externos e na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

Em se tratando das ações relacionadas ao Combate à Impunidade, no exercício das atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, o desempenho da CGU, em 2009, teve por foco a intensificação do combate à impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa dos agentes públicos federais ímprobos.

Para o desenvolvimento das atividades de Ouvidoria, em 2009, a CGU concentrou seus esforços no incentivo à participação de todos os Ouvidores Públicos para o fortalecimento da cidadania, procurando cumprir a finalidade de seu propósito, qual seja, de organizar, harmonizar e integrar as ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.

A Controladoria-Geral da União (CGU), em 2009, deu continuidade a estratégia de atuação já adotada no exercício anterior. Suas ações foram orientadas para a contribuição no alcance de uma boa governança pública, promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Privilegiou-se a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público. Além disso, a CGU, quando necessário, procurou aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos.

Tido com um dos maiores desafios enfrentados pela CGU, a intensificação da articulação interinstitucional, que representa atualmente um dos avanços mais marcantes até aqui conquistados, se fez presente em 2009. As instituições responsáveis pela defesa do Estado hoje atuam de forma articulada, reunindo setores de todos os Poderes para enfrentar o problema da corrupção, embora cada um no seu papel. São inúmeras as entidades parceiras da CGU, cujos principais produtos decorrentes dos trabalhos conjuntos realizados em 2009 estão relatados em itens pertinentes deste documento.

No campo da Prevenção e Combate à Corrupção e Produção de Informações Estratégicas, a CGU utilizou-se de estratégias distintas para a promoção de incrementos quantitativos e qualitativos nos resultados alcançados em 2009, a depender das características das ações implementadas. Em linha geral, procurou-se sedimentar e fortalecer as ações já existentes em 2008, entretanto, novas iniciativas foram também planejadas e executadas.

Cabe destacar, no contexto das ações de controle social e cidadania, aquelas relativas ao Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, as quais estiveram focadas na maximização do número de cidadãos atingidos pelo programa, por meio da ampliação da quantidade de eventos realizados em todo o território brasileiro. Tal medida foi possibilitada por meio do incremento da capacidade de gestão das ações executadas pelos Núcleos de Ação de Prevenção (NAPs), existentes nas diversas unidades regionais da CGU, cujo processo passou a incluir contínua apuração de resultados e aferição de metas intermediárias ao longo do ano. Tais núcleos atuaram, também, no programa Fortalecimento da Gestão Pública, resultando em um acréscimo significativo de agentes públicos capacitados em 2009.

Já as ações relativas à produção de informações estratégicas para o combate à corrupção foram fortemente direcionadas para criação e estruturação do Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada para a produção de informações que visam à subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

Frisa-se que grande parte das ações executadas em 2009, nesse contexto, contou com o apoio de instituições parceiras que também atuam na prevenção da corrupção, tanto no setor público, quanto no setor privado. O estabelecimento destas parcerias permitiu a agregação de competências e recursos, bem como a viabilização de articulações políticas, com vistas ao fortalecimento e/ou ampliação da atuação da CGU/SPCI para cumprimento de suas atribuições regimentais e alcance dos objetivos definidos para a ação governamental correspondente. Dentre as instituições parceiras, destaca-se: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC); Embaixada do Reino Unido no Brasil; Universidade de Brasília (UNB); Universidade Católica de Brasília (UCB); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e Instituto Cultural Maurício de Sousa.

No desempenho das funções atinentes ao órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a CGU deu ênfase, em 2009, ao acompanhamento da execução dos Programas de Governo, mediante a ampliação do número de ações governamentais acompanhadas, trazendo, por consequência, o incremento das informações obtidas sobre as metas do Plano Plurianual Anual (PPA) e sobre a gestão dos administradores públicos federais.

As atividades desenvolvidas pela CGU nessa esfera nortearam-se para a ampla interação com os gestores federais, objetivando a colaboração no sentido de orientá-los, preventivamente, para a correção de fragilidades detectadas por intermédio da ação do Controle Interno e, assim, auxiliá-los na identificação e adoção tempestiva de medidas corretivas cabíveis.

Buscou-se, sistematicamente, o aperfeiçoamento da capacidade de identificação dos pontos de maior relevância e criticidade na execução de Programas e Ações de Governo, assim como a permanente sintonia com esses Programas e Ações com vistas a subsidiar os gestores, tempestivamente, com informações estratégicas necessárias ao aperfeiçoamento e atingimento dos objetivos das políticas públicas. Além disso, procurou-se aumentar a percepção dos gestores para o papel da CGU como um facilitador para a melhoria da sua gestão, assim como fortalecer a abordagem dos controles com foco nos objetivos finalísticos.

No que tange à correição, a CGU, no competente exercício das atividades de órgão central do sistema de correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), buscou em 2009 a intensificação do combate à impunidade por meio da adoção das seguintes políticas: i) aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social; ii) melhoria do acompanhamento das ações disciplinares das unidades correicionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal; iii) fortalecimento SisCOR por meio da ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares; iv) modernização do conjunto

normativo disciplinar; v) ampliação do campo de atuação da Corregedoria-Geral da União (CRG).

A respeito das atividades de supervisão do segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal, a CGU atuou em 2009 através da execução de ações centradas em seis grandes eixos: i) divulgação das ações de Ouvidoria envolvendo todo o segmento; ii) coordenação do Segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal visando ampliar, organizar e harmonizar as atividades das 151 unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal de modo a propiciar ampla participação do cidadão; iii) consolidação de dados e fornecimento de informações acerca da produtividade do Segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal; iv) apoio técnico às unidades de Ouvidoria, envolvendo a sensibilização dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no apoio às atividades de ouvidoria nos respectivos órgãos e elaboração de estudos técnicos e treinamento; v) congregação das unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal por meio da realização de eventos diversos de modo a criar ambiente propício à harmonização de procedimentos e integração das ouvidorias; e vi) Cooperação internacional com órgãos similares no mundo, de modo a propiciar reconhecimento mútuo e cooperação em assuntos de interesse comum.

No campo da gestão interna, a Controladoria, em 2009, deu continuidade às ações empreendidas em exercícios anteriores, buscando consolidar os processos de melhoria da infraestrutura logística da Sede CGU, em Brasília (DF), e das Unidades Regionais, bem como otimizar os instrumentos de controle interno, com desdobramentos vinculados à melhoria do controle de processos administrativos e a consequente economia do fluxo de papel na Casa, com repercussão natural na redução do volume arquivado.

Na seara dos recursos humanos, em 2009, a CGU deu continuidade ao concurso público para os cargos de Analista e Técnico de Finanças e Controle, iniciado em 2008, com a realização de três cursos de formação. Priorizou, também, a capacitação profissional dos servidores, dando prosseguimento às políticas de incentivo à participação em cursos de pós-graduação e ao estudo de idiomas estrangeiros. Destaque especial, dentro da política de promoção da saúde e qualidade de vida, a inauguração do berçário da CGU, que consolida no âmbito da Sede/CGU, as ações definidas no Programa de Apoio à Mãe Lactante instituído em 2008.

Com relação as ações de informática, as prioridades e objetivos definidos para o exercício de 2009, estão consolidadas no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da CGU (PETI), o qual abrange o biênio 2009/2010. Das ações previstas e realizadas em 2009, destaca-se a maturação dos processos e políticas de Governança de TI, iniciados em 2008, por meio da criação de indicadores de desempenho, alinhamento da TI aos negócios, melhoria do nível de maturidade (COBIT), definição de processos e funções (ITIL) e controle de atividades e procedimentos.

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. RELAÇÃO DE PROGRAMAS

A CGU tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual um único Programa de Governo, qual seja:

Dados Gerais do Programa 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção

TIPO DE PROGRAMA	Serviços ao Estado – Apoio às Políticas
OBJETIVO GERAL	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.
GERENTE DO PROGRAMA	Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS	Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União (IDIC)
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Governo

Fonte: SIGPlan

2.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1173 – CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO.**2.3.2.1. AÇÃO 2B13 – AÇÕES DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL****Dados gerais da Ação 2B13 - Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Prevenir a corrupção, mediante a aplicação da transparência na gestão pública, o estímulo ao controle social, o fomento ao fortalecimento da gestão de recursos públicos federais e a adoção de normas e procedimentos que ampliem a eficiência da administração pública.
Descrição	Disseminação de informações à sociedade e agentes públicos, mediante a implementação de sistemas, eventos, elaboração e distribuição de manuais voltados ao controle social e à gestão de recursos públicos federais, capacitação de agentes públicos e elaboração de propostas de normas voltadas para o aperfeiçoamento do Estado brasileiro e das medidas de prevenção e combate à corrupção.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Controladoria-Geral da União
Coordenador nacional da ação	Luis Carlos Domingues Pereira
Unidades executoras	Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas e Diretoria de Gestão Interna

As principais ações executadas pela Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), em 2009, com vistas ao alcance da finalidade proposta para a Ação 2B13, e com base nas estratégias de gestão comentadas no item 2.2 deste relatório, estão detalhadas a seguir.

Quando se fala em prevenção da corrupção, a promoção da **transparência pública e o acesso à informação** constituem a principal medida a ser implantada. Nesse cenário, o Portal da Transparência foi lançado, em 2004, como ferramenta para promoção do controle social e

prevenção da corrupção. O Portal permite que todos os cidadãos consultem os dados referentes à execução financeira do governo federal. A publicidade destes dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público. Atualmente, o Portal da Transparência informa sobre a utilização de mais de R\$ 6,2 trilhões em recursos públicos, referentes a 5.626 ações governamentais, consequência de 536 programas oficiais. Só no ano de 2009, o Portal recebeu mais de 1 milhão e setecentas mil visitas.

O esforço que o Brasil vem fazendo para aumentar a transparência pública tem sido reconhecido nacional e internacionalmente. Em 2009, o Portal da Transparência foi o vencedor do VIII Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2009), na categoria e-Serviços Públicos, quinto prêmio nacional recebido desde o seu lançamento.

Para manter-se como uma das principais ferramentas de controle social e combate à corrupção, o Portal é alvo de constantes evoluções, com vistas à melhoria e ampliação das suas funcionalidades. No ano de 2009, foram incluídas novas consultas, enquanto outras foram otimizadas para facilitar o acesso às informações. Dentre as novidades, destaca-se: (i) a disponibilização das informações do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas em formato de consulta, com três opções de navegação; (ii) a adaptação para linguagem cidadã de informações publicadas no portal referentes às funções de governo da Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Esporte, Saúde, Integração Nacional e Encargos Especiais; (iii) a consulta que permite ao cidadão visualizar de forma unificada todos os convênios celebrados com a União; (iv) a inclusão da opção de consulta às receitas do Governo Federal; (v) a disponibilização de consulta aos nomes e cargos/funções dos servidores públicos em exercício no Governo Federal; (vi) e o fornecimento de dados para os portais da transparência dos estados e municípios, permitindo que os entes federativos apresentem as receitas oriundas do governo federal em seus próprios portais.

Além do Portal da Transparência, a SPCI é responsável pela definição das funcionalidades a serem disponibilizadas no sistema das Páginas de Transparência Pública, instituídas em 2006, bem como acompanha, também, a sua implementação por parte dos órgãos e entidades do Governo Federal, com vistas a dar cumprimento das disposições do Decreto nº 5.482, de 30 de Junho de 2005 e da Portaria Interministerial nº 140, de 16 de Março de 2006. Atualmente, 396 órgãos e entidades do Governo Federal já disponibilizam as Páginas de Transparência em seus sites na Internet.

No que tange **Ações de Fomento ao Controle Social e à Cidadania**, visando à ampliação da participação da sociedade civil na gestão pública, a CGU criou, em 2004, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, objetivando sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos acerca da importância do controle social. Desde a sua concepção, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público já beneficiou 1.353 municípios brasileiros, capacitando mais de 30 mil cidadãos. Em 2009, mais de 7 mil cidadãos foram capacitados pelo programa, distribuídos em 342 municípios.

Com o objetivo de apresentar as práticas de sucesso da participação social e de debater os limites e possibilidade do exercício do controle social, a SPCI realizou, em setembro de 2009, o I Seminário Nacional de Controle Social, com a participação de 600 pessoas de todo o país. A SPCI também desenvolveu em 2009 ações para promover a ética e a consciência cidadã junto ao

público infanto-juvenil, por meio do 3º Concurso de Desenho e Redação (com o tema “Como posso contribuir para uma sociedade melhor?”), do Dia da Criança Cidadã – realizado em Brasília – e do Projeto em parceria com o Instituto Cultural Mauricio de Sousa, denominado “Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania”, que envolveram mais de 180 mil alunos e 6 mil professores.

Ainda na linha das ações voltadas para o público infantil, foi iniciada em 2009 a reformulação do site “Criança Cidadã – Portalzinho da CGU”. Com essa iniciativa pretende-se tornar o site mais atrativo e com impacto maior entre às crianças.

O Programa de **Fortalecimento da Gestão Pública**, instituído em 2006, objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros. No âmbito do Programa, somente em 2009, foram desenvolvidas 40 ações de capacitação por intermédio dos sorteios públicos, contemplando 342 municípios e 3.711 agentes públicos. Por esta ação, 576 municípios já foram atendidos, com capacitações realizadas para mais de 6 mil servidores públicos. No primeiro semestre desse mesmo ano a SPCI também realizou ações de orientações aos novos gestores municipais em Brasília e em mais quatro Estados, objetivando instruir as equipes que assumiriam a nova gestão municipal quanto às iniciativas de promoção da integridade pública.

Quanto se trata do **Acompanhamento das Convenções Internacionais contra a Corrupção**, a SPCI é o órgão responsável pelo acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas nos três tratados internacionais que o país ratificou na área de prevenção da corrupção: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). A sua atuação nessa área prevê, entre outras ações, a divulgação dos termos dessas convenções, a articulação interna para viabilizar a aderência do país às recomendações internacionais, bem como, o acompanhamento da evolução da sociedade internacional no tratamento do fenômeno da corrupção visando à mútua cooperação e integração. Em 2009, o Brasil assumiu a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (MESICIC), que visa à promoção da implementação da Convenção, acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos estados partes. Nesse período, destaca-se ainda a participação pró-ativa do Brasil na definição e aprovação do mecanismo de avaliação dos países signatários quanto à implementação das medidas previstas na Convenção da ONU.

Na questão do **aperfeiçoamento do marco legal e normativo**, ressalta-se a finalização do anteprojeto de lei sobre o Acesso à Informação, gerado a partir de debates na esfera do Conselho de Transparência. O documento foi enviado ao Congresso Nacional no dia 13 de maio de 2009, tramitando sob o nº PL 5228/2009. Este projeto inova, entre outras disposições, ao estabelecer a obrigatoriedade, por parte dos órgãos e entidades de todos os entes e esferas governamentais, de promover a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas. Além deste, o anteprojeto de lei sobre Responsabilidade Civil e Administrativa de Pessoa Jurídica está em fase final de elaboração no Executivo, devendo ser encaminhado ao Legislativo em 2010.

A corrupção é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico e social em todo o mundo. Considerando que este fenômeno distorce a lógica da concorrência justa e leal e minimiza o crescimento de mercados, o setor privado, juntamente ao governo e à sociedade civil, é parte fundamental para a efetividade das políticas anticorrupção. Ciente desta realidade, a SPCI vem trabalhando em **parceria com o setor privado** com o propósito de reforçar a importância do papel das empresas na promoção de um ambiente de integridade e no combate à corrupção.

No ano de 2009 a CGU lançou, em parceria com Grupo de Trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade e contra Corrupção, do Instituto Ethos, o Manual “A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção”, que apresenta um guia para orientar as empresas a construir um ambiente íntegro e de combate à corrupção. Desde seu lançamento, em junho de 2009, foram distribuídas mais de 11.000 cópias da publicação a empresas e demais entidades empresariais.

Adicionalmente, em 2009 foi assinada uma Carta-Acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social com o objetivo de promover práticas e referências de integridade e combate à corrupção junto ao setor privado brasileiro. Dentre as ações previstas estão: (i) a realização de dez oficinas de diálogo sobre práticas empresariais anticorrupção; (ii) o desenvolvimento de manual e curso de capacitação à distância para pequenas e médias empresas; (iii) a produção do Relatório do Sistema Nacional de Integridade - Brasil/2010. Em 2009 já foram promovidas cinco oficinas sobre práticas empresariais anticorrupção nos estados do ES, BA, MG, PR e RJ.

No campo da Produção de Informações Estratégicas, instituiu-se, em dezembro de 2008, o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos. As análises conduzidas no ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Dentre os trabalhos desenvolvidos, destaca-se as análises de: (i) gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal; (ii) base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal; (iii) contratos de terceirizações do Governo Federal; (iv) e beneficiários do Programa Bolsa Família.

O Observatório da Despesa Pública recebeu, em 2009, o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, na categoria de Melhor Projeto de Informática Pública, considerado o principal prêmio da informática pública no país. O ODP recebeu ainda o Prêmio TI & Governo 2009.

Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, foram produzidas, em 2009, informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.300 pessoas físicas e jurídicas, com vistas à subsidiar a realização de investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela CGU.

Ainda, no que se refere a **ações de Prevenção da Corrupção**, foi criada, em 2009, a Escola Virtual da CGU, como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção por meio de mecanismos e técnicas de Educação à Distância (EaD). A

escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: educação para a cidadania e fortalecimento da gestão pública. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU, e todas as ações de EaD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11.000 participantes.

A SPCI também realiza, em parceria com Instituições de Ensino Superior, a ação Promoção de Debates Acadêmicos, cujo objetivo é despertar e fortalecer o interesse por essa temática no ambiente universitário, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas, bem como conscientizar alunos e professores sobre o seu papel, como cidadãos e acadêmicos, no controle da corrupção. Em 2009, 30 Instituições de Ensino Superior foram envolvidas na implementação da ação e aproximadamente 4.200 alunos universitários participaram das atividades.

Em 2009 a SPCI também promoveu, em Brasília e em todas as capitais do país, ações e eventos para celebração do Dia Internacional Contra a Corrupção. O evento em Brasília, conduzido pelo ministro chefe da CGU, contou com a presença do presidente da República, dos presidentes do STF e do TCU, diversos ministros de Estado e mais de 500 pessoas. Nas demais cidades, os eventos solenes contaram com a presença de mais de 3 mil pessoas e as ações sócio- culturais mobilizaram cerca de 39 mil pessoas.

2.3.2.2. AÇÃO 2D58 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

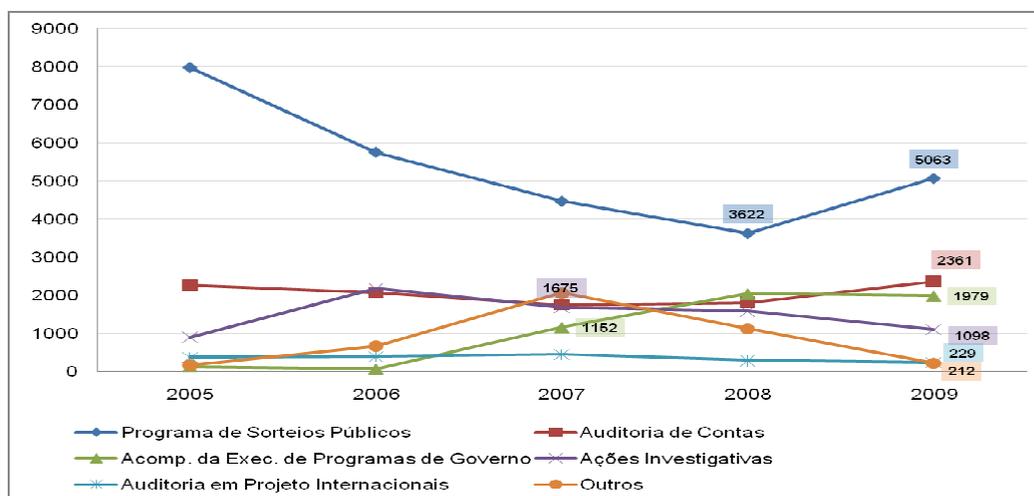
Dados gerais da Ação 2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal; avaliar a execução dos programas de governo federais verificando a aplicação de recursos públicos federais por estados, municípios e entidades privadas em cumprimento ao disposto no inciso II, do artigo 74, da Constituição Federal.
Descrição	Acompanhamento da execução dos programas e das ações governamentais, realização de ações de controle em áreas geográficas estaduais e municipais brasileiras, mediante sorteio público, criação de mecanismos ágeis e eficientes de investigação e apuração mediante trabalho conjunto com a Advocacia-Geral da União - AGU, com o Tribunal de Contas da União - TCU e com o Ministério Público Federal - MPU e certificação anual de contas e avaliação da gestão dos administradores de recursos públicos federais das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Controladoria-Geral da União
Coordenador nacional da ação	Ronald da Silva Balbe
Unidades executoras	Secretaria Federal de Controle Interno e Diretoria de Gestão Interna.

Em 2009, a CGU, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e das Controladorias localizadas nos diversos Estados Brasileiros, realizou 10.942 ações de controle para subsidiar a avaliação dos principais Programas de Governo. Considerando a prioridade dada ao Programa de Aceleração do Crescimento, 879 das ações de controle realizadas no exercício estão relacionadas a obras do PAC. A figura a seguir apresenta a evolução das ações de controle

concluídas ao longo dos últimos cinco anos, distribuídas nas principais linhas de atuação da SFC, cujos resultados mais relevantes estão relatados a seguir.

Ações de Controle realizadas – 2005 a 2009



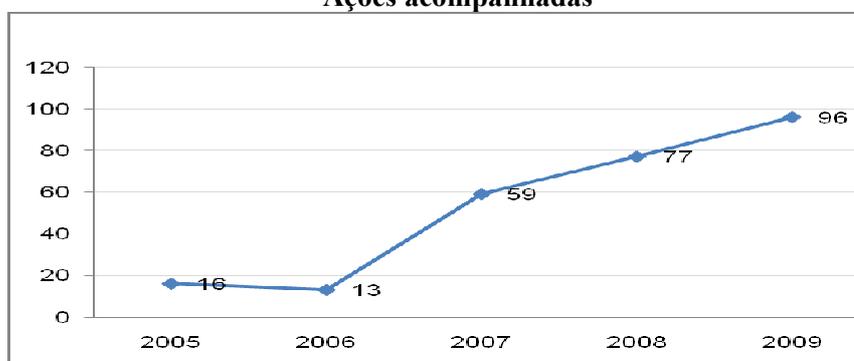
Fonte: Sistema Ativa, em 27.01.2010

Em relação às ações de controle executadas por ocasião do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, cabe registrar que a variação no quantitativo de ações de controle ao longo dos exercícios está relacionada, principalmente, ao número de eventos de fiscalização (Sorteio) realizados nos respectivos exercícios.

O Acompanhamento da Execução dos Programas de Governo consiste na realização de ações de controle com o objetivo de avaliar a implementação dos Programas de Governo e dos Orçamentos da União, fornecendo subsídio aos gestores para a avaliação da execução e, por consequência, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, dos principais Programas de Governo por eles implementados.

Em 2009 foram concluídas 1983 ações de controle, distribuídas em 96 programas de governo. A figura a seguir apresenta a evolução do número de ações acompanhadas nesta linha de atuação ao longo dos últimos exercícios.

Ações acompanhadas



Fonte: Sistema Ativa em 28 de janeiro de 2010

Em 2009, a SFC deu continuidade ao **Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos**, que se encontra na 30ª edição, com 1.751 municípios fiscalizados, correspondendo a 31,47% do total de municípios brasileiros, e englobando recursos públicos federais da ordem de aproximadamente R\$ 13 bilhões. No exercício de 2009, foi realizado o 2º Sorteio Especial que fiscalizou 60 municípios beneficiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), envolvendo recursos no montante de R\$ 306 milhões.

Os relatórios contendo os resultados dos sorteios são encaminhados aos Ministérios gestores das políticas públicas, possibilitando a adoção de providências para a correção de desvios verificados e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias, além de subsidiar a avaliação dos programas de governo.

O Programa do Sorteio, instituído em 2003, deu origem a diversas frentes de trabalho no âmbito da CGU. Mediante maior divulgação dos trabalhos, foi possível estimular o controle social sobre os recursos públicos. A partir das fiscalizações a Controladoria desenvolveu ações de capacitação tanto dos organismos de controle social quanto dos próprios gestores municipais envolvidos com a gestão de recursos públicos transferidos pelo Governo Federal. Cabe ainda anotar que, em decorrência da maior visibilidade da atuação da CGU, outros órgãos de defesa do Estado perceberam a necessidade de ações integradas visando à prevenção e ao combate da corrupção.

As atividades da SFC, no campo das **ações investigativas**, situam-se dentro de um objetivo amplo de prevenção e enfrentamento sistemático da corrupção e constituem-se em trabalhos especiais, que buscam levantar as evidências quanto aos fatos, identificar responsáveis e obter material de prova adequado aos desdobramentos policiais e judiciais das investigações. No desenvolvimento das ações, foram gerados processos e procedimentos especiais e instrumentais próprios voltados à busca e troca de informações com outros órgãos, criando condições para a realização de trabalhos com enfoque ainda mais forte no efetivo combate à corrupção. Atualmente, para se atingir esse objetivo, busca-se a detecção antecipada de potenciais problemas e para a advertência, de caráter preventivo, aos gestores.

Desse modo, a Secretaria Federal de Controle Interno, em todas as suas atividades, ao identificar eventuais irregularidades e práticas ilícitas, conforme sua natureza e gravidade, adota as providências de sua competência e as encaminha para providências no âmbito dos órgãos federais responsáveis pela gestão dos recursos e de outros órgãos de defesa do Estado, dos quais podem ser destacados o Departamento de Polícia Federal, vinculado ao Ministério da Justiça, e o Ministério Público Federal.

Durante o exercício de 2009, a SFC analisou um total de 3.679 denúncias e representações. Desse número, 2.633 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Também nesse ano, foram concluídas 826 fiscalizações, realizadas em 269 Municípios. Os resultados, sempre que pertinente, são incorporados aos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades. Do mesmo modo, são enviados também à Polícia Federal e ao Ministério Público os casos mais graves para a adoção de providências sob responsabilidade desses órgãos.

Em 2009, a SFC desenvolveu importantes trabalhos decorrentes da articulação com outros órgãos de defesa do Estado, especialmente o Departamento de Polícia Federal, dos quais podem ser realçados:

Operação Fumaça – Teve início a partir de solicitação do Ministério Público Federal para fiscalização de obras de saneamento com recursos oriundos do Ministério da Saúde. A partir das verificações *in loco*, a SFC constatou, entre outras falhas: fraudes em licitações, superfaturamento em obras, pagamentos por serviços não executados, conluio entre empresas participantes de licitações. As investigações envolvendo os municípios de Caucaia, Iguatu, Brejo Santo, Nova Russas, Reriutaba e Morrinhos, indicam o prejuízo potencial aos cofres públicos pode chegar a R\$ 25,9 milhões, de um total de recursos de 86,6 milhões.

Operação Orthoptera – Iniciada a partir do monitoramento sobre as movimentações financeiras da conta do FEB/FUNDEB no município de Alcântara. A fraude consistia na omissão e/ou alteração de valores sacados da conta do Fundo.

Operação Transparência – Realizada para desarticular uma organização criminosa especializada em burlar a competitividade das licitações no ramo da construção civil, que tinha como foco obter recursos provenientes de convênios federais firmados com o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/PB). A investigação envolveu os municípios de Caaporã, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Diamante e Casserengue.

Operação Gárgula – Trabalhos desenvolvidos pela SFC em conjunto com a Polícia Federal permitiu identificar desvio de recursos públicos federais no município de Eusébio/CE, oriundos de convênios e contratos de repasse firmados com os Ministérios das Cidades, Saúde e Educação. A investigação detectou fraudes em licitações, obras inacabadas, serviços pagos e não executados, sobrepreço e superfaturamento, envolvendo um prejuízo estimado de R\$ 6 milhões, de um total fiscalizado de R\$ 15 milhões.

Operação Covil – Constatadas diversas irregularidades em transferências realizadas pela FUNASA/TO, tais como: participação de engenheiro da FUNASA/TO como responsável técnico em obras de saneamento básico e rede de esgoto realizadas com recursos repassados pela Fundação; aprovação técnica (pela FUNASA) de serviços não executados e pagos; emissão de pareceres técnicos com citação de engenheiros de empreiteiras ou fiscais de prefeituras que não participaram da execução das obras; falsificação da assinatura de engenheiro no contrato de trabalho com a empresa; projeto diferente do previsto no convênio; irregularidades no procedimento licitatório; pagamento por serviços não realizados e com sobrepreço; cobrança indevida de CPMF.

Operação Rapina III – Desarticulação de esquemas de desvio de recursos públicos por meio de fraudes em licitações em empresas e escritórios de contabilidade.

Operação Rapina IV – Desdobramento das Operações Rapina I, II e III que desarticularam esquemas de desvio de recursos públicos por meio de fraudes em licitações em empresas e

escritórios de contabilidade nos municípios maranhenses de Imperatriz, São Luís, Governador Edson Lobão, Montes Altos e São Pedro de Água Branca.

Operação Luxo – Realizada com apoio da SFC e da Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará com o objetivo de combater crimes de contrabando/descaminho, fraude em processos licitatórios para construção de navios para a Marinha Brasileira e para prestação de serviços à Petrobras, sonegação fiscal e evasão de divisas, envolvendo empresas nos Estados do Ceará e Rio de Janeiro.

Operação Alto da Serra – Trabalho conjunto com o Departamento de Polícia Federal em cumprimento a Mandado de Busca e Apreensão na Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, visando desarticular esquema de simulação de processos licitatórios na aplicação de recursos públicos federais relativamente à merenda escolar e farmácia básica, bem como o pagamento de salários a médicos sem que estes ofereçam de fato atendimento à população.

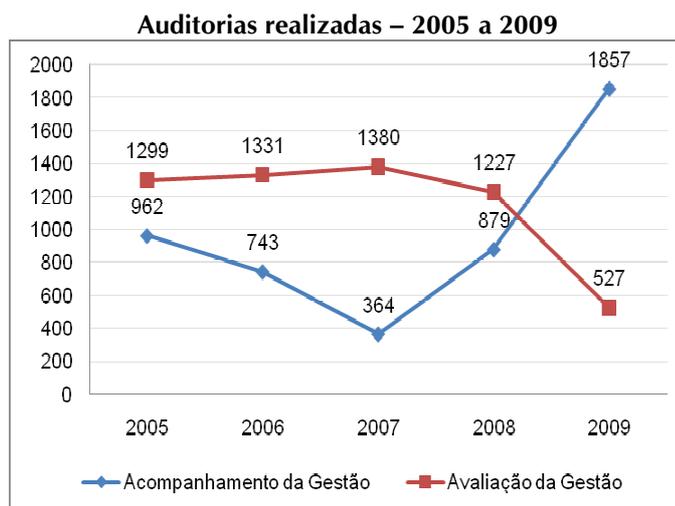
Operação Jaleco Branco – Operação conjunta com o Ministério Público Federal e Departamento de Polícia Federal, realizada no Estado da Bahia, com apuração de esquema envolvendo servidores do INSS que, mediante o recebimento de propinas, alteravam o sistema informatizado para inserir, alterar ou excluir dados que permitiam a emissão das CND, apesar dos débitos existentes.

Operação Owari – Participação em análise de material apreendido, em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, visando desarticular organização criminosa em crimes de formação de quadrilha, exercício ilegal de atividade financeira, agiotagem, contra a ordem econômica e o sistema financeiro, fraude à licitação e corrupção, nos municípios de Dourados, Campo Grande, Naviraí e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, além de Guairá e Umuarama, no Paraná. A organização criminosa era composta por agentes políticos, servidores públicos, empresários e profissionais liberais, com vistas à obtenção de benefícios juntos a prefeituras municipais, relativos à execução de serviços públicos, especialmente a exploração da atividade funerária.

No desempenho de suas competências constitucionais, a SFC realizou nos últimos cinco anos 5.764 **auditorias ordinárias sobre tomadas e prestações de contas anuais**, sendo 516 em 2009. A partir do exercício de 2007, medidas para melhoria do processo de trabalho relacionado às Auditorias Anuais de Contas, vem sendo adotadas, buscando notadamente maior interação com o gestor federal com vistas a aprimorar o processo de prestação de contas e responsabilização dos gestores (*accountability*) orientando para as informações e abordagens mais relevantes a serem evidenciadas nesse processo. A mudança de atitude do controle tem se refletido em alertas aos gestores sobre eventuais problemas que precisam ser resolvidos ao longo do exercício, sugestões de melhoria durante a elaboração do relatório de gestão ou ainda mediante os procedimentos adotados no decorrer da auditoria.

No exercício de 2009 foram implementadas ações no tocante à redefinição das unidades que receberam auditorias nos processos de contas. Tal medida teve início em 2008, quando a CGU

apresentou ao Tribunal de Contas da União sugestões para a redução da quantidade de unidades a serem auditadas, propiciando o aprofundamento dos trabalhos realizados. Cabe ressaltar que todos os gestores prestaram contas e os respectivos relatórios estão publicados na internet e o monitoramento conduzido pelo Controle Interno, ao longo de todo o exercício, permanece sendo realizado em todas as unidades. Destaca-se, também, a realização de mudanças no parecer de auditoria, com o objetivo de sintetizar, de forma qualitativa, uma opinião sobre a gestão com foco em seu aprimoramento.



Fonte: Sistema Ativa, em 27.01.2010

O Quadro a seguir destaca alguns dos principais resultados alcançados por recomendações advindas das ações de controle da CGU, executadas nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, ou provenientes de trabalhos conjuntos com os gestores:

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE POR MINISTÉRIO

Ministério da Previdência Social

- recuperação de valores por pagamentos indevidos de benefícios no importe de R\$ 286 milhões, entre parcelamentos, consignações em folha e recolhimentos por GPS;
- criação de uma unidade de controle interno administrativo/operacional, voltada para o monitoramento (por estratégias de acompanhamento e supervisão) das situações apontadas pela Auditoria Interna, pela CGU e pelo TCU;
- melhoria dos sistemas relacionados ao processo de gestão da informação previdenciária; e
- edição de normativos internos para otimização da atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade.

Ministério do Trabalho e Emprego

- auxílio ao gestor no aprimoramento da sistemática de cruzamento dos dados do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, visando a coibir o pagamento desse benefício a pessoas com vínculos empregatícios;
- adoção pelo gestor de providências para regularizar despesas indevidas, por meio de medidas administrativas e instauração de quatro tomadas de contas especial, com potencial retorno de cerca de R\$ 21 milhões;
- modernização do sistema SIGAE via WEB, responsável pelo acompanhamento das ações de qualificação social, intermediação de mão-de-obra e habilitação do seguro-desemprego, o que permitirá o acesso ao sistema pela internet; e
- atuação junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para corrigir a remuneração dos recursos repassados ao BNDES para aplicação junto a instituições financeiras, que possibilitará correção de procedimentos e ressarcimento potencial de mais de R\$ 10 milhões ao fundo. Por meio do Acórdão n.º 3.054/2009 – Plenário, o TCU ratificou o posicionamento da CGU quanto às diferenças pagas pelo BNDES aos recursos repassados aos bancos privados.

Ministério de Minas e Energia

- celebração de convênio pela ANP com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de obter informações mais precisas sobre operações de venda de óleo e gás;
- aperfeiçoamento dos procedimentos internos de verificação de Notas Fiscais;
- revisão dos procedimentos computacionais para verificação dos preços de referência de óleo e gás;
- criação procedimentos para fiscalização de instalações de embarque e desembarque; e
- promoção de levantamento das concessionárias com concessões localizadas na plataforma continental com vistas a incluir ou excluir municípios beneficiários de royalties.

Ministério da Ciência e Tecnologia

- aperfeiçoamento no modo de seleção pelo gestor das empresas de grande, médio e pequeno porte; aperfeiçoamento de procedimentos e metodologias no acompanhamento e verificação da execução dos recursos transferidos, em especial em Termos de Contratos e modelos de documentos de prestações de contas; e elaboração dos normativos internos e manuais, em busca de transparência na forma da execução dos recursos;
- identificação de pontos para aperfeiçoamento, relativos a indicadores ou implementação de parâmetros para orientação e avaliação da execução das ações, o que contribui para medidas adotadas pela SECIS visando a fortalecer sua capacidade técnica e institucional, assim como a correção de falhas dos controles internos administrativos e aprimoramento nas atividades de acompanhamento da execução dos contratos de repasse e controle dos prazos para emissão de parecer técnico das prestações de contas;
- aprimoramento referente à supervisão ministerial nos Contratos de Gestão firmados com entidades qualificadas como Organizações Sociais nos termos da Lei nº 9.637/98, envolvendo recursos no montante de R\$ 150 milhões; e
- implementação do plano de fiscalização para acompanhamento e validação das informações apresentadas pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais e instituições de ensino e pesquisa em seus nos Relatórios Demonstrativos – RD anuais, buscando dar transparência ao processo.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

- instituição e alteração de rotinas e fluxos operacionais e realização de verificações em assentamentos, objetivando a validação de dados cadastrais e a identificação das causas que ensejaram inconsistências sobre a seleção e a homologação dos beneficiários da Reforma Agrária;
- reformulação das rotinas e procedimentos para a seleção, cadastramento e homologação de novos beneficiários do Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais;
- mediação e acompanhamento de trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a efetiva colaboração do Ministério Público Federal (MPF/MT) e a participação da Casa Civil, em busca de alternativa para regularização ambiental e fundiária de mais de 500 assentamentos no Estado do Mato Grosso, os quais se encontram em situação de irregularidade por não possuírem licença ambiental. Tais medidas proporcionarão o acesso de aproximadamente 44.117 famílias aos benefícios oriundos dos programas e das ações de Reforma Agrária; e
- participação nos trabalhos relativos ao cruzamento de dados dos sistemas corporativos do governo federal, realizado pelo IBAMA, o qual propiciará o aprimoramento dos controles do INCRA sobre a execução das ações voltadas a Projetos de Assentamentos na Região Amazônica, no Estado do Pará, evitando-se, primordialmente, o desmatamento da floresta amazônica nos projetos de assentamento, sobreposição de assentamentos a reservas florestais.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- adoção de medidas corretivas para os problemas identificados no processo de planejamento, contratação e execução de obras de recuperação de estradas vicinais para aprimoramentos dos processos administrativos de gestão, os quais compreenderam, em síntese, orientações aos convenientes para rever planos de trabalho, com vistas a evitar fragilidades na execução e fiscalização dos ajustes.

Ministério das Comunicações

- instituição de mecanismos de gerenciamento remoto do acesso à internet e incremento dos esforços nas ações de fiscalização *in loco* como medidas saneadoras para os problemas identificados, como ausência de indicadores ou parâmetros para a suficiente orientação e avaliação da execução da ação, assim como a não implementação dos instrumentos de controle previstos para sua gestão;
- orientação à ANATEL para formalizar processos metodológicos de parametrização dos valores de penalidades, com vistas a propiciar transparência e isonomia aos processos de sanção;
- revisão dos atos normativos e fluxos operacionais de contratação de serviços de terceiros na ANATEL..

Ministério do Turismo,

- revisão e edição, pelo gestor, de nova regulamentação para transferências de recursos para a realização de eventos turísticos no país, oportunidade em que foram incorporadas regras e critérios objetivos e restritivos para a formalização dos ajustes, de transparência e controle da execução e prestação de contas dos recursos recebidos pelos convenientes.

Ministério do Esporte

- reformulação, pelo gestor, da regulamentação que orienta a seleção dos parceiros, o acompanhamento da execução dos instrumentos contratuais e a análise dos pleitos apresentados, visando à comprovação da capacidade técnica, financeira e operacional das entidades proponentes.

Ministério da Educação

- encaminhamento de propostas de normativos com vistas à reconfiguração do relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior e as fundações de apoio além de outras medidas para cumprimento de acórdão do TCU.

Ministério da Saúde

- instituição do Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família – ESF; e
- suspensão de transferências fundo a fundo referentes a Equipes do Programa Saúde da Família - PSF em situação irregular (existência de multiplicidade de vínculos dos profissionais médicos do PSF).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- reforço na estratégia de implementação de nova versão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- aperfeiçoamento nos mecanismos de monitoramento/controle utilizados pelo Ministério para a concessão dos Benefícios do Bolsa Família; e
- elaboração de medida provisória, convertida na Lei nº 12.058/2009 que criou o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD), cuja execução financeira em 2009 atingiu mais de R\$ 230 milhões.

Ministério da Justiça

- readequação do contrato firmado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a ECT, no valor anual de R\$ 12,5 milhões, para postagens e entrega de 2,7 milhões de notificações, o que permitiu de imediato o retorno da execução do contrato que, anteriormente, tinha sido rescindido unilateralmente pela ECT.

Ministério dos Transportes

- contratação pela ANTT de empresa especializada para realização de Pesquisa de Satisfação de Usuários de Serviços de Transporte Terrestre, em âmbito nacional;
- aprimoramento, na ANTT, do processo de aplicação de multas, aferição de metas, controles tarifários ferroviários e celebração de Termos de Ajustamento de Conduta; elaboração de estudos para definição da tarifa de transporte de carga ferroviária ;
- aprovação, pela ANTT, de um Plano de Gestão e Fiscalização dos Contratos de Concessão Rodoviária para o ano de 2010/2011, no qual constam os manuais e procedimentos de fiscalização para adequação dos investimentos do PTI; e
- aprimoramento dos mecanismos de controles internos administrativos do DNIT, adotando práticas mais aderentes às sugestões e recomendações da CGU, como a publicação de normativo da Diretoria Colegiada, aprovando critérios e cronograma a serem utilizados para a elaboração da Proposta Orçamentária daquele departamento;
- formulação de proposta pelo Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM) para sua reestruturação, submetendo às instâncias competentes do Ministério dos Transportes alternativas quanto à arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); e
- elaboração do Manual de Normas e Procedimentos para Visita Técnica de Obras, o qual orientará e padronizará as futuras fiscalizações executadas pelo DEFMM.

Ministério das Cidades

- suspensão da execução de contrato de prestação de serviços de organização de eventos no qual foram identificadas irregularidades no procedimento licitatório, ocorrência de sobrepreço e o fornecimento de serviços não previstos no termo de referência, acarretando, apenas na amostra analisada, prejuízo de aproximadamente R\$ 300.000,00. A suspensão do contrato teve impacto também em outros ministérios, uma vez que, por se tratar da modalidade de registro de preços, sua abrangência havia se estendido a diversos órgãos federais;
- gestões junto à AGU que culminaram na padronização de entendimentos firmados por aquela Instituição quanto à responsabilidade do gestor federal na transferência de recursos por meio de contratos de repasse, bem como sobre a necessidade de detalhamento do BDI e análises de custos de obras.

<p>Ministério da Integração Nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> – edição pela Secretaria de Defesa Civil de portaria regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, assim como realização de ajustes no processo de distribuição de materiais que visam a atender populações atingidas; – ajustes tempestivos, em obras atinentes ao Plano de Aceleração do Crescimento, seja em serviços de engenharia e/ou aperfeiçoamento dos controles gerenciais exercidos sobre o empreendimento, antecipando soluções, inclusive no que se refere à exigência de atuação mais efetiva das empresas contratadas, para gerenciamento e supervisão das obras.
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior</p> <ul style="list-style-type: none"> – inclusão, pelo BNDES, de exame do projeto básico de engenharia na fase de análise das operações de financiamento vinculadas ao Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto e a celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal para obtenção de acesso ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), com o objetivo de subsidiar a avaliação de custos das propostas e de buscar um maior detalhamento em itens do Relatório de Análise.
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> – encaminhamento para a avaliação da consultoria jurídica daquela Pasta, de minutas elaboradas pela Secretaria de Patrimônio da União que tratam dos procedimentos de cadastramento e fiscalização a serem adotados no âmbito da SPU.
<p>Ministério da Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> – diversos aprimoramentos normativos no âmbito da ação Fomento a Projetos da Cultura Afro-brasileira, implementada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), tais como: – edição de Portaria que disciplina, em termos percentuais, a contrapartida a ser exigida das entidades privadas sem fins lucrativos a serem apoiadas com recursos provenientes de transferência voluntária; fixa os critérios de seleção dos projetos a serem apoiados pela Fundação Cultural Palmares; e estipula a data de abertura e encerramento do SICONV no âmbito da Fundação, para o exercício de 2009; – edição de Portaria com proposição de fluxos e normas internas para os processos de apoio a projetos na área de cultura afro-brasileira mediante convênios e contratos de repasse; – instituição de Grupo de Trabalho para elaboração de Manual de Normas e Procedimentos, e Manual Técnico de Análise e Acompanhamento de Projetos; – aprimoramento dos procedimentos de divulgação da Ação, bem como aperfeiçoamento dos critérios de seleção de convenientes e mudança nos procedimentos de análise de prestação de contas nos convênios celebrados pela FCP.

No campo da **Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional**, a SFC é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. Nos últimos anos, a abordagem das auditorias tem sido aprimorada para além da auditoria contábil, assumindo um enfoque de avaliação de resultados (objetivos e metas) das ações governamentais suportadas por estes recursos.

Nos últimos cinco anos foram efetuados 859 acompanhamentos de projetos, com a realização de 1.838 auditorias, conforme destacado a seguir:

Projetos federais de doação, empréstimo e cooperação técnica internacional (*)					
Assunto/Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Projetos Federais Auditados	198	202	175	153	131
Nº de Auditorias Realizadas **	401	432	440	301	264

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

(*) Auditorias realizadas a cada ano, tendo como escopo a execução dos projetos no exercício anterior.

(**) Inclui auditorias sobre execuções descentralizadas de projetos.

Em 2009, as auditorias realizadas sobre a execução dos projetos relativa ao exercício de 2008 resultaram em apontamentos e recomendações especialmente focadas na implementação das seguintes melhorias na gestão dos projetos: i) aprimoramento dos controles sobre a execução física/financeira do projeto, possibilitando atingir objetivos e metas finalísticos; ii) construção e apresentação dos relatórios de progresso, com enfoque nos resultados e na efetividade das atividades implementadas pelos projetos; iii) readequação no planejamento das aquisições, de sorte a propiciar garantia de que os bens e serviços contratados guardam conformidade com as condições de elegibilidade e são adequados às finalidades e méritos de cada projeto; iv) aprimoramento da sistemática de contratação de consultores, com reforço do acompanhamento sobre os produtos entregues, de modo que estejam conformes às necessidades identificadas; v) reforço no controle da concessão e prestação de contas de Convênios/Cartas de Acordo, mecanismos de descentralização da intervenção pretendida com o projeto.

No âmbito dos programas de governo financiados com recursos externos, a SFC tem buscado, em articulação com a STN/MF, SEAIN\MP e os próprios organismos internacionais, viabilizar a utilização dos sistemas nacionais (com o uso do SIAFI, por exemplo, para o registro contábil e elaboração das demonstrações financeiras dos projetos) para a gestão e controle dos projetos, fato que deverá contribuir para a maior transparência, controle e efetividade das execuções realizadas por meio dos referidos projetos. Especificamente no âmbito da Cooperação Técnica Internacional (CTI), destaca-se o apoio prestado pela CGU à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) na elaboração e a implementação do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP), que reunirá de forma parametrizada e gerencial as informações sobre a execução física e financeira dos projetos de CTI no Brasil.

As auditorias conduzidas pela SFC têm enfatizado o acompanhamento dos processos de seleção e contratação de consultores, com vistas ao atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. Essa atuação abrange ainda a verificação da transparência e impessoabilidade nos processos de seleção e contratação, essenciais para a garantia da qualidade e efetividade dos serviços prestados.

A SFC avançou em 2009 na implementação de ações continuadas de treinamento e capacitação dos servidores que conduzem as auditorias sobre os projetos de cooperação técnica internacional. Foram treinadas 440 pessoas (entre servidores da própria CGU, das assessorias de controle interno nos ministérios, das auditorias internas dos órgãos e entidades e de tribunais de contas estaduais) na modalidade de ensino a distância (EaD), entre 2007 e 2009. A maior aproximação da CGU com os organismos internacionais tem propiciado uma gradual convergência entre os resultados dos trabalhos de auditoria e os requisitos e demandas apresentadas pelos referidos organismos. Como exemplo de resultado desse esforço de capacitação e interação, destaca-se, em 2009, a melhoria na avaliação promovida pelo PNUD dos trabalhos produzidos e apresentados pela CGU a esse organismo.

No quadro a seguir está demonstrada a evolução das auditorias nos processos de **Tomadas de Contas Especiais** no período de 2005 a 2009. No exercício em análise, foram auditados 1.605 processos de Tomadas de Contas Especiais, dos quais 1.277 foram certificados e encaminhados ao Tribunal de Contas da União para julgamento - o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro de R\$ 702.738.553,22, - e 328 foram devolvidos aos órgãos/entidades instauradores para revisão e/ou complementação de dados.

Exercícios	TCEs analisadas	Diligenciados e devolvidos ao Órgão de Origem	Certificadas ao TCU	Retorno Potencial R\$
2005	1.934	306	1.628	448.285.614,87
2006	1.496	339	1.157	656.004.567,99
2007	1.722	263	1.459	659.622.763,60
2008	1.539	477	1.062	642.272.945,71
2009	1.605	328	1.277	702.738.553,22
TOTAL	8.296	1.713	6.583	3.108.924.445,39

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

Na **área de Pessoal** destacam-se como principais resultados a revisão do Manual de Auditoria sobre Gestão de Pessoas no Serviço Público Federal e Procedimentos para Análise da Folha de Pagamento; e a criação de trilhas de auditoria. No quadro a seguir está demonstrada a evolução das análises dos atos de pessoal no período de 2005 a 2009, dos quais em 2009 foram analisados 101 534 atos de pessoal, envolvendo R\$ 651.285.678,00.

Exercícios	Aposentadorias	Pensão	Admissão	Valores Envolvidos R\$
2005	13.698	8.594	26.818	171.384.222,00
2006	13.018	9.329	35.938	238.979.460,00
2007	15.902	9.843	49.604	354.404.017,00
2008	14.510	9.975	72.515	514.175.645,00
2009	18.862	10.442	72.230	651.285.678,00
TOTAL	75.990	48.183	257.105	1.930.229.022,00

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

No eixo da **Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta** (incluindo as Estatais), durante o exercício de 2009 a SFC realizou mais de 400 ações de controle inerentes à avaliação do desempenho das auditorias internas, de sua sistemática de planejamento e de acompanhamento dos seus trabalhos. Destaca-se, ainda, a realização de ações específicas junto às unidades de auditoria interna, com o objetivo de fomentar suas atividades e disseminar informações. Como resultado dessas interações recomendou-se, em todos os casos, a inserção, nos planos de auditoria das unidades, de temas relevantes sobre os quais a auditoria interna deva manifestar-se e sugestões de padronização de Relatórios de Auditoria.

Com o objetivo de fortalecer o papel preventivo do controle interno e valorizar as iniciativas de interação da CGU com os órgãos gestores, foram realizados mais de 100 eventos, na linha de **Orientação e Capacitação dos Gestores Federais**, envolvendo aproximadamente 7200 servidores públicos federais, distribuídos nas áreas de licitações e contratos, convênios,

aprimoramento dos controles internos administrativos e dos programas de governo. Das ações preventivas realizadas em 2009, destacam-se aquelas a seguir citadas.

Objetivando a melhoria dos controles internos administrativos de unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Cultura e do Ministério da Pesca e Aquicultura, foram promovidas diversas oficinas de orientação, bem assim ações de capacitação de 170 servidores responsáveis por atividades operacionais relacionadas a licitações, contratos e convênios.

Reuniões técnicas foram realizadas no Ministério das Comunicações objetivando a redução de riscos identificados em processos de licitação referente ao programa Inclusão Digital e processos do programa de Administração Geral.

No âmbito das unidades do Ministério do Esporte, ocorreu o desenvolvimento de ações de capacitação relacionadas aos normativos vigentes sobre transferências voluntárias e sobre a operacionalização do sistema de gestão de convênios.

No Ministério da Educação, a SFC integrou Grupo de Trabalho Interministerial, constituído com o objetivo de contribuir na busca de soluções para atendimento ao Acórdão TCU nº 2.731/2008-Plenário, o qual tratou do relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES com as Fundações de Apoio. Esta etapa foi vencida a partir do encaminhamento pelo MEC ao TCU de Plano de Providências Sistematizado contendo os resultados dos trabalhos, em especial as propostas de normativos com vistas à reconfiguração do funcionamento das IFES e respectivas fundações. Ficou estabelecido, ainda, a partir do Acórdão nº 2.640/2009 – TCU Plenário, o prazo de 15 de outubro de 2010 para a completa implementação das medidas propostas.

Em relação à estruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, a SFC colaborou na elaboração do Decreto nº 7.022, de 02.12.2009, o qual estendeu o período de transição do antigo modelo de CEFET/EAF para os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Com esse reordenamento, as 140 unidades de ensino profissionalizante federais formaram os 354 campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passando a qualificarem-se unidades gestoras de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. O citado Decreto estabeleceu ainda o papel dos Gestores dos Sistemas Estruturadores do Governo Federal de colaboração para sua efetiva implantação até o final de 2010.

Na área dos Serviços Sociais merece destaque a interação com os gestores realizada por meio da elaboração de cartilha com perguntas e respostas que trata dos pontos mais polêmicos sobre a gestão das entidades do *Sistema S*, intitulada *Entendimentos do Controle Interno Federal*, que busca orientar os gestores daquelas entidades sobre as melhores práticas na aplicação dos recursos advindos das contribuições parafiscais.

No âmbito do Ministério dos Transportes, objetivando aprimorar a articulação entre o Controle Interno e a VALEC foram realizadas oficinas de integração, com a participação de fiscais da empresa e representantes das empresas supervisoras das obras de construção da Ferrovia Norte-Sul.

A Secretaria Federal de Controle elabora anualmente a **Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR)**. Durante esse processo, orienta os gestores federais na consolidação das diversas informações sobre a gestão governamental, das quais podem ser destacadas: Política Econômico-Financeira e Desempenho do Setor Econômico-Governamental; Execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos. O documento contempla, ainda, os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União agregando as informações necessárias à evidenciação da situação patrimonial, financeira e orçamentária, nos termos da legislação em vigor.

A CGU é o agente responsável pelo processo de análise e conferência dos dados constantes do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal**, conforme determina o art. 54 e o parágrafo único do art. 59 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Nessa linha, a SFC, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, tem procurado aperfeiçoamento contínuo do processamento das informações e elaboração do citado relatório.

No **Relacionamento com Órgãos Estrangeiros**, em 2009, além de receber delegações estrangeiras interessadas em conhecer a experiência do controle interno brasileiro, a SFC participou de três encontros, visando a troca de experiências e de informações:

i) II Conferência Anual de Inspectores-Gerais do Estado e de Finanças da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): realizada em Brasília, em dezembro de 2009, dando continuidade ao processo de fortalecimento da interação entre os órgãos de controle interno dos países de língua portuguesa, iniciado com a I Conferência, realizada em Lisboa em 2008. As discussões tiveram como foco central o fortalecimento das ações de controle e de avaliação da execução de programas.

ii) Reunião de Trabalho para tratar do Guia de Auditoria Externa Independente dos Projetos FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul): ocorrida na Secretaria do Mercosul, em Montevidéu (Uruguai), a qual reuniu especialistas com o objetivo de discutir e propor melhorias no Guia de Auditoria Externa Independente dos Projetos FOCEM.

iii) IV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul: encontro promovido pela Auditoria Interna de la Nación (AIN – Uruguai) com o objetivo de discutir e formular um Guia de Auditoria Interna dos Projetos FOCEM e discutir temas relacionados à função de auditoria interna na região dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

2.3.2.3. AÇÃO 2B15 - CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Dados gerais da Ação 2B15 - Correição no Poder Executivo Federal

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater a impunidade mediante ação correicional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos.
Descrição	Instauração, recomendação, avocação e acompanhamento de sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares; capacitação de servidores públicos federais em procedimentos disciplinares para compor comissões; revisão das atuais normas relativas a processo administrativo disciplinar; orientação e normatização do exercício das funções disciplinares do Poder Executivo Federal.

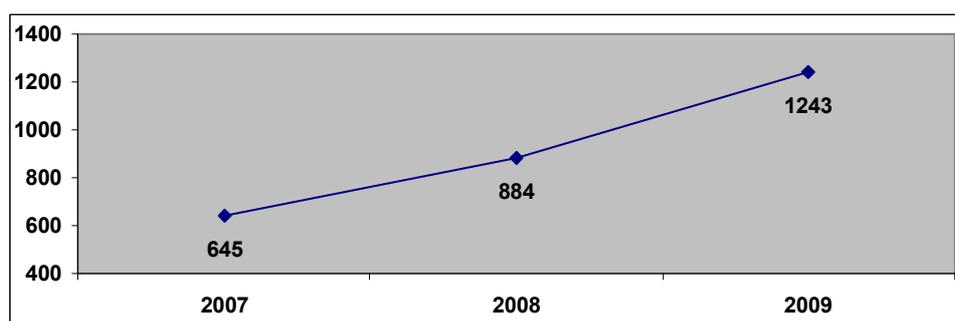
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Controladoria-Geral da União
Coordenador nacional da ação	Marcelo Nunes Neves da Rocha
Unidades executoras	Corregedoria-Geral da União (CRG) e Diretoria de Gestão Interna (DGI)

Em 2009, a Corregedoria-Geral da União (CRG), órgão da CGU competente pelo exercício das atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), adotou como foco de atuação a própria finalidade da ação governamental sob sua responsabilidade, que é *combater a impunidade mediante ação correicional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos*, buscando intensificar suas ações por meio das políticas indicadas no item 2.2 deste Relatório, cujos resultados estão a seguir consubstanciados.

A capacitação no tema *Condução Avançada de Processos Disciplinares* e o acréscimo na quantidade de servidores na unidade, possibilitaram o **aumento da capacidade da CRG da promoção direta de ações disciplinares**, com a instauração de 116 procedimentos em 2009, dentre processos administrativos disciplinares *stricto sensu* (60), sindicâncias punitivas (10), sindicâncias patrimoniais (22), sindicâncias investigativas (12) e procedimentos disciplinares celetistas (12), além da condução de 1.471 investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações.

A **melhoria do acompanhamento das ações disciplinares**, advinda pela implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações Disciplinares (CGU-PAD) e pela otimização do planejamento e padronização das rotinas de inspeção correicional, após a publicação do “Manual de Inspeções”, possibilitou o acompanhamento e a verificação da regularidade de 1.243 procedimentos disciplinares conduzidos por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal, a recomendação de instauração de 320 processos disciplinares e a inspeção *in loco* de 46 unidades componentes do SisCOR.

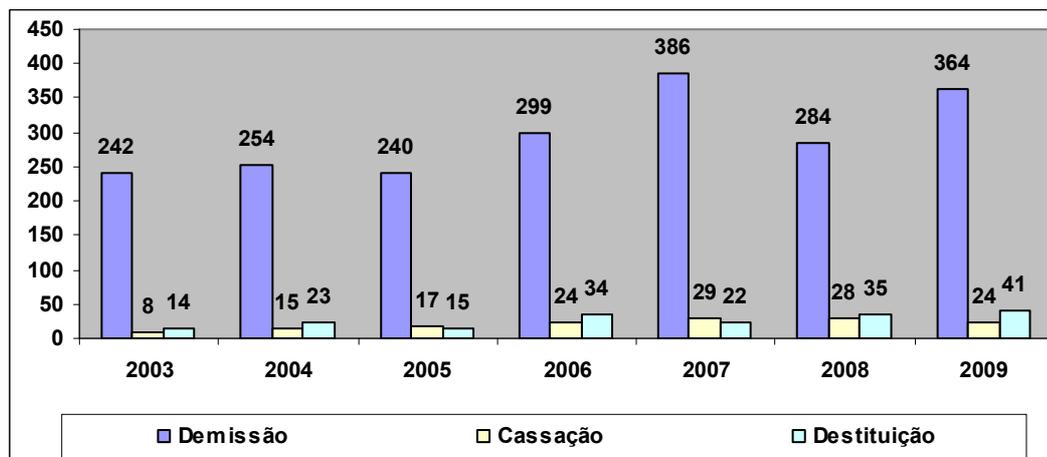
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES RELEVANTES ACOMPANHADOS



Fonte: Corregedoria-Geral da União (CRG)

Como resultado efetivo das supracitadas medidas, destaca-se a aplicação, em 2009, de 429 punições expulsivas a servidores federais estatutários de órgãos e entidades da administração pública federal, dentre elas 364 demissões, 24 cassações de aposentadoria e 41 destituições de cargos de comissão, assim representadas ao longo dos últimos exercícios:

PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Fonte: Corregedoria-Geral da União (CRG)

O **fortalecimento do Sistema de Correição**, em 2009, se deu por meio da capacitação de 1.525 servidores para composição de comissões disciplinares, da realização do curso de “Análise de Evolução Patrimonial e Principais Fraudes”, a título de difusão das técnicas de investigação mediante Sindicância Patrimonial, oferecido a 79 servidores capacitados e da conclusão do curso de Especialização em Direito Disciplinar, no nível de pós-graduação *lato sensu*, de 44 autoridades e servidores.

A CRG promoveu, também, em parceria com o CNJ e com o CJF, a realização do “Encontro Brasileiro de Corregedorias Federais”, com a participação de 413 autoridades e servidores dos Poderes da União. No evento foram discutidos temas que tiveram por foco a Sindicância Patrimonial, o Sigilo Fiscal e Bancário, e a Ação Correicional no Combate à Impunidade. A CRG participou ainda do “XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD”, integrando painel que teve por tema “O fortalecimento da ética pública e da probidade na administração por meio da integração dos órgãos de combate à corrupção”.

Além disso, destaca-se, entre os principais projetos conduzidos pela CRG, o aprimoramento do Sistema de Gerenciamento de Informações Disciplinares (CGU-PAD), *software* que visa ao armazenamento e disponibilização, de forma rápida e segura, das informações acerca dos procedimentos disciplinares do Poder Executivo Federal. Em 2009, foram implementadas inovações no Sistema, para permitir uma utilização mais abrangente, tornando possível o cadastramento de Sindicâncias Investigativas e Patrimoniais, e de consultas e emissão de relatórios, com maior utilização de parâmetros, a exemplo do CPF, Nome e Fases do Processo.

A implementação da política de **modernização do conjunto normativo** disciplinar pela CRG se verifica por meio da instituição do Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), instrumento concebido para viabilizar a simplificação do processo de apuração dos casos de pequenos danos ou extravios na administração pública - medida alternativa aos custosos e demorados processos disciplinares, e ainda pelo estudo da utilização das inovações tecnológicas trazidas pelo Sistema de Teleaudiências - já implantado em algumas Varas Judiciais do País.

A política de **ampliação do campo de atuação da CRG** ocorreu por meio da criação da “Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores” (CPAF) e do gerenciamento do “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas” (CEIS).

A CPAF já propôs a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas. Até o presente momento, todas as punições aplicadas pela CGU que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram confirmadas. Em 2009, seis empresas foram sancionadas pela CGU, dentre as quais quatro do ramo da construção civil (Construtora GAUTAMA Ltda.; VÉRTICE Engenharia Ltda.; HABRA Engenharia LTDA.; e Construtora ATLANTA Ltda.), flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada a construção de prédio público em Brasília.

O CEIS consiste num banco de dados que tem por objetivo consolidar a relação das empresas sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas do País. Atualmente, o cadastro já conta com dados de empresas apenas pelos Estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, São Paulo e Tocantins, tendo Ceará e Alagoas já encaminhado seus dados. Outros sete estados já manifestaram interesse em participar.

2.3.2.4. AÇÃO 4998 – GESTÃO DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS

Dados gerais da Ação 4998 - Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Organizar, harmonizar e integrar as ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.
Descrição	Organização do sistema de ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal, sob a coordenação técnica da CGU, e fomento ao aprimoramento de suas atividades como forma de facilitar e estreitar a relação com o cidadão e com as instituições públicas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Controladoria-Geral da União
Coordenador nacional da ação	Antonia Eliana Pinto
Unidades executoras	Ouvidoria-Geral da União e Diretoria de Gestão Interna

O desenvolvimento das atividades de supervisão do segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal estão sintetizadas na execução da ação 4998 - *Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias* mediante a realização de cursos de capacitação e eventos de âmbito nacional e internacional, que tem por objetivo de fortalecer o referido sistema em benefício da sociedade brasileira.

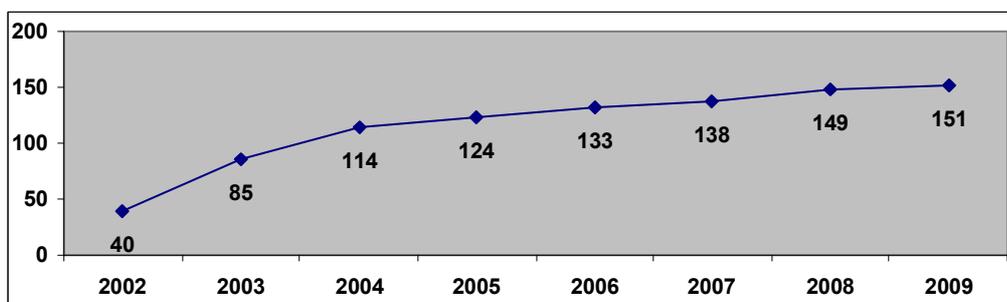
As unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal atuam na promoção da melhoria na qualidade na prestação do serviço público, tornando-se um poderoso instrumento a serviço da gestão centrada na satisfação das necessidades dos cidadãos. Fornecem subsídios para a elaboração e execução de políticas sociais e trabalham pela garantia da prestação de serviços públicos de qualidade, tendo como prioridade a promoção da cidadania, da dignidade e do bem-estar dos brasileiros. Cooperam com os demais órgãos com o firme propósito de auxiliar no fortalecimento do controle social, da transparência e a publicidade da política e da ação

governamental, assim como a participação e o controle da ação governamental por parte do cidadão.

Neste paradigma, vislumbra-se a atuação eficaz do Estado, com resultados positivos não apenas porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, mas porque as necessidades do cidadão estão sendo atendidas. Preconiza-se, então, a revisão de suas estruturas, ajustando-as ao papel de promotor e regulador do desenvolvimento social e econômico e o fortalecimento de sua capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas. Incentiva-se o aumento de sua governança, ou seja, sua capacidade de implementação de políticas públicas, sob a perspectiva da eficiência, eficácia e efetividade.

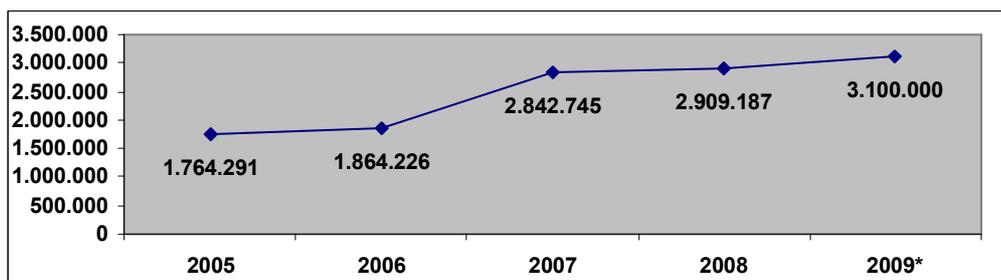
Como resultado da execução da *ação 4998*, foram criadas, em 2009, duas novas unidades de ouvidoria, atingindo um total de cento e cento e 151 unidades em operação no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento de mais de 3 milhões de manifestações de cidadãos no ano, cuja evolução ao longo dos últimos exercício está representada nos gráficos seguintes:

UNIDADES DE OUVIDORIA EM OPERAÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União (OGU)

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELAS OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União (OGU)

Além disso, a OGU também realizou curso gratuito de aperfeiçoamento, dando seqüência de prática iniciada em 2006, para Ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria, em Manaus, visando qualificar os servidores de unidades de Ouvidoria, de modo fortalecendo o segmento.

No plano internacional, desde 2004, a OGU intensifica os contatos com instituições similares em outros países como França, Canadá, China, Cuba, Polônia, Itália e países lusófonos com o objetivo estreitar relações para o intercâmbio de práticas e conhecimentos e o reconhecimento da

Ouvidoria perante seus congêneres Ombudsman, Provedor de Justiça, Defensor del Pueblo e Médiateur.

No ano de 2009 teve destaque a realização do 1º Fórum Internacional de Ouvidorias/Ombudsman/Defensores del Pueblo/Provedores de Justiça/Médiateur de la République que foi promovido nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2009, em Brasília/DF, que contou com a participação de 19 palestrantes estrangeiros, representando 14 países (Canadá, Estados Unidos, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Polônia, Suécia, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola, Portugal e França).

2.3.2.5. AÇÃO 2003 - AÇÕES DE INFORMÁTICA

Dados gerais da Ação 2003 - Ações de Informática

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Controladoria-Geral da União
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Loureiro Rodrigues
Unidades executoras	Diretoria de Gestão Interna.

À Diretoria de Sistema e Informação (DSI), unidade responsável pela coordenação da *Ação 2003*, cabe, entre outras, propor as políticas, diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a utilização dos recursos relacionados à tecnologia da informação na CGU, em consonância com o planejamento institucional, bem como verificar seu cumprimento.

Para o alinhamento dos projetos de Tecnologia da Informação (TI) às atividades finalísticas da Controladoria, a DSI adotou em 2009 as seguintes medidas:

- i) criação do Comitê de Tecnologia da Informação da CGU (CTI), Portaria nº. 263, de 04.02.2009, para coordenar, articular e priorizar as ações e investimentos em TI;
- ii) formalização do PGD-Processo de Gestão de Demandas, que estabelece o tratamento dado às necessidades de bens e/ou serviços de TI formuladas pelas unidades administrativas da CGU, em conformidade com a IN-SLTI nº 04, de 19/05/2008; e
- iii) Elaboração dos cronogramas de trabalhos das Coordenações-Gerais da DSI, de acordo com a priorização estabelecida pelo Comitê de TI e com o planejamento das ações de manutenção corretiva e produção dos sistemas já utilizados pelas Unidades da CGU.

Além disso, em continuidade à política de internalização dos serviços essenciais e estratégicos atualmente contratados com fornecedores externos, destaca-se o Projeto Correio Eletrônico da

CGU, o qual, além de economia orçamentária, promoverá maior disponibilidade do serviço. A seguir, estão relacionadas as principais realizações da DSI no decorrer do exercício de 2009.

Coordenação-Geral de Informação (SIINF)

- a) produção, cargas e manutenção do Portal da Transparência e Cadastro CEIS. Desenvolvimento das seguintes novas funcionalidades do Portal:
- implementação de novo layout para a homepage;
 - desenvolvimento de consulta com informações sobre servidores públicos;
 - desenvolvimento da consulta a Receitas Públicas;
 - inclusão das informações de convênios originárias do sistema SICONV (mantido pelo MPOG);
 - inclusão de informações sobre benefícios de prestação continuada (não implantada por decisão superior);
 - inclusão de informações sobre detalhamento dos saques em CPGF, originárias do sistema SCP do MPOG;
 - aprimoramento das informações divulgadas por meio da reformulação da hierarquia de órgãos e UG, atualização da linguagem cidadã, adoção de nova fonte de dados para descrição de ações e programas orçamentários e atualização de status dos programas sociais;
 - início do desenvolvimento do Portal para Copa do Mundo e Olimpíadas 2016;
 - criação de Portais para Estados e Municípios.
- b) desenvolvimento do novo Sistema Ativa, com versão piloto prevista para entrar em produção em abril de 2010;
- c) gestão do Sistema Ativa, em produção no Serpro;
- d) desenvolvimento da primeira fase do NUP Eletrônico (e-NUP), que abrangeu trâmite, despacho e arquivamento eletrônico do formulário de denúncias;
- e) desenvolvimento do sistema para contabilização dos vínculos familiares entre servidores públicos;
- f) Desenvolvimento do módulo Férias do sistema para gestão de recursos humanos da CGU;
- g) aprimoramento do sistema de Gestão do Plano de Ações e Metas;
- h) aprimoramento do sistema Ativa Gerencial para contemplar mudanças no Ativa;
- i) implantação da ferramenta Pentaho, baseada em software livre para cruzamento de informações de diversas bases de dados. Cubos desenvolvidos sob coordenação da Assessoria Especial de Gestão de Projetos (AESP), incluindo consulta gerenciais com informações do PAC, CPGF, Ordens Bancárias, Denúncias e Representações, Roteirizações e ações prioritizadas pela Secretaria Federal de Controle (SFC);
- j) Customização de ferramenta de Chat para uso na CGU.

Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica (SITEC):

Em 2009, a SITEC aperfeiçoou os seus processos de trabalho e reestruturou as suas equipes, baseando-se em modelos de governança de TI, com vistas a melhorar a qualidade, disponibilidade, segurança e suporte dos serviços mantidos pela Coordenação. Este novo modelo de trabalho otimizou a entrega de diversos projetos, destacando-se:

- a) configuração de ambiente de alta disponibilidade para serviços essenciais de TI, baseado em infraestrutura de servidores em lâminas (Blades) e virtualização, de forma a maximizar a disponibilidade de serviços e sistemas considerados essenciais;
- b) reorganização dos serviços Internet hospedados no IDC (Internet Data Center) e na DMZ (“Zona desmilitarizada”), otimizando e promovendo maior tempestividade à implantação de novos serviços e à gestão dos já existentes;
- c) projeto Correio CGU - Implantação de novo serviço de correio eletrônico, administrado por equipe da própria CGU, garantindo maior segurança e disponibilidade das informações trafegadas, além de prover aos usuários da CGU maior espaço de armazenamento;
- d) segmentação da rede local do Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília, em redes locais virtuais, maximizando a segurança e o desempenho dos serviços prestados;
- e) disponibilização de infraestrutura e serviços de TI no Bloco A da Esplanada dos Ministérios, prédio que abriga a Corregedoria-Geral da União, interligando a referida unidade ao Edifício Darcy Ribeiro, por meio de acesso de alta velocidade e segurança (Infovia Brasília);
- f) aquisição de novos equipamentos servidores para o Portal da Transparência, com vistas a prover maior robustez, capacidade de armazenamento e disponibilidade para o serviço;
- g) aquisição de 13 novos equipamentos servidores para as Unidades Regionais;
- h) aquisição de 288 desktops, 50 notebooks e 142 impressoras tipo laser monocromáticas, objetivando a substituição de equipamentos obsoletos e danificados, além de atendimento de novas demandas em função da expansão do quadro de pessoal da controladoria;
- i) apoio técnico às CGU/AL e CGU/MG em função de necessidade de implantação da rede lógica de dados nas novas sedes;
- j) elaboração da política e procedimento de trabalho para o Gerenciamento de Configuração, visando a definição e o controle de componentes de serviços da infra-estrutura existente, mantendo registros precisos e atualizados;
- k) elaboração da política e procedimento de trabalho para o Gerenciamento de Eventos, de forma a permitir a detecção de eventos, o entendimento de seu significado e as ações de controle apropriadas para cada uma dessas ocorrências;
- l) elaboração da política e procedimento de trabalho para o Gerenciamento de Desempenho/Capacidade, de forma a contemplar o monitoramento e detecção do atingimento de limiares de utilização da infraestrutura de TI, análise e ajuste do desempenho, bem como implementação de mudanças relacionadas à desempenho e capacidade;
- m) blindagem de equipamentos servidores, por meio da definição de métodos, procedimentos, controles e ferramentas de segurança, obrigatórios e/ou opcionais, que deverão ser utilizados após a instalação de equipamentos servidores com sistemas operacionais Linux e Windows.

2.3.2.6. AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Dados Gerais da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão Interna
Coordenador nacional da ação	Simei Susã Spada
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Durante o exercício de 2009, foram realizados 145 eventos de capacitação, entre treinamentos de curta duração, seminários, fóruns, palestras, congressos e cursos de pós-graduação, com um total de 750 participações de servidores.

A política de capacitação dos servidores da Controladoria Geral da União, estabelecida pela Portaria CGU nº 527, de 11 de abril de 2008, que revogou a Portaria nº 671, de 13 de setembro de 2006, tem como objetivo a valorização do servidor, por meio de sua permanente capacitação e adequação aos novos perfis profissionais requeridos no setor público, a fim de promover a melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços prestados pela CGU, e a otimização dos investimentos com capacitação.

Dessa forma, para a consecução dos objetivos estabelecidos na Portaria n.º 527/2008, prosseguiu-se em 2009, à política de incentivo à participação dos servidores em cursos de pós-graduação, conforme critérios definidos na Portaria CGU nº 1.145, de 16 de junho de 2009.

Em consonância a estratégia de expansão da articulação internacional da CGU, constante do Plano de Integridade Institucional (PII 2007/2010), cabe também citar a continuidade da política de incentivo ao estudo de idiomas estrangeiros, conforme Portaria CGU nº 173, de 21 de janeiro de 2009, que regulamentou a concessão de bolsa de estudo de língua estrangeira aos servidores ativos e estabeleceu 265 vagas para 2009, sendo 185 para o Órgão Central e 80 para as Unidades Regionais. Ressalte-se, que houve um acréscimo de 47,22% no quantitativo de vagas autorizadas em relação ao exercício de 2008.

Em relação ao concurso público para Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, cuja 1ª etapa foi realizada em março/2008, embora os recursos destinados a 2ª etapa do certame não sejam provenientes desta ação (4572), especialmente pelo seu teto orçamentário, importa comentar, visto que a realização dos cursos de formação representa uma importante ação de capacitação dos futuros servidores da CGU.

Em 2009, ocorreram três cursos de formação, em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), sendo um para TFC, com 30 candidatos, e que objetivou preencher as vacâncias e exonerações ocorridas até então, e dois para AFC, o primeiro com a participação de 44 candidatos e o segundo com 94 candidatos, referentes à convocação de 50% do quantitativo original das vagas inicialmente aprovadas pelo MPOG, permitindo o cumprimento da intenção de aproveitamento total das vagas aprovadas.

2.3.2.7. AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA**Dados gerais da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa**

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção não vinculadas a atividades finalísticas da CGU; sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos e produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Gestão Interna
Coordenador nacional da ação	Giovanni Cândido Dematte
Unidades executoras	170940, 110174, 110175, 110176 e 110299.

Para o exercício de 2009, a Lei Orçamentária Anual - LOA autorizou um gasto nessa ação da ordem de R\$ 446.581.621,00. Desse total, o montante de R\$ 416.706.131,00 refere-se a despesas com pessoal ativo, e R\$ 29.875.490,00, a despesas discricionárias. Esses valores podem ser visualizados no demonstrativo a seguir:

Metas da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Meta Financeira	Previsão (R\$)	Execução (R\$)	Execução/Previsão (%)
Pessoal*	416.706.131,00	416.111.213,06	99,86
Outras Desp. Correntes	28.466.490,00	27.930.562,75	99,12
Investimento	1.409.000,00	1.408.019,60	99,93
Total	446.581.621,00	445.449.795,41	99,75
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

*Os valores monetários das despesas de pessoal diferem do item 3.1 deste Relatório, pois não demonstram os gastos com encargos patronais (PSS), contabilizados em ação própria.

Com relação às despesas com pessoal, verifica-se a execução de 99,86% da dotação autorizada, ou seja, R\$ 416.111.213,06, representando um incremento de 26% em relação ao exercício anterior. Tal fato é reflexo do aumento da remuneração de servidores ativos, aprovado pela Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e do contínuo processo de contratação de novos servidores por meio de concurso público.

No que se refere às despesas de custeio, da autorização de gasto no valor de R\$ 28.466.490,00, foram executados R\$ 27.930.562,75, ou seja, 99,12% do permitido em lei, representando um aumento de 4% em relação a 2008. Analisando a composição dos gastos alocados na ação Gestão

e Administração do Programa, constata-se que as despesas relevantes estão localizadas na manutenção e conservação predial, despesas de funcionamento das unidades regionais e serviços terceirizados, as quais representam 63,68% do total despendido, num montante de R\$ 19.024.032,79.

Quanto aos investimentos alocados na ação, executou-se 99,93% do autorizado na lei orçamentária. Entretanto, constata-se uma redução de 40% em comparação com o exercício 2008, uma vez que os referenciais monetários autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não permitiram a manutenção do nível de investimento para o exercício de 2009.

Detalhamento das Despesas da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Natureza da Despesa		Despesas Executadas	%
319008	Outros Benefícios Assistenciais	119.176,03	0,03
319011	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	411.569.354,29	92,39
319012	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar ⁽¹⁾	24.556,26	0,01
319016	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	717.693,36	0,16
319091	Sentenças Judiciais	59.901,10	0,01
319092	Despesas de Exercícios Anteriores	42.820,36	0,01
319096	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	3.126.868,86	0,70
319113	Obrigações Patronais – Operação Intra-Orçamentária	450.842,80	0,10
339014	Diárias - Pessoal Civil	99.621,11	0,02
339030	Material de Consumo	1.106.313,77	0,25
339033	Passagens de Despesas Com Locomoção	303.782,25	0,07
339035	Serviços de Consultoria ⁽²⁾	605.236,80	0,14
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	914.034,51	0,21
339037	Locação de Mão-de-Obra	7.268.486,27	1,63
339039	Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica	15.048.074,24	3,38
339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	11.842,88	0,00
339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	715.959,85	0,16
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	159.281,75	0,04
339093	Indenizações e Restituições	1.411.682,24	0,32
339139	Outros Serviços Terceiros - Pessoa.Jurídica – Op. Intra-Orc.	193.611,20	0,04
339147	Obrigações Tributárias e Contribuições – Op. Intra-Orçamentária	62.009,43	0,01
339192	Despesas de Exercícios Anteriores	30.626,45	0,01
449052	Equipamentos e Material Permanente	1.408.019,60	0,32
Total		445.449.795,41	100,00

Fonte: SIAFI Gerencial em 20/01/2010

Nota 1: Pagamento de salários de pessoal requisitado.

Nota 2: Serviços de Consultoria Especializada, com o objetivo de desenvolver estudos técnicos e elaborar o documento do Projeto de Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU (PROCONTROLE).

2.3.2.8 OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA 1173

Na sequência serão descritos outros resultados advindos do desempenho da Diretoria de Gestão Interna (DGI), unidade responsável pela coordenação das ações 2272 – *Gestão e Administração do Programa* e 4572 – *Capacitação de Servidores Públicos*. Cabe ressaltar que não necessariamente esses resultados são consequência da aplicação de recursos oriundos das referidas ações, entretanto possuem estreita ligação e são propulsores à concretização dos objetivos das ações finalísticas do Programa 1173 – *Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção*.

Cabe à DGI a realização de estudos e a proposição de medidas relacionadas às necessidades de adequação e expansão do quadro funcional e da infra-estrutura física da Controladoria-Geral da União, bem como a coordenação e o acompanhamento das atividades administrativas das unidades descentralizadas do Órgão.

Em se tratando de infra-estrutura física, em Brasília, apesar do Laudo de Vistoria Estrutural, contratado em 2009, ter apontado conclusivamente a firmeza estrutural predial, houve necessidade de encaminhamento de algumas melhorias estruturais do Edifício Darcy Ribeiro, inclusive, pelo tempo de construção do edifício que remonta à 1960, assim qualificadas:

- i) a finalização do processo de modernização dos elevadores, contratada em 2008, e concluída no exercício sob exame;
- ii) a impermeabilização das lajes de cobertura e a nova contratação de serviço de manutenção predial;
- iii) aprovação pelo Corpo de Bombeiros do DF do projeto de combate à incêndio para o edifício Darcy Ribeiro, em trâmite desde o início de 2008;
- iv) instalação e aprovação de norma interna para utilização das mesas de Raio-X na Entrada Principal e na Garagem, com prazo de entrada em vigor prevista para março de 2010.

Em 2009 também se destacam as inúmeras ações junto à Superintendência de Patrimônio da União no DF para encaminhamento de três pautas importantes, quais sejam: definição da Sede Definitiva da CGU, em Brasília; espaço para estacionamento alternativo para servidores da CGU, em Brasília; e permuta de área contígua ao edifício Darcy Ribeiro para construção de prédio de três andares para funcionamento do arquivo central, estocagem de material permanente e garagem para 150 vagas.

Apesar de nenhuma ação específica das três pautas acima demonstradas ter redundado em definição final, houve avanços no projeto de permuta de área e repasse de 2700 m² de área no Bloco A da Esplanada do Ministério para utilização pela CGU. Nesse espaço, foi definida a instalação definitiva da Corregedoria-Geral da União, o que propiciou a interrupção do pagamento de aluguel de área similar, no Setor Bancário Norte, já a partir de janeiro de 2010.

Na seara do investimento em infraestrutura logística para as Unidades Regionais dos Estados, destacam-se:

- i) aprovação da contratação de projetos de construção e reforma para as Controladorias Regionais nos Estados do Amazonas e Pará (CGUAM e CGUPA);

- ii) autorização para locação de nova Sede para as Controladorias Regionais nos Estados de Pernambuco e Alagoas (CGUPE e CGUAL), as quais se encontravam em instalações precárias;
- iii) contratação de empresa para organização de eventos, em nível nacional, para suporte as ações do OLHO VIVO e Capacitação de Gestores Municipais;
- iv) redefinição do serviço de mini-modem para as Unidades Regionais;
- v) suporte orçamentário-financeiro para a finalização da obra de construção da sede da CGU-Regional/MG;
- vi) repasse de recursos para implementação das reformas e adaptações das Unidades do Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás e Rondônia.

Além dos desdobramentos supramencionados deu-se continuidade ao processo de aquisição de mobiliário e equipamentos às Unidades Regionais, com aplicação em 2009 de R\$ 400mil, todavia, sem a aquisição de veículos, em especial pelas limitações orçamentárias impostas à CGU.

Seguindo a linha de gestão ambiental iniciada em 2007 com a instituição da Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental (COAMB), a DGI promoveu a inauguração do bicicletário da CGU e realizou a troca das torneiras de todos os banheiros por torneiras automáticas. Além disso, foi assinado Protocolo de Intenções com a Eletrobrás (PROCEL), visando a integração de esforços e capacidades para tornar eficiente as edificações administradas pela CGU, quanto ao uso da energia elétrica e da água, bem como a conscientização de seus recursos humanos nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética e Gestão Sócio-Ambiental.

Destacam-se, ainda, as atividades relacionadas ao acervo documental e bibliográfico da CGU, dentro do escopo de projeto de gestão eletrônica de documentos e processos, em conjunto com a Assessoria Especial de Gestão de Projetos. Nessa linha, a DGI concluiu o processo de contratação de Arquivista e Auxiliar de Arquivo para início da digitalização das caixas de arquivo permanente da CGU, no Galpão do Setor de Indústria, com definição de instalação de posto avançado naquele local, o qual funcionará ainda no primeiro trimestre de 2010.

Ainda, na área de Recursos Humanos, evidenciam-se as publicações das Portarias regulamentando a movimentação de servidores por permuta e a readequação da concessão de indenização de transporte. Destaque especial, dentro da política de promoção da saúde e qualidade de vida, a inauguração do berçário da CGU, que consolida no âmbito da Sede/CGU, as ações definidas no Programa de Apoio à Mãe Lactante instituído em 2008.

Durante 2009, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL), unidade integrante da estrutura da DGI, deu início a 34 procedimentos licitatórios, ao final do exercício, assim representados:

Status	Modalidade	Quantidade
Concluída	Pregão	30
	Convite	1
Licitação Deserta	Convite	1 (*)
Itens Cancelados	Pregão	2 (**)
TOTAL		34

Fonte: Diretoria de Gestão Interna (DGI)

(*) O Convite nº 01/2009, cujo objeto era a contratação de serviços de exploração de restaurante, restou deserto, tendo sido concluído mediante o Convite nº 02/2009.

(**) Os Pregões Eletrônicos nº 04 e 05/2009 tiveram seus itens cancelados na fase de aceitação e foram finalizados através dos Pregões Eletrônicos nº 06 e 11/2009, respectivamente.

Verifica-se decréscimo de 38% no número de certames concluídos em relação ao exercício de 2008 – 34 em 2009 contra 55 em 2008 – sendo que o valor total licitado alcançou o montante de cerca de R\$ 3.558.911,00. Esse valor também representa um decréscimo de 60% em relação ao valor licitado no ano de 2008 – R\$ 8.954.700,00.

Entretanto, o que parece uma grande redução, pode ser analisado sob outra perspectiva e dá outras dimensões às ações na seara de licitações. Assim temos:

- i) aquisições e contratações específicas de maior vulto efetivadas em 2008, para as quais não houve necessidade de nova licitação em 2009, face a sua natureza continuada, tais com “Serviços de Rede WAN” (R\$ 1.139.499,00); “Projeto Migração do Sistema ATIVA” (R\$ 807.000,00); “Emissão de Passagens Aéreas (R\$ 1.600.000,00); e “Modernização e Manutenção de Elevadores” (R\$ 1.195.486,00); e
- ii) no exercício de 2009 foram realizadas aquisições e contratações mediante o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP), através de adesões a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos, com base no art. 15, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelas disposições constantes do Decreto nº 3.931/2001, sendo que tais adesões alcançaram o montante empenhado da ordem de R\$ 1.980.996,00.

De forma geral, o volume de recursos envolvidos nas aquisições e contratações efetivadas no decorrer do exercício de 2009, considerando-se as modalidades de licitações Pregão e Convite, as Adesões a Atas de Registro de Preços e as Dispensas e Inexigibilidades, atingiu a soma de aproximadamente R\$ 8.062.839,00, distribuídos na forma demonstrada abaixo.

Na Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), houve ênfase na política de capacitação dos servidores da CGU, incluindo a realização dos cursos de formação correspondentes à 2ª etapa do concurso para os cargos da Carreira de Finanças e Controle.

Quanto à política de movimentação de servidores, cabe ressaltar a publicação da Portaria CGU nº 571, de 18 de março de 2009, que regulamentou o Processo de Remoção por Permutas (PRP) no âmbito da Controladoria-Geral da União. Para tanto, a referida Portaria instituiu o Banco de Permutas, que consiste em banco de dados com lista classificatória permanente de servidores interessados na remoção por meio de permutas. O objetivo é aliar o interesse da administração com o interesse mútuo de movimentação entre servidores, visando o bem estar destes e o seu melhor desempenho funcional.

Na área da saúde, é importante destacar que a CGU conta com o Programa de Apoio à Mãe Lactante, instituído pela Portaria CGU n.º 367, de 07/03/2008, destinado principalmente a facilitar a manutenção do aleitamento materno durante o primeiro ano de vida de filhos de servidores da CGU. Dentro das ações do Programa, foi inaugurado, em agosto de 2009, o berçário da CGU, com o objetivo de estimular e propiciar o período de aleitamento materno, evitando o desmame precoce, mantendo o contato do binômio mãe-filho, e aumentando o conforto da servidora-nutriz, com a finalidade de reduzir os índices de infecções, alergias e intolerâncias alimentares na primeira infância.

A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO) é a unidade administrativa responsável pela elaboração, programação e execução orçamentária, além de monitorar todos os registros de concessão de diárias e passagens, bem como sua aprovação e execução financeira no âmbito da CGU.

A respeito da programação orçamentária e financeira de 2009, a coordenação atuou sistematicamente junto à UG Setorial para ampliação dos limites de movimentação e empenho, visando assegurar a realização das ações previstas para a CGU. Além disso, promoveu os ajustes necessários nos créditos aprovados na LOA-2009, em virtude de cortes significativos que ocorreram, sobretudo a recomposição da Ação de Informática e a suplementação dos créditos para a conclusão da obra da regional de Minas Gerais.

No exercício de 2009, o foco da atividade de gestão de documentos, a cargo da Coordenação-Geral de Serviços de Secretaria (CGSS), foi a redução da quantidade de papel em circulação na Casa e nos arquivos, com o início do projeto da gestão eletrônica de documentos, com a implantação do tratamento eletrônico de denúncias e do trâmite eletrônico de processos, gerando economia de aproximadamente 790 mil folhas de papel, número obtido com base no quantitativo total de trâmites de documentos e processos realizados na CGU durante o exercício de 2009, cujos recibos deixaram de ser impressos.

Além disso, foi iniciado o tratamento do acervo documental das antigas Ciset, com projeto de digitalização de parte dessa documentação e posterior descarte do que for legalmente admitido. Foi também concluída a elaboração do Código de Classificação de Documentos referentes à atividade-fim da instituição, com vistas à efetiva classificação da massa documental da CGU, que propiciará a racionalização do espaço para arquivo, conforme Tabela de Temporalidade.

A racionalização das atividades, foco principal dos esforços da área, efetivou-se ainda pela descentralização de atividades, com a instalação do posto avançado na Corregedoria-Geral da União e com a implantação dos protocolos regionais e setoriais. Em termos de produtividade, há que se registrar a natural redução da quantidade de ações realizadas, fruto da estratégia de implantação das unidades setoriais e regionais.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os dados orçamentários/financeiros contidos nos subitens 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3 foram obtidos pelo SIAFI, data base dezembro de 2009.

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Programa 1173)

Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Controladoria-Geral da União	20125	110174

Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
PLOA		335.255.387,00	402.191.402,00			64.979.557,00	71.734.186,00
LOA		335.255.387,00	402.191.402,00			58.661.743,00	61.259.876,00
Suplementares		78.635.591,00	130.500.000,00			4.366.544,00	3.261.236,00
Especiais	Abertos						
	Reabertos						
Extraordinários	Abertos						
	Reabertos						
Créditos Cancelados						2.710.000,00	2.068.496,00
Outras Operações							
Total		413.890.978,00	532.691.402,00			60.318.287,00	62.452.616,00

Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 - Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
PLOA		13.200.000,00	4.640.000,00				
LOA		11.700.000,00	4.640.000,00				
Suplementares		854.500,00	684.298,00				
Especiais	Abertos						
	Reabertos						
Extraordinários	Abertos						
	Reabertos						
Créditos Cancelados		1.851.000,00	484.298,00				
Outras Operações							
Total		10.703.500,00	4.840.000,00				

Quadro Resumo da Programação de Despesas e reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
PLOA		400.234.944,00	473.925.588,00	13.200.000,00	4.640.000,00		
LOA		393.917.130,00	463.451.278,00	11.700.000,00	4.640.000,00		
Suplementares		83.002.135,00	133.761.236,00	854.500,00	684.298,00		
Especiais	Abertos						
	Reabertos						
Extraordinários	Abertos						
	Reabertos						
Créditos Cancelados		2.710.000,00	2.068.496,00	1.851.000,00	484.298,00		
Outras Operações							
Total		474.209.265,00	595.144.018,00	10.703.500,00	4.840.000,00		

Os quadros acima demonstram a programação da unidade nos exercícios de 2008 e 2009, por grupo de despesa e categoria econômica.

Analisando o grupo Pessoal e Encargos Sociais, constata-se que para 2008 a unidade alocou na lei orçamentária um montante de R\$ 335.255.387,00. Entretanto, essa previsão não contemplou o ingresso de servidores e o reajuste salarial da carreira de finanças e controle, uma vez que o limite estabelecido na proposta orçamentária pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) estava abaixo da real necessidade.

No exercício de 2009, percebe-se que a dotação prevista em lei é menor do que o executado no ano anterior, o que evidenciou a necessidade de ajuste no orçamento aprovado. Esse fato novamente é justificado pelo limite estabelecido pelo MP aquém da necessidade de gastos, tendo em vista inclusive que já havia a previsão de reajuste salarial e o ingresso de servidores por meio de concurso público.

No que tange ao Grupo de Despesa – Outras Despesas Correntes, a previsão de gasto programada no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA para 2008, montou em R\$ 64.979.557,00. Todavia, em razão da possível frustração da arrecadação, tal previsão foi objeto de corte pelo Congresso Nacional e, com isso, a lei orçamentária foi aprovada com uma permissão de gasto na ordem de R\$ 58.661.743,00.

Diante disso, a CGU procedeu à reprogramação orçamentária por meio da abertura de créditos adicionais com o objetivo de atenuar os efeitos do corte, principalmente sobre os gastos administrativos. Assim, no citado grupo, verifica-se uma suplementação de créditos de R\$ 4.366.544,00, sendo objeto de cancelamento o montante de R\$ 2.710.000,00. Houve, portanto, um saldo positivo de R\$ 1.656.544,00.

Para o exercício de 2009, a unidade projetou um gasto em outras despesas correntes no montante de R\$ 71.734.186,00 no PLOA-2009. Entretanto, em função da crise internacional, o orçamento da CGU foi novamente objeto de corte no âmbito do Congresso Nacional e, portanto, a lei autorizou o gasto de R\$ 61.259.876,00.

Esse fato prejudicou as atividades da unidade, uma vez que o corte foi concentrado na ação orçamentária que tem por finalidade custear os gastos com informática e, como as atividades do órgão estão baseadas em sistemas informatizados, novamente a programação orçamentária teve que ser objeto de novo planejamento. Assim, houve a necessidade de suplementação de créditos de R\$ 3.261.236,00, sendo canceladas dotações no montante de R\$ 2.068.496,00.

Quanto ao Investimento, a Lei Orçamentária Anual – 2008 autorizou o valor de R\$ 11.700.000,00. Contudo, em razão de cortes no orçamento de Custeio, a CGU ofereceu parte da dotação em investimento para suplementar esses gastos, de modo que as atividades finalísticas não fossem prejudicadas. No exercício de 2009, o Investimento programado pela unidade não sofreu diminuição quando da aprovação da lei orçamentária no Congresso Nacional. Entretanto, a dotação autorizada para 2009 foi de apenas R\$ 4.640.000,00, devido os limites orçamentários estabelecidos pelos Órgãos Central e Setorial quando da elaboração da proposta orçamentária.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	170025	20.125.04.122.1173.110C	-	-	6.081,50
		170032	20.125.04.122.1173.110C	-	-	16.956,18
		170045	20.125.04.122.1173.110C	-	-	20.552,47
		170050	20.125.04.122.1173.110C	-	-	5.852,61
		170064	20.125.04.122.1173.110C	-	-	9.949,44
		170085	20.125.04.122.1173.110C	-	-	2.500,00
		170106	20.125.04.122.1173.110C	-	-	29.688,00
		170114	20.125.04.122.1173.110C	-	-	7.418,97
		170190	20.125.04.122.1173.110C	-	-	1.831,00
		170195	20.125.04.122.1173.110C	-	-	24.074,54
		170207	20.125.04.122.1173.110C	-	-	29.000,00
		170214	20.125.04.122.1173.110C	-	-	11.950,00
		170347	20.125.04.122.1173.110C	-	-	15.000,00
		010001	20.125.04.122.1173.2272	-	-	17.345,55
		110060	20.125.04.122.1173.2272	-	-	23.785,65
		170009	20.125.04.122.1173.2272	-	-	980.673,54
		170010	20.125.04.122.1173.2272	-	-	116.851,42
		170016	20.125.04.122.1173.2272	-	-	309.767,90
		170025	20.125.04.122.1173.2272	-	-	473.381,01
		170032	20.125.04.122.1173.2272	-	-	194.062,38
		170038	20.125.04.122.1173.2272	-	-	410.613,89
		170045	20.125.04.122.1173.2272	-	-	211.227,24
		170050	20.125.04.122.1173.2272	-	-	346.536,00
		170055	20.125.04.122.1173.2272	-	-	284.874,32
		170064	20.125.04.122.1173.2272	-	-	377.427,95
		170069	20.125.04.122.1173.2272	-	-	247.064,32
		170075	20.125.04.122.1173.2272	-	-	611.409,62
		170085	20.125.04.122.1173.2272	-	-	485.010,01
		170100	20.125.04.122.1173.2272	-	-	262.536,93
		170106	20.125.04.122.1173.2272	-	-	185.256,59
		170114	20.125.04.122.1173.2272	-	-	575.570,87
		170131	20.125.04.122.1173.2272	-	-	480.271,48
		170153	20.125.04.122.1173.2272	-	-	139.190,95
		170166	20.125.04.122.1173.2272	-	-	314.902,41
170175	20.125.04.122.1173.2272	-	-	342.408,54		
170190	20.125.04.122.1173.2272	-	-	246.513,20		
170195	20.125.04.122.1173.2272	-	-	614.899,46		
170207	20.125.04.122.1173.2272	-	-	209.757,74		
170214	20.125.04.122.1173.2272	-	-	434.634,99		
170344	20.125.04.122.1173.2272	-	-	128.323,01		
170345	20.125.04.122.1173.2272	-	-	126.374,36		

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
	170346	20.125.04.122.1173.2272	-	-	210.776,96
	170347	20.125.04.122.1173.2272	-	-	226.492,92
	180002	20.125.04.122.1173.2272	-	-	470.253,60
	154040	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	45.622,00
	170009	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	108.830,15
	170025	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	21.502,06
	170032	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	5.656,21
	170038	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	17.133,98
	170045	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	20.233,50
	170050	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	14.232,27
	170055	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	22.476,85
	170057	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	29.857,80
	170064	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	3.828,00
	170069	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	35.420,00
	170075	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	27.684,09
	170085	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	7.298,48
	170100	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	1.588,68
	170106	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	14.012,45
	170114	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	7.345,00
	170131	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	22.547,13
	170153	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	14.867,77
	170166	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	13.042,90
	170174	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	608,12
	170175	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	9.371,55
	170176	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	1.270,78
	170190	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	14.521,81
	170195	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	2.210,27
	170207	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	2.866,26
	170214	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	25.853,44
	170344	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	5.850,00
	170345	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	8.000,00
	170346	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	4.556,06
	170347	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	10.355,60
	200094	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	150.000,00
	170009	20.125.04.124.1173.2B15	-	-	315.148,50
	170175	20.125.04.124.1173.2B15	-	-	650,95
	170009	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	19.734,91
	170025	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	106.664,69
	170032	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	133.823,21
	170038	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	130.748,29
	170045	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	10.789,29
	170050	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	96.499,49
	170055	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	247.493,40
	170064	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	4.401,00
	170069	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	1.700,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
		170075	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	380.606,60
		170085	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	291.040,03
		170100	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	3.745,24
		170106	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	76.363,39
		170114	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	430,60
		170131	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	271.611,70
		170153	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	119.165,08
		170166	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	124.059,06
		170174	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	2.466,66
		170175	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	147.766,27
		170190	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	42.424,07
		170195	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	223.458,56
		170207	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	23.300,00
		170214	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	65.245,83
		170344	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	10.500,00
		170345	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	17.647,70
		170346	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	8.401,82
		170347	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	3.000,00
		170025	20.125.04.126.1173.2003	-	-	1.170,00
		170055	20.125.04.126.1173.2003	-	-	1.090,00
		170009	20.125.04.128.1173.4572	-	-	29.280,00
		110319	20.125.04.131.1173.4641	-	-	316.657,55
		170038	20.125.04.422.1173.4998	-	-	4.793,86
		Total		-	-	14.139.570,48
	Recebidos	153173	26.298.12.128.1067.4572	-	-	12.526,50
		280102	28.101.22.128.0411.4572	-	-	12.526,50
		200094	30.101.14.128.0698.4572	-	-	12.526,50
		510001	33.201.09.128.0087.4572	-	-	12.526,50
		253002	36.212.10.128.0016.4572	-	-	12.526,50
		253003	36.213.10.128.1185.4572	-	-	25.053,00
		380019	38.101.11.128.0106.4572	-	-	12.526,50
		393002	39.251.26.128.0225.4572	-	-	12.526,50
		413001	41.231.24.128.1157.4572	-	-	12.526,50
		440001	44.101.18.128.0511.4572	-	-	12.526,50
	Total			-	-	137.791,50

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	170085	20.125.04.122.1173.10TI	2.297.625,46	-	-
		170025	20.125.04.122.1173.110C	4.588,27	-	-
		170032	20.125.04.122.1173.110C	7.655,47	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
			4 - Investimentos	5 - Inversões Finceiras	6 - Outras Despesas de Capital
	170038	20.125.04.122.1173.110C	2.601,00	-	-
	170045	20.125.04.122.1173.110C	10.105,00	-	-
	170050	20.125.04.122.1173.110C	4.250,00	-	-
	170064	20.125.04.122.1173.110C	6.432,45	-	-
	170069	20.125.04.122.1173.110C	5.637,10	-	-
	170085	20.125.04.122.1173.110C	38.287,54	-	-
	170114	20.125.04.122.1173.110C	15.800,00	-	-
	170195	20.125.04.122.1173.110C	2.425,00	-	-
	170214	20.125.04.122.1173.110C	446,00	-	-
	170345	20.125.04.122.1173.110C	4.187,00	-	-
	170346	20.125.04.122.1173.110C	7.346,78	-	-
	170347	20.125.04.122.1173.110C	1.154,00	-	-
	170032	20.125.04.122.1173.110C	450,00	-	-
	170050	20.125.04.122.1173.110C	350,00	-	-
	170055	20.125.04.122.1173.110C	906,00	-	-
	170064	20.125.04.122.1173.110C	1.582,50	-	-
	170069	20.125.04.122.1173.110C	1.810,80	-	-
	170085	20.125.04.122.1173.110C	171.110,10	-	-
	170106	20.125.04.122.1173.110C	744,60	-	-
	170114	20.125.04.122.1173.110C	1.702,20	-	-
	170153	20.125.04.122.1173.110C	2.287,50	-	-
	170166	20.125.04.122.1173.110C	9.596,68	-	-
	170190	20.125.04.122.1173.110C	547,00	-	-
	170195	20.125.04.122.1173.110C	330,00	-	-
	170346	20.125.04.122.1173.110C	6.624,00	-	-
	Total		2.606.582,45	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-

As principais movimentações de créditos no exercício de 2009 denotam as seguintes transações: i) rateio das despesas de manutenção e funcionamento do Órgão Central e Regionais com o Ministério da Fazenda (R\$ 8.479.199,71); ii) rateio das despesas de manutenção e funcionamento da Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU) com o Ministério dos Esportes (R\$ 470.253,60); iii) despesa com capacitação/concurso/seleção (R\$ 1.591.458,60); e iv) despesa com publicidade (R\$ 350.000,00).

2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Programa 1173)

Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ (1)

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	36.010,83	7.569,40	36.010,83	7.569,40
Tomada de Preços	1.240.433,10	937.435,45	1.240.433,10	937.435,45
Concorrência	4.942.647,38	4.295.324,06	4.942.647,38	4.295.324,06

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Pregão	23.021.065,65	25.239.508,70	23.021.065,65	25.239.508,70
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	11.492.229,60	9.346.982,39	11.492.229,60	9.346.982,39
Inexigibilidade	2.058.493,98	1.776.282,91	2.058.493,98	1.776.282,91
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	377.177,74	344.201,07	377.177,74	344.451,05
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ⁽²⁾	344.961.705,21	442.178.701,00	344.715.705,21	441.869.018,00
Diárias	3.491.724,52	4.717.919,11	3.491.654,62	4.717.919,11
Outros	9.828.426,37	11.023.462,49	9.828.426,37	11.023.462,49
Total	401.449.914,38	499.867.386,58	401.203.844,48	499.557.953,56

NOTA 1: As despesas acima retratam inclusive créditos descentralizados pela UJ.

NOTA 2: O Pagamento em Folha não inclui contribuições.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1- Despesas de Pessoal	344.961.705,21	442.178.701,01	344.715.705,21	441.869.018,56	246.000,00	309.682,45	344.708.506,70	441.865.137,35
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	323.874.382,74	411.569.354,29	323.874.382,74	411.478.720,69		90.633,60	323.867.184,23	411.474.839,48
Aposentadorias e Reformas	14.216.058,23	23.971.592,07	14.201.615,68	23.951.592,07		20.000,00	14.216.058,23	23.951.592,07
Ressarcimento de despesas de Pessoal Requisitado	2.522.699,40	3.126.868,86	2.276.699,40	2.936.286,40	246.000,00	190.582,46	2.276.699,40	2.936.286,40
Demais	4.348.564,84	3.510.885,79	4.363.007,39	3.502.419,40	0,00	8.466,39	4.348.564,84	3.502.419,40
3- Outras Despesas Correntes	54.247.050,64	57.581.743,56	48.313.211,60	49.221.525,92	5.933.839,04	8.360.217,64	48.272.007,19	49.067.345,72
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	29.123.045,18	28.588.147,19	24.062.775,74	22.100.448,31	5.060.269,44	6.487.698,88	24.036.313,95	22.075.838,99
Locação de Mao-de-Obra	6.106.901,17	7.268.486,27	5.906.566,19	6.458.516,69	200.334,98	809.969,58	5.906.566,19	6.346.856,29
Auxílio-Alimentação	4.390.020,29		4.390.020,29				4.390.020,29	
Indenizações e Restituições		5.170.876,72		5.092.187,58				5.092.187,58
Demais	14.627.084,00	16.554.233,38	13.953.849,38	15.570.373,34	673.234,04	1.062.549,18	13.939.106,76	15.552.462,86

Obs: Na despesa de pessoal foram considerados os gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4- INVESTIMENTOS	6.796.224,11	4.750.422,56	685.987,83	741.021,77	6.110.236,28	4.009.400,79	588.680,46	473.946,55
Equipamento e Material Permanente - Op. Intra-Orçamentária.	3.636.512,82	2.516.329,77	685.987,83	588.573,27	2.950.524,99	1.927.756,50	588.680,46	321.498,05
Obras e Instalações	3.159.711,29	2.234.092,79	-	152.448,50	3.159.711,29	2.081.644,29	-	152.448,50

Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros			105.966,00	137.791,50
TOTAL			105.966,00	137.791,50

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
3- Outras Despesas Correntes	105.966,00	137.791,50	105.966,00	137.791,50	0,00	0,00	105.966,00	137.791,50
Serviços de Treinamento e Seleção	8.830,50		8.830,50				8.830,50	
Instituições de Caráter Assistencial. ou Cultural	97.135,50	137.791,50	97.135,50	137.791,50	-	-	97.135,50	137.791,50

Os valores indicados no demonstrativo acima representam despesas com servidores públicos federais no Programa de Capacitação sobre políticas de anticorrupção desenvolvido pelo *Institute of Brazilian Business and Management Issues* – IBI, em parceria com a CGU e outros ministérios.

Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Não houve ocorrências no período.

Execução Orçamentária do Programa 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1173		Denominação: Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
454.921.452,00	573.164.192,00	564.646.671,42	551.993.113,12	12.653.558,30	551.567.976,49

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	JAN/2008	0,00	400,00	100,00	102,09

Fórmula de Cálculo do Índice:

Fórmula para cálculo do Indicador de Desempenho da Ação: $IDA = DFa * Poa$, sendo que:

DFa é o percentual de execução da meta física estabelecida para uma ação orçamentária (desempenho físico), desde o início do exercício até o final do período de apuração.

Poa é a participação relativa do valor liquidado de uma ação orçamentária em relação ao total liquidado por todas as ações finalísticas, desde o início do exercício até o final do período de apuração.

Fórmula de cálculo do Índice de Desempenho Institucional da CGU: $IDIC = \text{Somatório do IDa de cada ação finalística}$.

Análise do Resultado Alcançado:

O IDIC tem por objetivo medir, de forma quantitativa, o desempenho das quatro ações finalísticas integrantes do programa de governo – 1173. Para medição do IDa das ações 2B13 e 2B15, foram utilizadas as metas físicas efetivamente previstas pelos gestores dos programas para 2009 (432 e 1400 unidades), visto que os quantitativos relacionados a essas ações, no SIGPlan, foram lançados indevidamente, conforme informações constantes do item 2.4.4 deste Relatório. O valor apurado alcançou o percentual de 102,09%, ultrapassando o índice de referência estabelecido para o exercício (de 100,00%). Se utilizados os valores constantes do SIGPlan, o IDIC alcançaria um percentual de 154%, não representando com fidedgnidade o planejamento inicialmente realizado.

Despesa	Liberação de Limite					
	Fevereiro	Abril	Outubro	Novembro	Dezembro	Total:
Custeio	11.657.000	26.295.000	900.000	7.800.000	1.952.232	46.652.000
Investimento	1.660.000	1.388.000	-200.000	1.500.000	423.186	4.348.000

No presente relatório, o item execução orçamentária é composto pelos seguintes demonstrativos: despesas por modalidade de contratação, despesas correntes por grupo e elemento de despesa, despesas de capital por grupo e elemento de despesa e execução por programa, sendo tais demonstrativos em créditos originados e recebidos pela unidade.

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação, observa-se o crescimento das contratações por meio de pregão. No exercício de 2008, o pregão foi utilizado em 43% do total gasto; já em 2009, tal índice cresceu para 47%. Por outro lado, constata-se uma queda no nível de dispêndio realizado mediante dispensa de licitação; em 2008, o índice atingiu 21,68 %, enquanto que em 2009 houve uma queda para 17,65. Quanto aos gastos realizados via suprimento de

fundos, estes são oriundos da realização de atividades de fiscalização e operações especiais da unidade.

Em relação ao desempenho dos gastos correntes por elemento de despesa nos dois períodos, é importante ressaltar o incremento ocorrido nos dispêndios com pessoal, o qual decorre do efeito do reajuste salarial para a carreira de finanças e controle e, ainda, o ingresso de servidores por meio de concurso público.

No caso do grupo Outras Despesas Correntes, os gastos estão concentrados na contratação de serviços de terceiros e locação de mão-de-obra, uma vez que o órgão necessita de serviços especializados, principalmente na manutenção de diversos sistemas informatizados, os quais são essenciais para a continuidade e expansão das atividades inerentes a função da CGU. Percebe-se no demonstrativo um incremento do nível de restos a pagar não processados, que decorre da liberação de limite de empenho pelo Órgão Setorial de Orçamento apenas no final do exercício, o que inviabilizou o empenho tempestivo dos contratos relativos a serviços de informática.

Em se tratando do grupo investimento, comparando-se os dois períodos, percebe-se uma diminuição do investimento da unidade, reflexo da queda na dotação autorizada em lei. Os investimentos estão concentrados na aquisição de mobiliários, equipamentos de informática e na construção da sede da Regional de Minas Gerais.

Além dos cortes de dotação verificados nos dois exercícios quando da aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional, é importante ressaltar o efeito do contingenciamento de gastos imposto à unidade. Em 2008, somente em junho foi liberado o valor parcial do limite de empenho, o qual correspondia a 83,50% da dotação total. Outra parte foi concedida em outubro. Essa intempestividade comprometeu o planejamento orçamentário, principalmente em relação aos gastos com investimento, uma vez que o processo de compra requer um prazo maior.

Para 2009, a concessão de limite de empenho seguiu a mesma sistemática, com liberações ao longo do exercício. No total, o limite englobou 94% da dotação prevista em lei, sendo que a unidade empenhou 99,54% do limitado. Apesar da autorização de empenho próxima da dotação autorizada, o contingenciamento de despesa teve início no reduzido referencial monetário concedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para alocação dos gastos no Projeto de Lei Orçamentária. Após programar as atividades conforme tal referencial, a unidade suportou o corte em sua programação orçamentária quando da aprovação da Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional. Diante disso, a unidade trabalhou o período dentro de um extremo processo de redução de gastos, o que prejudicou diversas atividades finalísticas.

Observa-se que execução orçamentária do *programa 1173* atingiu, em 2009, o percentual de 96,23% de realização. Esta execução restou comprometida ao longo do exercício em virtude do limite orçamentário inicialmente fixado para o exercício, por meio da Portaria CC/PR nº 28, de 15.04.2009, no valor de R\$ 37.952.000,00, correspondente a 61,95% da dotação total. Por essa razão, durante cinco meses, a execução orçamentária limitou-se a atender despesas ordinárias com capacitação e contratos continuados da CGU e suas unidades, chegando a comprometer as ações finalísticas. Posteriormente, depois de seguidas solicitações à UG Setorial Orçamentária da Casa Civil/PR, no mês de outubro, foi autorizada a expansão de R\$900.000,00 para atender despesas com o sorteio de municípios, em novembro de R\$ 7.800.000,00 para assegurar as

despesas contratuais até dezembro e de R\$1.952.232,00 em dezembro, para demais despesas ordinárias, perfazendo um valor total de R\$ 46.652.000,00, ao final do exercício.

No caso das despesas de investimento, as liberações seguiram a mesma sistemática das despesas com custeio, sendo que até dezembro foi autorizado o valor de R\$ 3.048.000,00, que correspondia a 64,16% da dotação total. Houve também, entretanto, uma expansão de limite, perfazendo o valor total de R\$ 4.348.000,00.

2.4.3 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS (Programa 1173)

Detalhamento das Despesas do Programa 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção

DESCRIÇÃO	Ano		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	932.109	1.618.662	1.759.995
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.495.173	3.019.027	4.734.900
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	7.752.824	8.380.819	10.006.494
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.581.804	1.581.804	1.893.885
3.3. Tecnologia da informação	1.336.588	1.319.394	1.295.451
3.4. Outras Terceirizações	4.834.432	5.479.621	6.817.158
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	22.875	16.781	31.914
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	1.517	-	-
TOTAIS	10.204.498	13.035.289	16.533.304

Pro intermédio da análise da evolução dos gastos gerais da unidade, verifica-se um incremento da ordem de 26% em comparação com o ano anterior, com destaque para os seguintes itens:

i) *Diárias e Ressarcimentos de Despesas em Viagens*: o incremento justifica-se pelo reajuste das diárias em torno de 86%, nos termos do Decreto nº 6.907, de 21 de Julho de 2009, e pelo aumento do número de viagens realizadas para trabalhos de fiscalização e operações especiais.

ii) *Vigilância, Limpeza e Conservação*: a variação positiva nesses serviços decorre da repactuação anual dos salários.

iii) *Outras Terceirizações*: O incremento de R\$ 1.625.677,00 é explicado pelo crescimento físico da unidade, o que implicou maior dispêndio na contratação de serviços especializados de apoio, tais como arquivistas, pedagogas para o funcionamento do berçário, secretárias e manutenção da central telefônica. Esse item é composto conforme o quadro seguinte:

Natureza das despesas detalhadas que compõem o item 3.4 – Outras Terceirizações (quadro anterior):

	Outras Terceirizações	6.817.158
33903701	Apoio administrativo, técnico e operacional	3.667.046
33903707	Serviços de brigada de incêndio.	1.540.494
33903916	Manutenção e conservação de bens imóveis	1.344.947
33903917	Manutenção de central telefônica	264.671

iv) *Cartão de Pagamento do Governo Federal*: o aumento de gastos por meio desse instrumento deve-se às despesas emergenciais para a prevenção da “Gripe Suína”, bem como ao atendimento de demandas de instalação do Berçário, frustradas nas licitações abertas e sem possibilidade de repetição, sem prejuízo ao período de início das atividades.

Os quadros inseridos até então neste item, refletem somente a posição da despesa realizada no Órgão Central – UG 170940 e 110176. Durante o exercício de 2009, foram destacados recursos ao Ministério da Fazenda para atender os gastos das Unidades Regionais com as despesas de manutenção e funcionamento, conforme quadro a seguir:

UG RESPONSÁVEL		DESPESA EXECUTADA		
		2007	2008	2009
170023	CGU-R/PA	320.380	350.866	425.049
170031	CGU-R/MA	232.439	417.260	473.381
170037	CGU-R/PI	126.042	164.193	194.062
170044	CGU-R/CE	298.021	460.598	410.594
170049	CGU-R/RN	106.417	165.559	200.024
170054	CGU-R/PB	252.517	297.403	345.452
170063	CGU-R/PE	233.799	254.667	279.890
170068	CGU-R/AL	271.700	346.447	376.325
170074	CGU-R/SE	225.454	257.449	246.853
170084	CGU-R/BA	263.435	342.773	611.221
170099	CGU-R/MG	634.508	519.842	485.010
170105	CGU-R/ES	186.050	254.129	262.537
170113	CGU-R/RS	171.337	172.804	185.257
170130	CGU-R/RJ	582.741	546.091	575.571
170152	CGU-R/SP	472.203	455.844	479.005
170165	CGU-R/PR	110.869	113.687	139.191
170174	CGU-R/SC	287.101	353.388	310.595
170189	CGU-R/MS	340.955	353.732	342.407
170194	CGU-R/MT	297.844	269.395	246.513
170200	CGU-R/GO	355.284	341.632	301.053
170202	CGU-R/RO	165.955	154.566	199.562
170206	CGU-R/AC	59.619	113.082	236.290
170212	CGU-R/AM	149.025	166.250	184.576
170364	CGU-R/TO	300.170	265.148	312.659
170365	CGU-R/AP	75.897	113.425	121.109
170366	CGU-R/RR	194.460	214.641	225.246
TOTAL		6.714.219,94	7.464.870,37	8.169.431,81

2.4.4 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	(01) Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
04	124	1173	2B13	A	4	Ações de Prevenção	696	287	668	5.458.940	3.731.203	12.123.772
04	124	1173	2D58	A	4	Ação de controle realizada	10.102	10.942	11.500	7.991.318	7.761.384	12.353.428
04	124	1173	2B15	A	4	Ação de Correição Realizada	250	2.830	1.800	1.661.126	1.242.099	2.429.800
04	122	1173	4998	A	4	Evento Realizado	24	9	24	350.000	112.212	350.000
04	126	1173	2003	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a	7.240.016	7.223.541	0
04	128	1173	4572	A	4	Servidor Capacitado	1.895	2.457	2.000	1.000.000	993.595	1.800.000
04	122	1173	2272	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a	446.581.621	445.449.795	449.957.533
04	122	1173	09HB	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a	89.165.445	86.203.293	83.225.586
04	131	1173	4641	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a	350.000	316.658	1.000.000
04	301	1173	2004	A	4	Servidor Beneficiado	5.478	3.430	4.206	3.359.661	3.337.469	3.634.217
04	365	1173	2010	A	4	Criança Atendida	443	393	443	504.763	363.823	504.763
04	331	1173	2011	A	4	Servidor Beneficiado	537	68	537	759.682	108.050	779.682
04	306	1173	2012	A	4	Servidor Beneficiado	2.673	2.675	2.673	5.195.963	4.783.340	5.195.963
04	301	1173	20cw	A	4	Servidor Beneficiado	1851	0	1851	39.657	0	333.121
04	122	1173	10TI	P	4	% execução física	20	(02) 6,3	0	2.375.298	(02) 2.297.580	0
04	122	1173	110C	P	4	Sede Reformada	17	10	25	1.130.702	722.630	5.100.000

Fonte de Dados: SIGPlan dez/2009

Nota (1): Valores Empenhados

Nota (2): Percentual de Execução Física correspondente aos valores liquidados no exercício de 2009. A execução de restos a pagar em 2010 implicará no acréscimo desse percentual.

O valor aprovado para a Ação **2B13 - Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental** em 2009, montou em R\$ 5.458.940,00, entretanto, destes, somente R\$ 3.731.203,00 (68,65%) foram liberados para empenho, tendo em vista os limites estabelecidos para a Controladoria-Geral da União, que ocasionaram um corte aproximado de 30% para execução nesta ação. Dessa forma a SPCI optou por promover a execução de melhorias de projetos já existentes, bem como a ampliação dos Programas de Fortalecimento da Gestão e Olho Vivo no Dinheiro Público, deixando para os próximos anos a conclusão de outros projetos iniciados em 2009, como por exemplo, o Projeto de Mapeamento de Riscos à Corrupção no Governo Federal.

A análise da execução da meta física de 2009 indica cumprimento de 41,23% do valor previsto, contudo destaca-se que o quantitativo de 696 unidades foi indevidamente registrado no SIGPlan, visto que o planejamento realizado pelo gestor para ação montou em 432 ações de prevenção. Se considerado esse valor o percentual de execução reflete em 66%. Os limites orçamentário-financeiros foram determinantes para a redução do resultado alcançado.

A análise detalhada da execução financeira de 2009 demonstra que:

- i) As ações relativas ao controle social e promoção da ética e cidadania, fundamentalmente ações de educação, conscientização e sensibilização quanto à participação da sociedade civil no processo de prevenção da corrupção, inclusive as ações voltadas ao público infanto-juvenil, representaram aproximadamente 29% dos recursos totais consumidos;
- ii) As ações de capacitação relativas ao Fortalecimento da Gestão Pública visando ao aprimoramento da gestão dos recursos públicos consumiram 7% da execução financeira;
- iii) Os recursos destinados à parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) representaram aproximadamente 30% da execução financeira;
- iv) A articulação internacional e a implementação das convenções internacionais contra a corrupção, incluindo o acordo realizado com a OCDE, consumiram 13% dos recursos;
- v) As ações de implementação das metas da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro) envolveram 4% dos recursos; e
- vi) O montante restante, correspondente a 17% da execução orçamentária foi alocado às demais iniciativas de prevenção à corrupção e transparência.

É importante ressaltar que grande parte ações de prevenção da corrupção em 2009 foram realizadas por meio da parceria com o UNODC, visto que tal organismo apresenta notória proficiência na área de combate à corrupção. A parceria visa a complementar outras iniciativas da CGU nesta área, pela assimilação de experiências bem sucedidas em outros países, assim como pela absorção de novas técnicas e tecnologias destinadas à consolidação do sistema de integridade do Estado brasileiro, e ao deslinde de denúncias de irregularidades no uso de recursos federais, que são aspectos relevantes e imprescindíveis para o fortalecimento da instituição.

Quanto às metas programadas para ação **2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais**, verifica-se que a execução física realizada atingiu 108,31% do quantitativo de ações de controle previstas, enquanto que a execução financeira montou em 97,12%. Constata-se que a execução física superou as previsões e as restrições financeiras que atingiram a ação, face aos limites impostos à Controladoria-Geral da União.

A execução orçamentária-financeira da ação 2D58 restou assim distribuída: i) 40% dos valores foram despendidos em ações de controle relativas ao programa de fiscalização por sorteio público; ii) 31% referem-se a valores aplicados nas ações de controle inerentes à avaliação da execução dos programas governamentais e avaliação da gestão; iii) 21% trataram das ações de investigação e apuração de denúncias; e iv) os 8% restantes dizem respeito a dispêndios relacionados, em especial, a ações de orientação e capacitação aos gestores públicos.

Destaca-se que 64 % dos valores aplicados (R\$4.964.681,00) referem-se à concessão de diárias, passagens e despesas com locomoção. A concentração de dispêndios nas referidas naturezas de despesa decorre da realização das atividades de auditoria e fiscalização nos diversos estados brasileiros.

A unidade de medida da **Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal** (Ação de Correição Realizada) corresponde à condução de investigações preliminares para verificar o cabimento da promoção direta ou da recomendação de promoção de procedimentos disciplinares; ou ao acompanhamento de procedimentos disciplinares de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; ou à promoção de procedimentos disciplinares pela própria CGU.

A meta física de 250 unidades para o exercício de 2009 foi registrada no SIGPlan de forma errônea, sendo a previsão inicial correta de 1400 ações de correição. O cálculo do resultado físico anual foi obtido a partir do levantamento de todas as ações de correição que foram conduzidas no âmbito da CRG durante o ano, a mesma metodologia utilizada para o cálculo mensal. O resultado positivo decorreu do incremento das ações da CRG no exercício proporcionado pela adoção de diversas políticas de gestão já indicadas neste Relatório.

No que se refere a execução orçamentária e financeira da ação, apesar da dotação inicial de R\$ 1.661.126,00, a disponibilidade foi reduzida para R\$ 1.242.099,00 face ao limite de empenho imposto à Controladoria-Geral da União. Levando-se em conta a dotação inicial, a execução orçamentária-financeira atingiu o percentual de 74,77%.

Para 2010, a capacitação e o aumento da quantidade de servidores para condução de procedimentos disciplinares possibilitará o incremento na realização de ações de correição, fato que, conseqüentemente, aumenta a demanda por recursos orçamentários. Outras questões como a instalação de núcleos regionais de correição e a ampliação do campo de atuação da CRG também exigem maior disponibilidade orçamentária. Com o aumento de cerca de 40% na dotação orçamentária da ação 2B15, espera-se, na mesma proporção, o incremento na realização de ações de correição.

O desenvolvimento da ação **4998 – Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias**, no exercício de 2009, não obstante limitações de recursos de custeio, que dificultaram a execução plena das metas físicas e financeiras programadas para a ação, decorrentes de um cenário de restrição financeira/orçamentária, não afetou sobremaneira o alcance dos resultados esperados para o período, pois foi realizada a execução segundo priorização de ações pautado pelo binômio: impacto no resultado / urgência. As realizações físicas e financeiras da ação atingiram, respectivamente, os seguintes percentuais em relação ao previsto – 37,5% e 32,06 %.

Além disso, cabe destacar, foram cumpridos todos os acordos previamente formalizados de realização de eventos de repercussão nacional e internacional com diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como *Ombudsman*, *Provedores de Justiça*, *Defensores del Pueblo* e *Médiateur* de quatorze países.

A Meta Prevista (LOA + Créditos) para a ação **2003 – Ações de Informática** totalizou R\$ 7.240.016,00, sendo R\$ 6.740.016,00 em custeio e R\$ 500.000,00 em investimento. Com base no detalhamento dos dados do SIAFI, verifica-se a execução de 99,86% da dotação de despesas correntes e 98,65% da dotação de investimento.

O montante de despesas executadas em 2009, totalizou R\$ 4.886.673,00, e os valores inscritos em Restos a Pagar, representaram R\$ 2.336.868,00; os quais correspondem a pagamentos ainda não realizados em decorrência de pendências diversas por parte das empresas contratadas em

2009. Contudo, grande parte das necessidades de melhoria de infraestrutura de TI na CGU não puderam ser atendidas, em face do baixo orçamento destinado a investimentos.

Em relação a ação **4572 – Capacitação de Servidores Públicos**, para o exercício de 2009, a Lei Orçamentária Anual (LOA) autorizou gastos nessa ação da ordem de R\$ 1.000.000,00. Quanto à meta física, estava prevista a capacitação de 1.895 servidores. Analisando a execução financeira da Ação, verifica-se que a realização alcançou a quase totalidade da meta financeira fixada.

A respeito do quantitativo de servidores capacitados, em decorrência da forma de apuração para efeito de lançamento no SIGPlan, foram consideradas as capacitações realizadas em cada mês para registro nesse Sistema. Sendo assim, no caso dos cursos de idiomas, que têm duração semestral, o número de servidores capacitados foi incluído mensalmente no quantitativo realizado, resultando em uma diferença em relação aos dados gerados pelo Sistema de Capacitação da CGU, que considerou o quantitativo de capacitados em função da conclusão dos cursos com aproveitamento.

Em relação às ações **2272 – Gestão e Administração do Programa, 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** e **4641 – Publicidade de Utilidade Pública** destaca-se que não possuem meta física por se tratarem de ações padronizadas. Quanto ao aspecto orçamentário-financeiro, a execução da ação 2272 atingiu 99% do permitido na lei orçamentária. Na ação 09HB percebe-se que a meta financeira inicial foi extrapolada em virtude do reajuste e ingresso de servidores, o que tornou necessária a suplementação de créditos.

No caso do desempenho das ações relativas a benefícios ao servidor, é importante comentar a execução da **ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**, cuja previsão inicial de gasto foi de R\$ 2.761.118,00. Com o impacto dos reajustes no ressarcimento de servidores, autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tornou-se necessária a abertura de crédito suplementar para tais despesas. A execução da ação **2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**, cuja previsão de gasto foi de R\$ 759.682,00, ficou abaixo da meta em razão da decrescente adesão dos servidores da CGU a esse benefício, face ao incremento no valor da remuneração da carreira finanças e controle, bem como a utilização da indenização de transporte de servidores em atividades externas. Com relação à **ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos**, não houve execução em virtude da falta de demanda.

Já para a ação **10TI - Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Minas Gerais**, havia a previsão inicial de dispêndio de R\$ 2.100.000,00. Ocorre que, para a conclusão do projeto ainda no exercício de 2009, tornou-se necessária a abertura de crédito suplementar, o que permitiu uma execução da ordem de R\$ 2.297.580,00.

Quanto à ação **110C - Reforma, adaptação e Modernização das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União**, efetuou-se uma reprogramação das necessidades das Unidades Regionais como resultado da limitação de empenho ao longo do exercício, o que resultou em menor gasto diante da dotação existente, ou seja, uma execução da ordem de 64% do permitido em lei. Por outro lado, da meta de 17 sedes reformadas, o recurso utilizado permitiu atender 10 unidades, ou seja, 58% do previsto.

2.4.5 INDICADORES DE DESEMPENHO

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Nessa linha de entendimento, instituíram-se dois importantes instrumentos de planejamento que subsidiam a aferição desses resultados: o Plano de Integridade Institucional, Controle de Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção 2007-2010 (PII), que define as principais diretrizes básicas, programas, projetos e ações do órgão para o quadriênio, e o Plano de Ações e Metas, que constitui o planejamento tático da instituição, relacionando-se ao plano de longo prazo (PII).

Levando-se em conta esses instrumentos e em conformidade com a estratégia estabelecida pela Portaria nº 2.343/2008, com as alterações da Portaria nº 147/2009, foi constituído ao final de 2008, pela Portaria nº 1.234, Grupo de Trabalho composto por representantes de diversas unidades organizacionais da CGU com a atribuição de aprimorar o ferramental de mensuração e avaliação de desempenho da Casa. Como resultados dos trabalhos foram publicadas, por meio das Portarias nº 1.833 e nº 1.834, ambas de 16 de setembro de 2009, a metodologia de avaliação de desempenho institucional, bem como a listagem de macroprocessos e indicadores definidos para o 2º semestre de 2009.

Com fundamento nessa metodologia, tornou-se possível em 2009 iniciar a mensuração dos principais produtos da CGU, mesmo que em estágio incipiente, visto que os indicadores propostos ainda não envolvem todos os macroprocessos da Casa, a maioria não possui série histórica, bem como ajustes e adequações se farão necessários, advindos da experiência de aferição neste exercício.

Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI)

i) Macroprocessos e Indicadores:

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
2.1	Portal da Transparência	Percentual da execução financeira do governo federal no período registrada no Portal da Transparência (aferição anual)	Somatório da execução financeira do governo federal registrados no Portal no período / Somatório da execução financeira total do governo federal no período	SPCI-032	6.1	Não definida	Anual
Objetivo do Indicador		Verificar a evolução da cobertura dos recursos da execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência com relação à execução financeira total no período.					
2.2	Portal da Transparência	Montante de recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência (aferição mensal)	Somatório dos recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal	SPCI-032	6.1	Não definida	Mensal

Objetivo do Indicador		Verificar o incremento do montante de recursos totais de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência a cada período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. A análise da variação da taxa de evolução mensal dos recursos mapeados no Portal da Transparência pode subsidiar o entendimento dos fatores internos e externos que influenciam a disponibilização de bases de dados para publicação.					
2.3	Portal da Transparência	Quantidade de visitas ao Portal da Transparência no período (aferição mensal)	Quantidade de visitas ao Portal da Transparência por período	SPCI-032	6.1	Não definida	Mensal
Objetivo do Indicador		Verificar a quantidade de visitas ao Portal da Transparência a cada período, visando à análise do interesse dos usuários pelo site. A análise comparativa da série histórica do indicador permitirá identificar períodos de pico de acesso ao site, associando-os a: resultados de campanhas de divulgação, períodos pré-eleitorais, notícias divulgadas pela imprensa, implementação de melhorias no Portal, entre outras.					
2.4	Articulação Internacional	Quantidade de demandas internacionais de representação ou prestação de assistência técnica sobre prevenção e combate à corrupção recebidas no período (aferição semestral)	Quantidade de demandas internacionais de representação ou prestação de assistência técnica sobre prevenção e combate à corrupção recebidas no período	SPCI-022 SPCI-023 SPCI-024 SPCI-025	6.6	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Verificar a evolução do reconhecimento internacional do Brasil na área de prevenção e combate à corrupção. A análise comparativa da série histórica do indicador permitirá identificar a relação entre as ações de divulgação dos projetos realizados pela CGU ou de prestação de assistência técnica a outros países que tenham acarretado acréscimos ou decréscimos no quantitativo de demandas de representação internacional recebidas por período.					
2.5	Articulação Internacional	Quantidade de demandas internacionais de representação ou prestação de assistência técnica sobre prevenção e combate à corrupção atendidas no período (aferição semestral)	Quantidade de demandas internacionais de representação ou prestação de assistência técnica sobre prevenção e combate à corrupção atendidas no período	SPCI-022 SPCI-023 SPCI-024 SPCI-025	6.6	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Verificar a evolução da efetiva representação e/ou prestação de assistência técnica internacional do Brasil na área de prevenção e combate à corrupção, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Analisando-se conjuntamente os indicadores do macroprocesso “Articulação Internacional”, é possível identificar se uma maior representação do Brasil em eventos ou conferências internacionais em um determinado período gera um maior reconhecimento do país como referência no tema de prevenção e combate à corrupção nos períodos subsequentes.					
2.6	Escola Virtual da CGU	Quantidade de pessoas capacitadas por meio da Escola Virtual da CGU no período (aferição semestral)	Quantidade de pessoas aprovadas nos cursos oferecidos pela Escola Virtual da CGU no período	SPCI-015	2	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Apresentar a evolução da quantidade de pessoas capacitadas pela CGU por meio de educação à distância por período. A análise comparativa da série histórica do indicador possibilitará a identificação do nível de interesse do público pelos cursos de educação à distância disponíveis na Escola Virtual da CGU.					
2.7	Escola Virtual da CGU	Quantidade de vagas oferecidas na Escola Virtual da CGU no período (aferição semestral)	Número de vagas oferecidas em todos os cursos da Escola Virtual da CGU no período.	SPCI-015	2	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Apresentar a evolução capacidade da Escola Virtual da CGU quanto ao oferecimento de oportunidades de capacitação para seu público, com base na análise comparativa da série histórica do indicador.					

2.8	Programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP)	Quantidade de agentes públicos capacitados por meio do programa FGP (aferição semestral)	Somatório dos agentes públicos capacitados	SPCI-013	6.5	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar a evolução do alcance do FGP, com relação ao número de agentes públicos capacitados, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Tal análise permitirá identificar fatores internos e externos que influenciam a taxa de variação do número de agentes públicos capacitados por período.					
2.9	Programa Olho Vivo no Dinheiro Público	Quantidade de cidadãos capacitados pelo Programa Olho Vivo (aferição semestral)	Somatório dos cidadãos capacitados	SPCI-046	6.4	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar a evolução do alcance do Olho Vivo, com relação ao número de cidadãos capacitados, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Tal análise permitirá identificar fatores internos e externos que influenciam a taxa de variação do número de cidadãos capacitados por período.					
2.10	Educação para a Ética e Cidadania	Quantidade de alunos participantes das ações de educação para ética e cidadania no período (aferição anual)	Quantidade de alunos participantes das ações de educação para ética e cidadania no período	SPCI-010	6.4	Não definida	Anual
Objetivo do Indicador		Avaliar a evolução do alcance das ações de Educação para Ética e Cidadania com alunos da rede pública e privada por período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador.					
2.11	Educação para a Ética e Cidadania	Quantidade de professores participantes das ações de educação para ética e cidadania no período (aferição anual)	Quantidade de professores participantes das ações de educação para ética e cidadania no período	SPCI-010	6.4	Não definida	Anual
Objetivo do Indicador		Avaliar a evolução do alcance das ações de Educação para Ética e Cidadania com professores da rede pública e privada por período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador.					
2.12	Produção de informações estratégicas	Quantidade de informações estratégicas analisadas (aferição semestral)	Somatório de processamentos de informação realizados pela GLAPE + Somatório de trilhas desenvolvidas pelo Observatório da Despesa Pública + Somatório de processos analisados pela GPROD	SPCI-001	6.3	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar a evolução da quantidade de informações estratégicas analisadas, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Tal análise permitirá identificar picos de demandas por produção de informações estratégicas, associando-os a fatores internos ou externos que influenciem o número de demandas recebidas e/ou a capacidade interna de produção de informações, como a obtenção de mais bases de dados ou a aquisição de ferramentas de otimização dos processos de mineração de dados.					
2.13	Produção de informações estratégicas	Quantidade de pessoas físicas/jurídicas analisadas no período (aferição semestral)	Quantidade de pessoas físicas /jurídicas analisadas pela GPROD no período	SPCI-001	6.3	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar a evolução da quantidade de pessoas físicas/jurídicas analisadas no período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. A análise da taxa de variação do número de pessoas físicas/jurídicas analisadas a cada período permitirá identificar fatores internos ou externos que influenciam o número de demandas recebidas e/ou a capacidade interna de produção de informações.					

ii) Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
2.1	Não definida	83,08%	25/01/2010	Anual
2.2	Não definida	R\$ 6.277.009.160.029,67	25/01/2010	Mensal
2.3	Não definida	186.376	25/01/2010	Mensal
2.4	Não definida	20		Semestral
2.5	Não definida	20		Semestral
2.6	Não definida	818	25/01/2010	Semestral
2.7	Não definida	1400	25/01/2010	Semestral
2.8	Não definida	6.414	25/01/2010	Semestral
2.9	Não definida	31.824	25/01/2010	Semestral
2.10	Não definida	162.101	25/01/2010	Anual
2.11	Não definida	11.808	25/01/2010	Anual
2.12	Não definida	534	25/01/2010	Semestral
2.13	Não definida	591	25/01/2010	Semestral

iii) Considerações sobre o desempenho da unidade:

A seguir são apresentados gráficos dos principais indicadores mensurados e analisados ao longo do período, o que possibilita a avaliação dos resultados finalísticos obtidos nas ações de prevenção da corrupção desenvolvidas pela SPCI.

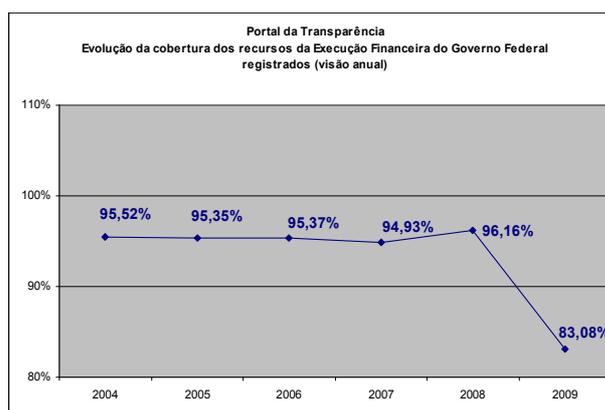
Portal da Transparência

Gráfico 1

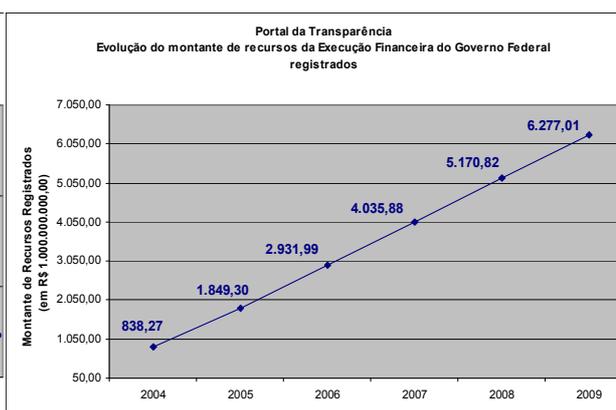


Gráfico 2

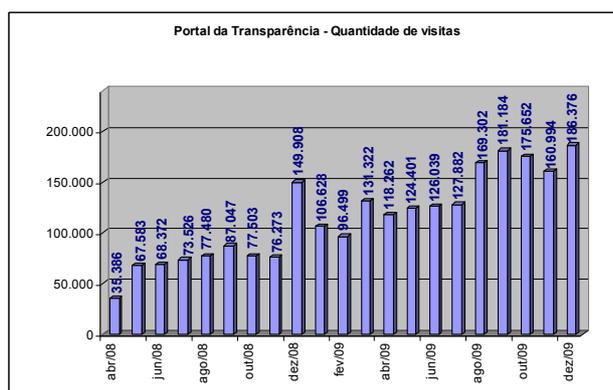


Gráfico 3

Avaliando-se o Gráfico 1, é possível observar que, historicamente, o Portal alcança cobertura média de 95% da execução financeira global do Governo Federal. A redução registrada em 2009, 83,08%, deve-se ao atraso no recebimento dos arquivos de carga de dados referentes aos gastos realizados em dezembro/2009. Até a data de coleta do indicador (20/01/2010), a carga de dados havia sido realizada para os meses de janeiro a novembro de 2009. Observa-se, no entanto, que o Portal da Transparência está sujeito a constantes atualizações e otimizações com vistas ao aumento da cobertura dos gastos do Governo Federal, promovendo assim a ampliação da transparência dos gastos públicos ao longo dos anos, até que se consiga alcançar 100% de cobertura.

O Gráfico 2 demonstra uma evolução linear dos gastos totais do Governo Federal registrados no Portal, com incrementos anuais em torno de R\$ 1 trilhão. Este é o comportamento esperado para este indicador, considerando o valor histórico da execução financeira global do Governo Federal nos últimos anos.

Analisando-se o Gráfico, observa-se curva ascendente no número de acessos ao Portal da Transparência desde abril/2008, quando se começou a aferir sistematicamente este indicador.

Programa Olho Vivo no Dinheiro Público

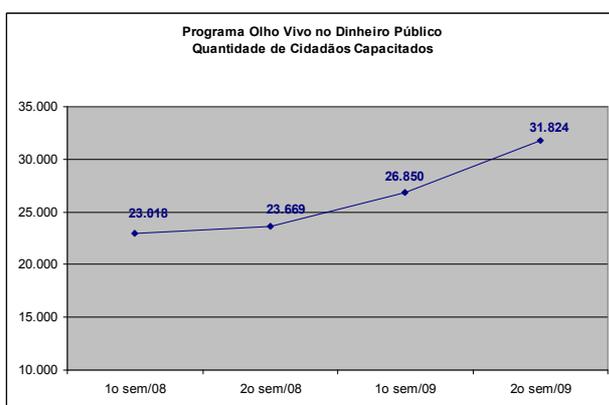


Gráfico 4

Análise:

O Gráfico 4 mostra a evolução do quantitativo de cidadãos capacitados pelo Programa Olho Vivo no Dinheiro Público até o momento (acumulado desde 2004). Nele, é possível observar o aumento expressivo na taxa de crescimento deste indicador no ano de 2009, especialmente no segundo semestre. Isso se dá devido à otimização do processo de acompanhamento das ações, através da contínua apuração de resultados e aferição de metas do programa ao longo do ano.

Programa Fortalecimento da Gestão Pública

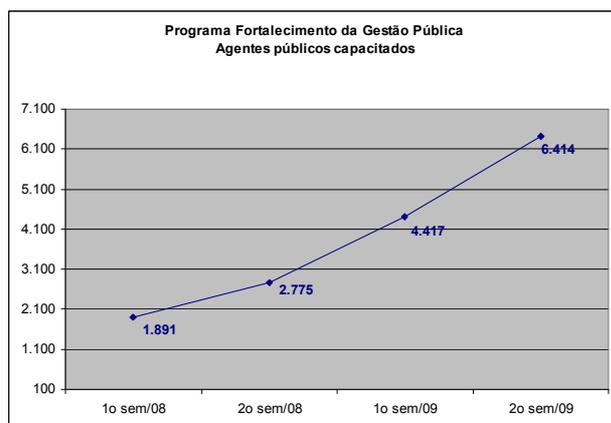


Gráfico 5

Análise:

O Gráfico 5 mostra a evolução do quantitativo de agentes públicos capacitados pelo Programa Fortalecimento da Gestão Pública até o momento (acumulado desde 2006). Nele, é possível observar o aumento expressivo na taxa de crescimento deste indicador no ano de 2009, também decorrente da otimização do processo de acompanhamento das ações, através da contínua apuração de resultados e aferição de metas do programa ao longo do ano.

Produção de Informações Estratégicas

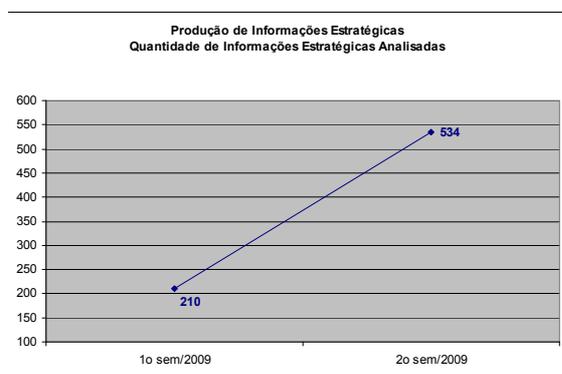


Gráfico 6

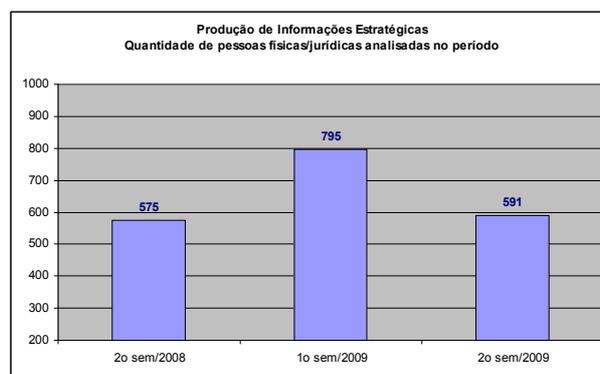


Gráfico 7

Análise:

O Gráfico 6 apresenta o acréscimo no volume de informações estratégicas produzidas, entre o primeiro e segundo semestre de 2009.

O Gráfico 7 apresenta variação significativa do número de pessoas físicas e jurídicas analisadas nas investigações preliminares e nas análises patrimoniais realizadas nos últimos três semestres. Tal variação é justificada pela natureza da atividade de análise, essencialmente decorrente de demandas de outras unidades das CGU. Adicionalmente, outro fator determinante para esta variação é a disparidade dos processos analisados. Alguns envolvem poucas pessoas, e podem ser resolvidos em um curto espaço de tempo, enquanto outros, podem envolver um número representativo de pessoas físicas/jurídicas, demandando mais esforço para a conclusão da análise. Ressalta-se, entretanto, que a SPCI tem dado vazão a todas as demandas recebidas.

Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

i) Macroprocessos e indicadores:

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
1.1	Acompanhamento Sistemático da Execução dos Programas do Governo	Programas acompanhados com resultados encaminhados ao Gestor Federal	Avaliar o grau de cobertura sobre os Programas em relação ao orçamento aprovado	(Quantidade de Programas acompanhados com resultados encaminhados) / (Quantidade de Programas e Programações Essenciais e Relevantes)	SFC - 004, SFC - 006	4.1 e 4.2	-	Semestral
1.2	Auditorias de Contas Anuais	Unidades Jurisdicionadas auditadas (UJ 's)	Verificar o grau de execução das auditorias anuais de contas das Unidades indicadas pelo TCU	(Quantidade de UJ 's auditadas com processos encaminhados no prazo) / (Quantidade de UJ 's definidas pelo TCU)	SFC - 007	4.4 e 4.5	100%	Semestral
1.3	Fiscalização em pequenos e médios municípios a partir de Sorteios Públicos	Municípios fiscalizados	Avaliar a cobertura de municípios fiscalizados nos Sorteios	Quantidade de municípios fiscalizados com relatórios encaminhados no prazo autorizado / Quantidades de Municípios sorteados	SFC - 009	4.6	-	Semestral
1.4	Análise de processos e atos de administração de pessoal	Percentual de Processos analisados (no período fixado) relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões dos processos recebidos	Medir (em %) a eficácia da SFC na Análise dos atos de pessoal	Quantidade de processos analisados (no período fixado) x 100/ quantidade de processos recebidos (no período fixado)	SFC - 017	4.15	100%	Semestral
1.5	Acompanhamento Permanente dos Gastos	Ações de controle de acompanhamento da execução da despesa	Avaliar o grau de cobertura do controle interno sobre a execução da despesa de todas as Unidades Jurisdicionadas (UJ 's) sob a jurisdição da CGU	Total da despesa analisada / Total da despesa autorizada para as UJ 's sob a jurisdição da CGU	SFC 022	4.5	100%	Semestral
1.6	Auditoria sobre Processos de Tomada de Contas Especial	Percentual de auditoria (no prazo fixado) dos processos recebidos de Tomada de Contas Especiais (TCE)	Medir (em %) a Eficácia da SFC na Análise de Processos de TCE	Quantidade de processos auditados de Tomada de Contas Especiais (no período fixado) x 100 / Quantidade de Processos de Tomada de Contas Especiais (TCE) recebidos (no período fixado)	SFC - 016	4.14	100%	Semestral
1.7	Auditoria sobre contratos de recursos externos	Relatórios de Auditorias sobre Contratos de Recursos Externos	Verificar o grau de execução das auditorias de recursos externos demandadas pelos	Quantidade de relatórios elaborados, revisados e encaminhados / Quantidade de auditorias determinadas pelos organismos internacionais	SFC - 013	4.11	100%	Semestral

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
			organismos internacionais					
1.8	Elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República	Análise dos principais pontos do Balanço	Confirmar a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República	Prestação de Contas do Presidente da República elaborada	SFC - 014	4.12	-	Anual
1.9	Orientação aos Gestores Federais	Ações de orientação e capacitação aos Gestores Federais	Avaliar o grau de orientação aos gestores federais	Quantidade de servidores federais capacitados	SFC - 020, SFC - 026	4.3	-	Semestral

ii) Aferição dos indicadores no período:

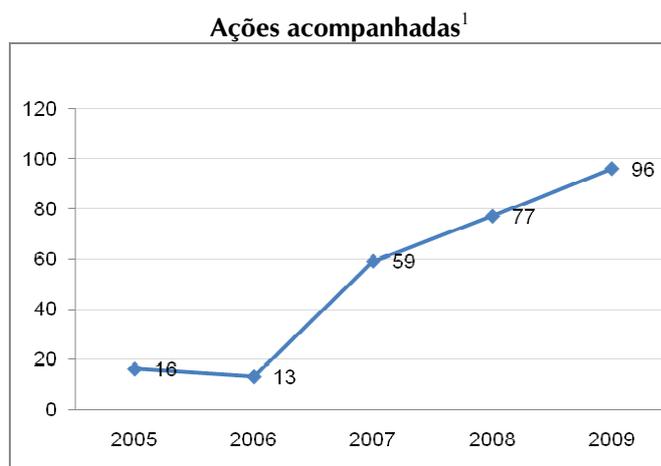
Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
1.1	-	8,9%	08/02/2009	Semestral
1.2	100%	100,0%	08/02/2009	Semestral
1.3	-	0,0%	08/02/2009	Semestral
1.4	100%	72,9%	08/02/2009	Semestral
1.5	100%	70%	08/02/2009	Semestral
1.6	100%	90,1%	08/02/2009	Semestral
1.7	100%	93,0%	08/02/2009	Semestral
1.8	-	Não se aplica	Não se aplica	Anual
1.9	-	4.818	08/02/2009	Semestral

iii) Considerações sobre o desempenho da unidade:

Acompanhamento sistemático da execução dos programas de governo

De um total de 342 programas de governo, classificados pelo controle interno como “Essenciais” ou “Relevantes”, segundo critérios de hierarquização constantes da Nota Técnica DCPLA/DC/SFC/CGU N.º 2596/2009, 31 programas (75 ações de governo) tiveram acompanhamento de forma sistemática com envio de resultados à alta administração da SFC durante o período em análise, aferido o indicador em 8,9%.

O número de programas ou ações efetivamente acompanhados parece pequeno, contudo, segue-se a estratégia de priorizar os assuntos mais relevantes no período. Neste aspecto, cabe ressaltar que o papel do Controle Interno se diferencia do controle primário do próprio gestor, este sim, conforme previsão legal, deve cuidar da totalidade dos recursos gastos. Assim, o esforço da SFC deve priorizar os eventos mais importantes no momento da intervenção, podendo mudar de um ano para o outro. Ademais, cabe destacar que o montante de ações de governo objeto de ações de controle com o intuito de avaliar a execução de programas governamentais vem sendo ampliado ao longo dos últimos anos, conforme mostra o gráfico a seguir.



Fonte: Sistema Ativa em 28 de janeiro de 2010

Fiscalização em pequenos e médios municípios a partir de Sorteios Públicos

A aferição do indicador é realizada por meio da verificação do percentual de relatórios publicados na *internet* no prazo previsto no cronograma aprovado para o Sorteio. Não houve publicação dos relatórios referentes ao 29º Sorteio no prazo previsto no cronograma aprovado, o que ocorreu em decorrência de atrasos e prorrogações durante a execução dos trabalhos, em que pesem os esforços continuados que a Secretaria Federal de Controle Interno vem adotando visando o aprimoramento do processo de trabalho e a solução rápida dos problemas que se apresentam. Cabe destacar, ainda, que existia a previsão de publicação de relatórios referentes a apenas 1 edição do Sorteio.

Ao analisar o título e objetivo do indicador, em confronto com a sua fórmula, identifica-se uma inconsistência. O indicador apurado na forma como está definido indica que não foi cumprido o prazo de encaminhamento dos relatórios e não que a cobertura prevista não foi atingida. O indicador carece de revisão.

Análise de processos e atos de administração de pessoal

Os sistemas internos da CGU não permitem a visualização tempestiva do estoque de atos a serem analisados, de forma que se adotou, para efeito de aferição do referido macroprocesso, a visão do percentual de processos analisados frente ao estabelecido na Portaria de Detalhamento de Metas.

O desempenho geral, que considera atos e processos analisados tanto pelas CGU-Regionais quanto pelo órgão central, foi de 72,9%, com análise de 23.615 processos de um total de 32.361 processos (valores calculados com base na meta e pesos para cada tipo de ato analisado, conforme estabelecido nas portarias de detalhamento das metas).

A aferição das CGU-Regionais revela um desempenho de 64%, tendo sido analisados 18.267 atos de um total de 28.361 estabelecidos como meta (já considerando correções efetuadas no

¹ Referente ao quantitativo de ações de governo objeto de ações de controle realizadas no período, independentemente do envio de resultados à alta administração da CGU.

momento da aferição). A análise da aferição apresentou para o órgão central um desempenho de 133,7%, atingidos com a análise de 5.348 atos de um total de 4.000 atos estabelecido como meta pela portaria.

A dificuldade de visualizar os estoques de atos de pessoal das CGU-Regionais, que só pode ser obtido por meio de acesso aos dados do Sistema SISAC – TCU, vem dificultando o trabalho de planejamento da execução desta atividade. A diretriz atual é que as CGU-Regionais alimentem o Sistema Ativa, com periodicidade trimestral, com os quantitativos de atos de pessoal que as unidades irão analisar e não com os dados de estoque que constam no SISAC.

Acompanhamento Permanente dos Gastos (APG)

Das 323 Unidades Gestoras que dispõem de dotação orçamentária sob jurisdição da CGU, foram monitoradas 146 unidades, o que corresponde a 70% do orçamento autorizado. O indicador permite visualizar, do subconjunto de unidades que recebem dotação orçamentária inicial, a cobertura que o controle alcança ao realizar análise de seu orçamento pelo menos uma vez no período de análise considerado para aferição.

Auditoria sobre Processos de Tomada de Contas Especial

A aferição é realizada por meio da comparação entre a quantidade de processos auditados e a quantidade de processos recebidos e o desempenho obtido foi de 90,1%.

O desempenho obtido é resultado da ausência de capacidade operacional para analisar a totalidade de processos de TCE que ingressaram na CGU no 2º semestre. Entretanto, deve-se ressaltar que essa quantidade é variável de período a período, motivo pelo qual no 1º semestre a capacidade operacional foi suficiente para reduzir o estoque de tal forma que, ao final do exercício de 2009, o estoque total havia sido reduzido em 100 processos.

Auditoria sobre contratos de recursos externos

A aferição considera o percentual de relatórios elaborados, revisados e encaminhados, em relação à quantidade de auditorias a ser realizada. O desempenho aferido foi de 93%, com a entrega de 13 relatórios no 2º Semestre para uma meta de 14 relatórios.

O relatório não encaminhado no prazo previsto foi enviado ao organismo internacional em janeiro de 2010. As auditorias sobre o projeto em questão, em função de sua complexidade e criticidade, sofreram nos últimos anos atrasos consecutivos e o relatório final do projeto teve trabalhos de auditoria conduzidos entre agosto e outubro de 2009, cuja conclusão e encaminhamento ao organismo internacional só foi possível em janeiro de 2010.

Elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República

O objetivo da aferição do indicador referente ao PCPR é confirmar a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República. Entretanto, trata-se de macroprocesso existente apenas no 1º semestre de cada exercício.

Orientação aos Gestores Federais

O objetivo do indicador é avaliar o grau de orientação aos gestores federais, sendo aferido de forma quantitativa, a partir da informação do número de servidores federais capacitados. O indicador não apresenta metas, o que será corrigido quando da definição do indicador para o próximo semestre.

Corregedoria-Geral da União (CRG)

i) Macroprocessos e Indicadores

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
3.1	Promoção de ações disciplinares	Encerramentos versus instaurações de Sindicâncias Patrimoniais (Sinpas)	Verificar o estoque de Sindicâncias Patrimoniais (Sinpas) em curso na CRG	[Sinpas encerradas no período] / [Sinpas instauradas no período]	CRG-004	Ação 5.2.3	1	Mensal
3.2	Acompanhamento de ações disciplinares	Amplitude do acompanhamento das ações disciplinares	Verificar o alcance do acompanhamento da CRG frente ao universo de procedimentos disciplinares no Poder Executivo Federal (PEF)	[procedimentos acompanhados pela CRG no período] / [procedimentos disciplinares instaurados no PEF no período]	CRG-006	Ação 5.1.1	20%	Anual
3.3	Inspeção dos órgãos do Sistema de Correição	Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções	Verificar o atendimento ao art. 22 da Portaria nº 335/2006 (20 inspeções p/ semestre atualmente)	[inspeções realizadas] / [quantidade estabelecida]	CRG-008	Ação 5.3.2	100%	Semestral
3.4	Orientação normativa dos órgãos do Sistema de Correição	Encerramentos versus recebimentos de questionamentos sobre direito disciplinar	Verificar o estoque de questionamentos de cunho disciplinar na CRG	[Questionamentos respondidos no período] / [Questionamentos recebidos no período]	CRG-009	Ação 5.3.2	100%	Semestral
3.5	Disseminação de conhecimentos sobre matéria administrativa disciplinar	Cumprimento da quantidade projetada de capacitações em Processo Administrativo Disciplinar	Verificar o atendimento ao projeto de capacitação de membros em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD)	[Servidores capacitados no período] / [Servidores que se pretendia capacitar no período]	CRG-010	Ação 5.3.3	100%	Anual

ii) Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
3.1	1	1,3 (26 encerradas sobre 20 instauradas)	1/2/2010	Mensal
3.2	20%	23,11% (1243 processos acompanhados sobre 5377 processos instaurados)	1/2/2010	Anual

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
3.3	100%	125% (45 inspeções realizadas sobre 40 inspeções programadas)	1/2/2010	Semestral
3.4	100%	100% (no 1º semestre 82 questionamentos foram recebidos e 82 respondidos - no segundo semestre não foi realizada aferição)	1/2/2010	Semestral
3.5	100%	190% (foram capacitados 1525 e pretendia-se capacitar 800)	1/2/2010	Anual

iii) Considerações sobre o desempenho da unidade:

Considerando as metas estipuladas para o segundo semestre de 2009 e os indicadores de desempenho, a Corregedoria-Geral da União teve boa performance, visto que superou integralmente 80% das metas previstas (4/5 metas), o que demonstra o firme propósito da CRG em busca da responsabilização administrativa como forma eficaz de combate à impunidade e a efetiva responsabilização administrativa de agentes públicos.

Uma das metas (item 3.4) não foi atingida devido a problema operacional na mensuração dos dados. Questões técnicas nos sistemas de informações e na infra-estrutura de rede da CRG impossibilitaram o levantamento das informações. No entanto, pode-se considerar a meta plenamente atingida, pois a totalidade dos questionamentos encaminhados à CRG foram dirimidos em menos de 30 dias.

Ouvidoria Geral da União (OGU)

i) Macroprocessos e indicadores:

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
4.1	Aperfeiçoamento do atendimento às manifestações do cidadão	Percentual de manifestações concluídas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, de competência da OGU no desempenho de seu papel de Ouvidoria-Geral do Poder Executivo Federal (PEF).	OGU-003 - Atendimento às manifestações externas	4ª Articulação interinstitucional; 5ª Fomento ao controle social; 6ª Incremento da transparência pública	n/a	Mensal
Objetivo do Indicador		Aferir o percentual de manifestações concluídas em relação ao total de manifestações recebidas pela OGU no desempenho de sua função de Ouvidoria-Geral do Poder Executivo Federal. Somente serão computadas as manifestações referentes a órgãos e entidades que não dispõem de unidade de Ouvidoria própria e dessa forma recebidas pela OGU enquanto Ouvidoria-Geral do PEF e, também, quando se tratar de reclamação quanto ao serviço prestado por unidade de Ouvidoria especializada de órgãos ou entidades do PEF. A manifestação conclusiva implica na adoção de providências para a correção e prevenção de falhas na prestação do serviço público.				
Fórmula do Indicador		$(\text{Quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõem de unidade de ouvidoria própria e foram concluídas após análise e processamento pelos respectivos órgãos e entidades em até 60 dias do encaminhamento inicial da OGU}) / (\text{quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõem de unidade de ouvidoria própria}) \times 100$				
4.2	Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Percentual de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que dispõem de unidade de Ouvidoria própria	OGU-001 - Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	4ª Articulação interinstitucional; 5ª Fomento ao controle social; 6ª Incremento da transparência pública	n/a	Mensal
Objetivo do Indicador		Aferir o percentual de cobertura do segmento de Ouvidoria em relação à totalidade de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal				
Fórmula do Indicador		$(\text{Quantitativo de unidades de Ouvidorias em operação}) / (\text{Quantitativo de órgãos e unidades do Poder Executivo Federal existentes}) \times 100$				

4.3	Mobilização e orientação técnica do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Percentual de servidores e colaboradores das unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal orientados	OGU-002 - Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria; OGU-005 - Seminário Internacional em Ouvidoria Pública	4ª Articulação interinstitucional; 5ª Fomento ao controle social; 6ª Incremento da transparência pública; 7ª Articulação internacional	n/a	Mensal
Objetivo do Indicador		Aferir o percentual de servidores e colaboradores que participaram de procedimentos formais de orientação disponibilizados pela OGU (cursos de aperfeiçoamento, reuniões técnicas, palestras, dentre outros).				
Fórmula do Indicador		$(\text{Quantitativo de servidores e colaboradores que participaram de procedimentos formais de orientação}) / (\text{quantitativo total de servidores e colaboradores do Poder Executivo Federal}) \times 100$				

ii) Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
4.1	n/a	92,4	31/12/2009	Mensal
4.2	n/a	46,3	31/12/2009	Mensal
4.3	n/a	43,7	31/12/2009	Mensal

iii) Histórico:

Item	2º semestre/2009	1º semestre/2009	2º semestre/2008	1º semestre/2008
4.1	92,4	94,4		
4.2	46,3	46,3		
4.3	43,7	19,5		

iv) Considerações sobre o desempenho da unidade

Aperfeiçoamento do atendimento às manifestações do cidadão

A cada ano a participação da sociedade no controle da prestação do serviço público apresenta evolução atingindo, em 2009, 3 milhões de manifestações encaminhadas para as unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal. Certamente as ações de fortalecimento do segmento, de sensibilização dos gestores federais e da sociedade permitiu que a OGU, com o apoio dos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, concluísse em até sessenta (60) dias 92,4% do quantitativo total de manifestações apresentadas pelos cidadãos no período.

Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

De quarenta (40) unidades em 2003, o segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal atingiu o quantitativo 151, um incremento de 278% no período. Isso representa, ao final de 2009, que 46,3% dos órgãos e entidades da administração superior possuem unidade de ouvidoria em operação. Podemos observar que ainda existe espaço para ampliação do segmento, especialmente no que tange a fundações, autarquias e empresas públicas. O crescimento, ano a ano, do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal tem sido bem sucedido com a execução de ações de estímulo e sensibilização junto aos gestores federais

Mobilização e orientação técnica do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

Foram realizados, ao longo de 2009, nove eventos de capacitação e mobilização do segmento, sendo ambiente propício para a disseminação de novos conhecimentos, facilitando o intercâmbio de experiências entre ouvidorias federais, estaduais e municipais e congêneres no mundo (*ombudsman*, provedor de justiça, *defensor del pueblo*, *médiateur*) envolvendo 43,7% dos servidores do segmento.

Diretoria de Gestão Interna (DGI)

i) Macroprocessos e indicadores:

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
5.1	Recursos Humanos	Tempo Médio de Aposentadoria (TMA)	$TMA = S(\text{Prazos de trâmite dos processos de aposentadoria, desde a abertura até a data de publicação no DOU}) / \text{Número de pedidos de aposentadoria feitos no período}$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Anual
Objetivo do Indicador		Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor da CGU, desde a data de abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.					
5.2	Recursos Humanos	Percentual de execução da dotação de investimento em cursos de pós-graduação, com recursos da ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em áreas de interesse do Órgão	$I = \text{Valor executado} / \text{Meta Financeira}$	DGI-005 (Plano de Capacitação 2009-2010)	Fortalecimento Institucional	100%	Anual
Objetivo do Indicador		Avaliar o nível de execução da meta financeira estabelecida pela Diretoria de Gestão Interna para fins de investimento em cursos de pós-graduação para os servidores da CGU em um exercício financeiro.					
5.3	Recursos Humanos	Perícias realizadas por dia	$Pe = \text{Quantidade de perícias realizadas no período} / \text{Quantidade de dias do período}$	Não há	Não há	Não há	Anual
Objetivo do Indicador		Registrar o nível de atendimento do Serviço Médico da Sede/CGU. As homologações de atestados são realizadas através de perícias médicas individuais e juntas médicas, a fim de comprovar a doença, como também para certificar-se da aptidão para retorno ao trabalho.					
5.4	Recursos Humanos	Número de pareceres analisados ano	$Pa = \text{Quantidade de pareceres analisados por ano}$	Não há	Não há	Não há	Anual
Objetivo do Indicador		Registrar o nível de atendimento do Serviço Médico da Sede/CGU. Os pareceres médicos são realizados para dar suporte às decisões administrativas, quando existam questões ligadas à área da saúde, como remoção por motivo de saúde, redução de jornada de trabalho, entre outros.					

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
5.5	Recursos Logísticos	Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório na CGU (TMRPL)	$TMRPL = \frac{S(\text{Prazos de realização dos processos licitatórios, desde a abertura do processo administrativo até a homologação do certame})}{\text{Número de procedimentos licitatórios realizados no período}}$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Anual
Objetivo do Indicador		Calcular o tempo médio, em dias, de realização de um procedimento licitatório na CGU, desde a data de abertura do processo administrativo até a homologação do certame (incluindo as fases de solicitação da área demandante, pesquisa de mercado, elaboração de minuta de edital e contrato, manifestação orçamentária, análise da Assessoria Jurídica, correções dos atos convocatórios, publicação do edital e realização do certame).					
5.6	Recursos Logísticos	Tempo Médio de Dispensa de Licitação na CGU (TMDL/CGU)	$TMDL = \frac{S(\text{Prazos de realização dos processos de dispensa de licitação})}{\text{Número de dispensas de licitação realizadas no período}}$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Anual
Objetivo do Indicador		Calcular o tempo médio, em dias, de realização de uma dispensa de licitação na CGU, amparada no art. 24, incisos I e II da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, desde a data de abertura do processo administrativo até a conclusão da aquisição.					
5.7	Execução Orçamentária e Financeira	Número de restrições contábeis do Órgão Central registradas pela Secretaria de Controle Interno/PR	$N1 = \text{Número de restrições contábeis do Órgão Central registradas no período}$	Não há	Não há	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar os controles internos da unidade, bem como o grau de interação entre as áreas que compõem as unidades gestoras da Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento - CGPO/DGI.					
5.8	Execução Orçamentária e Financeira	Número de restrições contábeis das CGU-Regionais registradas pela Secretaria de Controle Interno/PR	$N2 = \text{Número de restrições contábeis das CGU-Regionais registradas no período}$	Não há	Não há	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	Semestral
Objetivo do Indicador		Acompanhar o registro dos atos de gestão orçamentária-financeira pelas unidades regionais da CGU.					
5.9	Gestão Documental	Indicador de Qualidade do Cadastro de Documentos e Processos encaminhados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP)	$IQC(NEP) = \frac{\text{Devolidos}}{\text{Total de Cadastros}} * 100$	DGI-013 DGI-014	Não há	95%	Anual
Objetivo do Indicador		Medir a assertividade no cadastramento de documentos e processos pela CGSS/DGI.					

ii) Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
5.1	Reduzir ao mínimo	27,8 dias		
5.2	100%	44,83%		
5.3	Não há	3,05 perícias / dia útil		
5.4	Não há	129 pareceres		
5.5	Reduzir ao mínimo	82 dias		
5.6	Reduzir ao mínimo	11 dias		
5.7	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	9 (nove) restrições		
5.8	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	6 (seis) restrições		
5.9	95%	99,84%		

iii) Histórico:

Item	2º semestre/2009	1º semestre/2009	2º semestre/2008	1º semestre/2008
5.1	27,8 dias	-	27,73 dias	-
5.2	44,83%	-	20,65%	-
5.3	3,05 perícias / dia útil	-	-	-
5.4	129 pareceres	-	84 pareceres	-
5.5	82 dias	-	102 dias	-
5.6	11 dias	-	14 dias	-
5.7	9 (nove) restrições	-	-	-
5.8	6 (seis) restrições	-	-	-
5.9	99,84%	-	-	-

iv) Considerações sobre o desempenho da unidade

Além dos indicadores considerados pela Diretoria de Gestão Interna no âmbito do projeto de desempenho institucional da CGU, serão incluídos no decorrer do texto deste tópico do Relatório outros indicadores praticados pela DGI, atinentes aos produtos advindos das competências daquela unidade.

Recursos Humanos

Na área de Recursos Humanos, o primeiro indicador reflete o prazo médio, em dias para conclusão de um processo de aposentadoria de servidor. Como o tempo decorrido tem significativa variação entre processos de aposentadoria por invalidez e de aposentaria voluntária, por não dependerem de fatores externos, como avaliação por junta médica, optou-se pela apuração segregada.

Neste caso, o Tempo Médio para Aposentadoria Voluntária foi de 27,8 dias, não considerados os processos que, em algum momento, estiveram sobrestados por solicitação dos próprios interessados. Este índice ficou muito próximo ao aferido em 2008 (27,73 dias, também

desconsiderados os processos sobrestados. Já o tempo Médio pra Aposentadoria por Invalidez apresentou o índice de 330 dias.

O segundo indicador trata de investimentos em cursos de pós-graduação para os servidores em exercício na CGU. Em 2009, conforme cronograma pré-estabelecido, foram apresentados para seleção pelo Comitê Gestor da Política de Capacitação – CCAP/CGU os pedidos de concessão de bolsa de estudo. Considerando o limite orçamentário definido pela Diretoria de Gestão Interna, de R\$ 200.000,00, a análise do CCAP/CGU foi baseada na adequação das propostas apresentadas aos critérios estabelecidos, tendo-se, ao final da seleção, a concessão de 13 bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, sendo oito no primeiro semestre e cinco no segundo semestre.

Ao término do exercício, verificou-se que a execução orçamentária de 2009 relativa à concessão de bolsas para pós-graduação totalizou o montante de R\$ 89.611,05. Diante da meta financeira estabelecida, chegou-se a um percentual de execução de 44,83%, índice que reflete a ocorrência de fatos externos à esfera de governabilidade da CGU, quais foram:

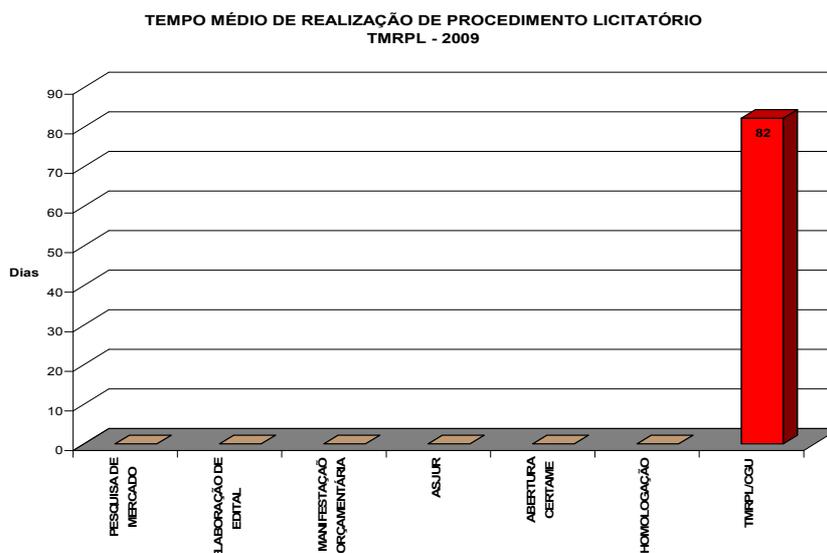
- i) no total, três servidores não efetivaram suas participações nos cursos pleiteados, em função de desistência e do cancelamento das turmas pelas instituições de ensino;
- ii) uma servidora obteve bolsa integral de estudo pela instituição de ensino;
- iii) opção pelo parcelamento dos valores junto às instituições promotoras, restando um impacto de R\$ 42.322,12 para o orçamento de 2010 e de R\$ 10.827,12 para o orçamento de 2011.

Embora a execução orçamentária em relação ao orçamento de 2009 tenha ficado aquém da meta estabelecida, há que se ressaltar, em relação à estratégia de ressarcimento adotada, que se espera atingir a totalidade da meta financeira estabelecida ao final dos exercícios subsequentes, tendo em vista que a maioria dos servidores optou pelo parcelamento dos cursos. Além disso, cabe registrar que o desempenho obtido superou ao de 2008, apurado em 20,65%, bem como que o valor não utilizado foi revertido para outras demandas na área de capacitação.

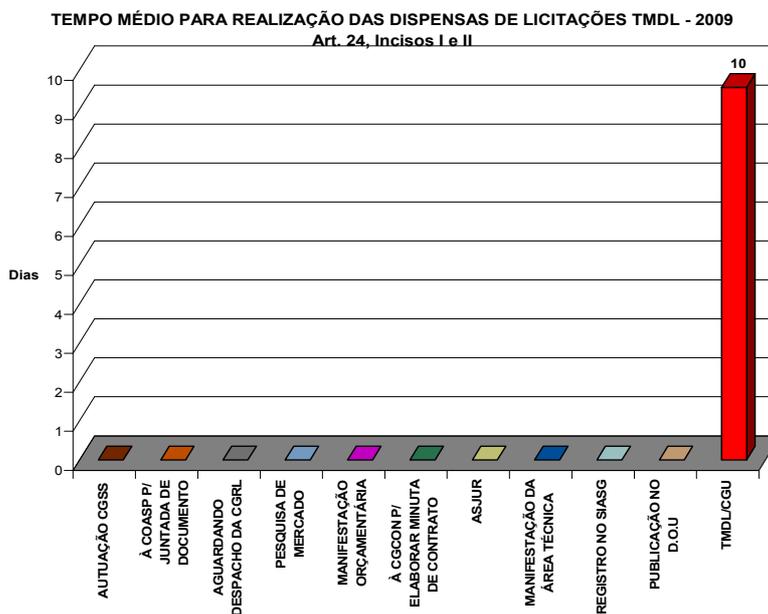
Por fim, os outros dois indicadores de Recursos Humanos dizem respeito às atribuições diárias na área de saúde: realização de perícias médicas para homologações de atestados e emissão de pareceres em processos administrativos, com objetivo de dar suporte às decisões administrativas nos casos relacionados à área da saúde. No primeiro caso, foram realizadas 760 perícias médicas, totalizando 3,05 perícias por dia útil. Este número ficou bem superior ao resultado do exercício anterior (1,4), não só pelo aumento de perícias realizadas no ano (540 contra 760), mas também por uma alteração na metodologia de cálculo, que passou a considerar apenas os dias úteis. No caso dos pareceres emitidos, o número aferido em 2009, 129 pareceres, apresentou um aumento de 53% se comparado ao número de pareceres analisados em 2008, computado em 84.

Recursos Logísticos

No tocante à área de Recursos Logísticos, os dois indicadores considerados nesta avaliação apresentaram melhora em relação ao exercício de 2008. O Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório (TMRPL) caiu de 102 dias para 82 dias, considerada a data de autuação dos processos até a homologação do certame.



Já o Tempo Médio de Dispensa de Licitação (TMDL) apurado foi de 11 dias (contra 14 dias em 2008), levando-se em conta a data de autuação dos processos até a remessa dos autos à Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO, para empenho.



Execução Orçamentária e Financeira

O monitoramento feito pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO/DGI), junto ao Órgão Central e às Unidades Regionais, no intuito de acompanhar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, objetiva promover a melhoria nos controles internos, bem como uma maior interação entre as áreas que compõem essas Unidades e, por

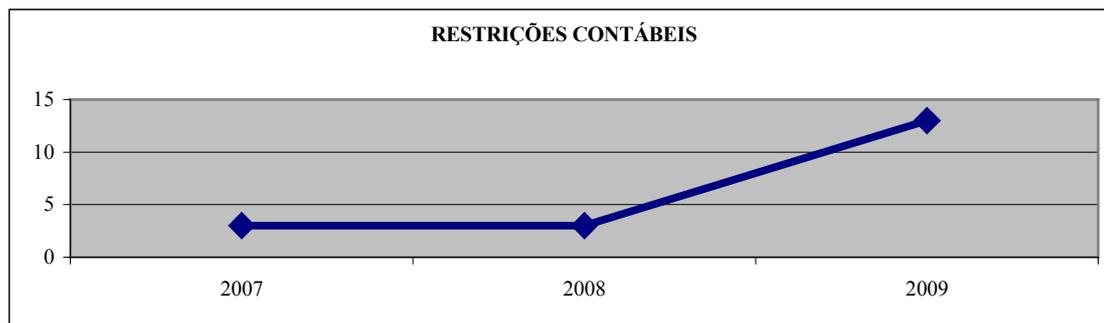
consequente, promover o alcance da meta prevista, entre 0 (zero) e 6(seis) restrições contábeis recebidas por semestre. Esse acompanhamento é realizado por meio de contatos telefônicos, e-mails e mensagens SIAFI.

O Indicador de Restrições Contábeis do Órgão Central para o 2º semestre de 2009, apesar de apresentar um índice razoável (equivalente a 1,08 restrição/mês), não alcançou a meta prevista para o exercício de 2009, considerando que para solucionar algumas das inconsistências ou desequilíbrios contábeis apontadas pelo sistema SIAFI, as suas Unidades Gestoras dependem de informações provenientes de outras áreas, o que nem sempre é possível em tempo oportuno. Outro fator que motivou a conformidade com restrição no Órgão Central foi a não observância ao prazo máximo de três dias úteis para a promoção da conformidade de registro de gestão.

RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA CISET/PR

EXERCÍCIO	UNIDADES GESTORAS	QUANTIDADE RESTRICÇÕES
2007	170940, 110174 e 110175	3
2008	170940, 110174, 110175 e 110176	3
2009	170940, 110174, 110175 e 110176	13

Fonte: SIAFI Operacional

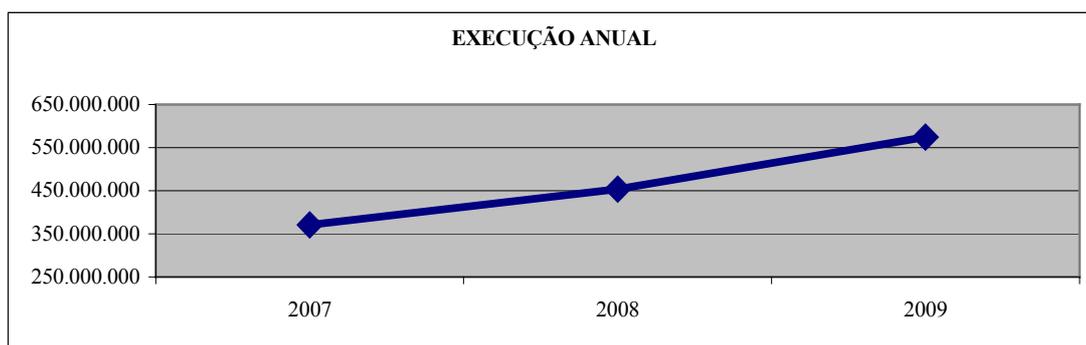


Convém mencionar, também, que a contrapartida ao crescimento ascendente das despesas executadas pelas Unidades Gestoras que compõem o Órgão Central, demonstrado por meio da seguinte tabela e gráfico, é o aumento da demanda de trabalho para essas unidades, que permanecem com o mesmo quantitativo de servidores.

EXECUÇÃO ANUAL

EXERCÍCIO	VALOR (R\$)
2007	370.395.786,64
2008	453.930.690,52
2009	574.164.415,04

Fonte: SIAFI Gerencial

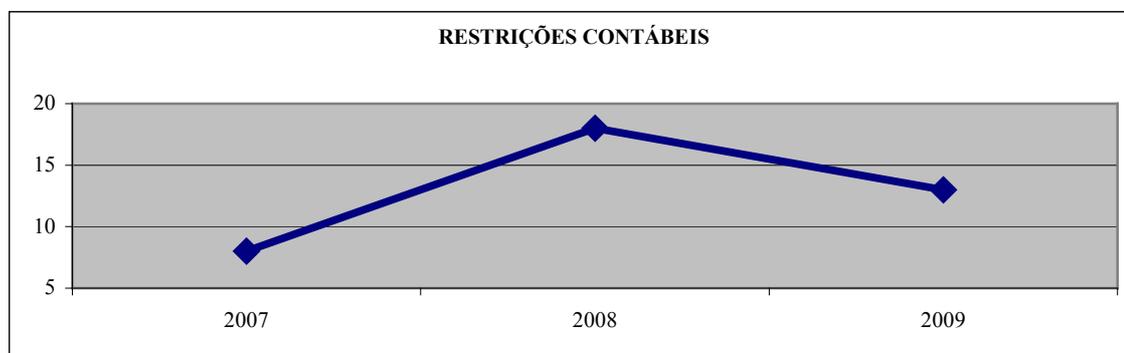


Nas Unidades Regionais, o Indicador de Restrições Contábeis para o 2º semestre/2009 alcançou a meta, apresentando decréscimo na ordem de 30% em relação ao exercício de 2008, resultado dos esforços da CGPO no monitoramento dessas Unidades, cujo enfoque de acompanhamento mais amigável se iniciou no exercício de 2008 e se prolongará nos próximos, por meio do Projeto de Visita Técnica às Unidades Regionais. No exercício 2009 foram realizadas duas visitas técnicas, uma na Controladoria-Regional no Estado da Paraíba e outra no Estado de Tocantins.

RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA Ciset/PR

EXERCÍCIO	UNIDADES REGIONAIS	QUANTIDADE RESTRICÇÕES
2007	170031 - CGU/MA, 170063 - CGU/PE, 170174 - CGU/SC, 170189 - CGU/RS, 170200 - CGU/GO, 170212 - CGU/AM e 170364 - CGU/TO	8
2008	170023 - CGU/PA, 170049 - CGU/RN, 170054 - CGU/PB, 170063 - CGU/PE, 170068 - CGU/AL, 170099 - CGU/MG, 170113 - CGU/MS, 170130 - CGU/RJ, 170174 - CGU/SC, 17202 - CGU/RO, 170364 - CGU/TO, 170365 - CGU/AP e 170366 - CGU/RR	18
2009	170037 - CGU/PI, 170068 - CGU/AL, 170130 - CGU/RJ, 170174 - CGU/SC, 170189 - CGU/RS, 170200 - CGU/GO, 170202 - CGU/RO, 170364 - CGU/TO e 170365 - CGU/AP	13

Fonte: Siafi Operacional



Apurados pela primeira vez para o exercício 2009, os indicadores referentes às viagens ocorridas na CGU (% de viagens devolvidas para correção no SCDP, % de viagens com data de início em final de semana e % de viagens aéreas nacionais registradas com antecedência menor do que dez dias), demonstram o seguinte resultado:

Quantidade total de viagens	Quantitativo	Proporção
	7.675	100,00%
Viagens iniciadas em final de semana	4.999	65,13%
Viagens devolvidas para correção	2.413	31,44%

Quantidade total de viagens aéreas nacionais	Quantitativo	Proporção
	3.933	100,00%
Viagens aéreas nacionais registradas com menos de 10 dias	2.546	64,73%

A quantidade de viagens iniciadas em final de semana deve-se à necessidade de início dos trabalhos na segunda-feira pela manhã, sendo necessário que as viagens ocorram com um dia de antecedência.

As propostas de viagens devolvidas ao solicitante ou ao proponente no SCDP, geralmente estão relacionadas às observações/justificativas apresentadas, cuja descrição deve estar clara no sistema.

Com relação às viagens nacionais com passagem aérea, verifica-se que o não cumprimento do prazo mínimo de dez dias para registro da viagem no sistema decorre da sistemática adotada pelos sorteios públicos, que demandam viagens logo após sua realização. Além disso, as operações especiais de caráter sigiloso também não são registradas com essa antecedência, até como forma de garantir o sigilo da operação.

Gestão Documental

Na área de Gestão Documental, os indicadores medidos em 2009 foram: o grau de eficiência do cadastro de documentos e processos, o tempo médio de permanência de documentos ou processos na área e a média de ações por área/servidor.

O grau de eficiência no cadastro de documentos foi apurado mediante a avaliação do quantitativo de documentos e processos cadastrados em relação aos cadastramentos executados com erro. Tal indicador apresentou um resultado de 99,84% de acertos, índice superior ao de 2008, que foi de 85,02%, em virtude de uma readequação na forma de mensuração, que passou a incidir sobre a eficiência do cadastro final de documentos e processos cadastrados e encaminhados aos destinatários, espelhando a realidade dos trabalhos oferecidos à Casa.

Demonstrativo do Índice de Desempenho da CGSS - 2009				
Período	Acertos (em%)		Erros (em%)	
	2008	2009	2008	2009
Janeiro	89,49	99,57	10,51	0,43
Fevereiro	88,78	99,76	11,22	0,24
Março	81,83	99,74	18,17	0,26
Abril	84,23	99,8	15,77	0,2
Maio	78,29	99,85	21,71	0,15
Junho	82,02	99,85	17,98	0,15
Julho	85,62	99,86	14,38	0,14
Agosto	87,16	99,2	12,84	0,2
Setembro	84,21	99,85	15,79	0,15
Outubro	80,78	99,87	19,22	0,13
Novembro	85,9	99,95	14,1	0,05
Dezembro	91,94	99,97	8,06	0,03
Média Anual	85,02	99,84	14,98	0,16

O tempo médio de permanência de documentos da CGSS é calculado pela diferença entre a data de cadastro do documento e o seu encaminhamento aos destinatários finais. Os resultados apurados estão a seguir retratados:

Mês	Média (dias)
Janeiro	1,8
Fevereiro	2,8
Março	4,4
Abril	5,3
Maio	7,5
Junho	6,4
Julho	2,0
Agosto	1,4
Setembro	1,7
Outubro	1,2
Novembro	1,1
Dezembro	0,9
Média Anual	3,0

Note-se que, a partir do início do segundo semestre, a média caiu bastante, fruto do aperfeiçoamento e racionalização dos processos internos de trabalho. Tomando-se apenas os dados referentes ao período, observa-se que a média foi de 1,38 dia, menos da metade da média apurada.

O outro indicador é a média de atividades realizadas por servidor/dia, espelhando o equilíbrio do quantitativo de pessoal e de tarefas entre os diversos setores da Coordenação-Geral de Serviços de Secretaria (CGSS), e foi calculado tomando-se a quantidade de ações realizadas por cada um dos setores da área, apurado em termos de atividades por servidor/dia, considerando as atividades específicas de cada uma das áreas, e que são passíveis de registro em sistema, conforme a seguir:

Demonstrativo da média de atividades realizadas na CGSS - 2009			
Área / Equipe	Ações Realizadas	Média Anual por Servidor	Média Diária por Servidor
Arquivo	31.366,00	3.485,11	12,91
Autuação	20.907,00	5.226,75	19,36
Cadastro	63.132,00	5.261,00	19,49
CRG (Posto Avançado)	18.245,00	6.081,67	22,52
Gabinete	24.757,00	3.536,71	13,10
Expedição	38.852,00	6.475,33	23,98

Destaque-se que as médias da área de arquivo e do gabinete estão num patamar inferior aos demais, em razão da natureza das atividades desempenhadas: na área de arquivo, grande parte do trabalho diz respeito à preparação manual de documentos e processos para serem arquivadas, e no gabinete da Coordenação-Geral, as atividades são principalmente de controle e gerência.

Comissão Disciplinar Permanente

Para avaliar o desempenho da Comissão Disciplinar Permanente da CGU (CDP), administrativamente ligada à Diretoria de Gestão Interna, foram estabelecidos três indicadores, quais sejam:

Título do Indicador	Fórmula do Indicador
Tempo Médio de Conclusão de Processo Administrativo Disciplinar (TMPAD)	Somatório do tempo de duração de todos os processos concluídos / (120 * n) Onde n = número de processos administrativos disciplinares concluídos
Tempo Médio de Conclusão de Sindicância (TMSIND)	Somatório do tempo de duração de todos os processos concluídos / (60 * n) Onde n = número de processos de sindicâncias concluídas
Tempo Médio para Instauração de Comissão de PAD ou Sindicância (TMI)	Somatório dos tempos decorridos entre o recebimento das denúncias e a instauração dos processos / número de processos instaurados

O denominador da fórmula do TMPAD considera o artigo 152 da Lei 8.112/90, o qual estabelece o prazo de 60 dias para a conclusão do PAD, admitida a prorrogação por igual prazo, perfazendo o total de 120 dias. Assim, a meta da Comissão é atingir o resultado menor ou igual a um, ou seja, finalizar os trabalhos sem exceder o prazo legal.

	Processo	Portaria	Relatório Final	Tempo	Indicador
1	00190.018870/2009-91	05/06/09	05/10/09	122 dias	1,02

O denominador da fórmula TMSIND foi definido levando-se em conta o parágrafo único do artigo 145 da Lei 8.112/90, o qual estabelece 30 dias de prazo para a conclusão da Sindicância, admitida a prorrogação por igual prazo, perfazendo o total de 60 dias. Dessa forma a meta da Comissão é atingir indicador menor que 1, ou seja, finalizar os trabalhos sem exceder o prazo legal.

	Processo	Portaria	Relatório Final	Tempo	Indicador
1	00190.018871/2009-36	05/06/09	02/09/09	89 dias	1,48

O TMI busca atender o princípio da celeridade processual, previsto no Inciso LXXVIII do Artigo 5º da Constituição Federal.

	Processo	Informação	Portaria	Tempo	Indicador
1	00190.018870/2009-91	18/02/09	05/06/09	107 dias	61,5 dias
2	00190.018871/2009-36	20/05/09	05/06/09	16 dias	

Diretoria de Sistemas e Informação (DSI)

i) Macroprocessos e indicadores considerados na Avaliação:

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
6.1	Gerenciamento de Rede	Índice de Alocação de Horas de Trabalho	Aferir a efetividade de horas trabalhadas nas atividades das áreas, excluindo-se absenteísmo, férias e horas dedicadas a treinamento	Razão entre o somatório da quantidade de horas trabalhadas (não incluindo ausências, férias e treinamento) de todos os servidores da área (excetuando-se os líderes de equipe e coordenadores) e o somatório total de horas potenciais desses mesmos servidores, no período de aferição		8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Administração de Rede					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Segurança de Rede					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Projetos de Rede					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Gestão de Ativos e Fornecedores					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Gestão de Suporte Técnico					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Desenvolvimento e manutenção de sistemas					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Gestão de senhas					8ª Diretriz	1,0	Semestral

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
	Homologação de software					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Gestão e suporte a portais e intranet					8ª Diretriz	1,0	Semestral
	Administração de banco de dados					8ª Diretriz	1,0	Semestral

ii) Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
6.1	1,0	1,0	31/12/2009	Semestral

iii) Considerações sobre o desempenho da unidade

O bom desempenho desta Diretoria confirma-se pelo alcance, por parte de ambas as Coordenações-Gerais avaliadas, das metas que lhes foram estabelecidas. Registre-se, ainda, que a escassez de pessoal tem sido o principal fator limitador da produtividade desta Diretoria, que não consegue fazer frente ao expressivo volume de demandas existente em estoque.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	2807	5000	5000
Próprios	2665		
Carreira (Finanças e Controle)	2617	5000	5000
PGPE	48		
Requisitados	142		
Estatutários ²	105		
Outros ²	37		
Celetistas	-	-	-

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Cargos de livre provimento	443	443	674
Estatutários ²	407		
Próprios	369		
Requisitados	38		
Não Estatutários	36		
Sem vínculo	26		
Outros ²	10		
Terceirizados	369		
Total	3.202 ¹		

¹ Para o cálculo do total da lotação efetiva foram somados os cargos ocupados pelos servidores estatutários (próprios e requisitados), com o total de cargos de livre provimento ocupados por servidores sem vínculo (pois os demais, que possuem cargo efetivo, já estão computados no primeiro item) e o total de terceirizados.

² Foram considerados estatutários apenas os servidores públicos federais que são vinculados ao Regime Jurídico Único. Os demais (celetistas e servidores públicos estaduais ou municipais, requisitados pelo Órgão, foram enquadrados na categoria Outros).

Composição e Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	2.389	319.072.518,62	8.955.072,38	21.081.406,98	11.536.644,97	6.559.977,28		
2008	2.700	385.570.860,85	10.122.732,15	27.105.796,88	13.293.166,13	9.657.499,58		
2009	2.665	400.779.223,71	10.695.615,29	32.895.195,71	11.006.103,92	11.325.512,48		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	32	1.228.784,13	NA	125.151,41	41.717,14	154.047,07		
2008	27	1.548.268,00	NA	124.891,39	41.630,46	161.317,64		
2009	26	1.579.866,00	NA	121.646,21	40.548,74	165.251,74		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	26	2.853.432,00	18.046,68	290.479,38	96.731,34	NA		
2008	26	2.522.699,00	15.954,94	203.581,81	67.860,60	NA		
2009	20	3.172.105,00	20.062,14	244.252,09	81.523,10	NA		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	77	NA	2.275.537,00	231.649,67	77.140,70	107.321,10		
2008	89	NA	2.893.183,33	233.479,90	77.826,63	233.666,10		
2009	102	NA	3.645.411,00	280.696,65	93.687,06	133.260,17		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	69	1.499.370,30	177	3.026.658,54	NA	NA	117	482.606,10
2008	73	1.581.803,61	177	3.323.931,32	NA	NA	74	585.634,75
2009	70	1.893.885,00	200	3.477.786,91	NA	NA	92	611.736,85

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.	
					Quantidade					
			Início	Fim	Médio		Superior			
						AT	EF	AT	EF	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Observação: Não houve contratos de terceirização de área-fim na Controladoria-Geral da União no exercício de 2009.										

Os contratos de mão-de-obra como: limpeza e conservação, vigilância, apoio administrativo e outros se destinam à realização de atividades materiais administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal da Controladoria-Geral da União, necessárias ao bom funcionamento do Órgão e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

A contratação dos serviços terceirizados na CGU se pauta pelo previsto no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal e IN nº 02/2009 com suas alterações.

3.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores que a área possui estão apresentados no item 2.4.5 deste Relatório.

3.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A análise crítica da situação de recursos humanos da Controladoria-Geral da União, nos remete a sua criação em 2003, desde quando se efetiva esforço no sentido de suprir as necessidades de pessoal deste Órgão, o que começou a se concretizar mediante a realização de três concursos públicos – 2003/2005/2008 – que visaram à seleção de servidores qualificados para ocuparem os cargos de Analista e Técnico de Finanças e Controle.

Apesar da convocação de 1378 candidatos para o cargo de AFC e 219 para o cargo de TFC, o incremento de pessoal na prática ainda não é suficiente para suprir essas necessidades, haja vista que nem todos os convocados efetivaram o seu exercício na CGU e, além disso, houve um expressivo número de saída de servidores em função de vacâncias, exonerações, aposentadorias e falecimentos. Somente em relação ao último concurso, realizado em 2008, cujos ingressos ocorreram em 2008 e 2009, foram convocados 577 candidatos (358 AFC e 219 TFC). Entretanto, o saldo positivo do quantitativo de servidores que compõem quadro de pessoal da CGU, considerando as entradas e saídas, foi de apenas 257 servidores.

Não obstante esse cenário, ao longo dos últimos anos houve o incremento significativo das atividades que o órgão vem desempenhando, tanto nas áreas de prevenção da corrupção, correição e auditoria, quanto nas demandas externas, o que denota a necessidade constante de se buscar meios para a recomposição efetiva da força de trabalho da Controladoria-Geral da União.

Além do que foi mencionado anteriormente, tal necessidade se comprova com a análise quantitativa do Quadro de Pessoal da CGU, que tem lotação aprovada em lei de 5.000 cargos, sendo 3.000 de AFC e 2.000 de TFC, cujos cargos vagos em dezembro de 2009 totalizavam respectivamente 1.311 e 1.065, ou seja, 47% em relação ao total de cargos aprovados.

Nesse sentido e com a expectativa de buscar minimizar essa deficiência no médio prazo, foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em outubro de 2009, pleito para a realização de novo concurso público para o preenchimento de 300 cargos vagos de Analista de Finanças e Controle, sobre o qual não se obteve resposta até o momento.

Quanto ao aspecto qualitativo da força de trabalho da CGU, cumpre ressaltar que no último concurso público buscou-se aprimorar o processo de seleção de candidatos com a ampliação das áreas de especialização, visando à seleção de servidores com formação e experiência mais diretamente aplicadas às áreas de atuação do Órgão, conforme as competências regimentais.

A política remuneratória do quadro de pessoal que, conforme citado anteriormente, é composto na sua essência pela Carreira de Finanças e Controle, foi redefinida em 2008, com a publicação da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, que dispôs sobre a reestruturação da composição remuneratória de carreiras do Poder Executivo Federal, dentre as quais a da CGU. Além da revisão da remuneração dos cargos, cuja última parcela de aumento se efetivará em julho de 2010, instituiu-se a remuneração exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única.

Em relação à distribuição a área-fim e a área-meio observa-se, em comparação com o total de servidores em exercício na CGU (não somente dos que efetivamente compõe o Quadro - incluindo os requisitados de outros órgãos), que o percentual de servidores localizados nas unidades meio do Órgão Central (gestão interna, sistemas e informação, gabinetes e assessorias) é de 13% em relação ao total. A principal dificuldade em relação a essa distribuição é que não existem, nas unidades regionais, núcleos de execução dessas atividades que, por conseguinte, se concentram nas unidades de Brasília e ocasionam uma sobrecarga de demandas operacionais e ações de abrangência nacional.

No que tange à avaliação de desempenho dos servidores, quando da reestruturação remuneratória e instituição do subsídio foi extinta a gratificação de desempenho e produtividade, que anteriormente previa uma sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para a sua composição. Em que pese esse fato, existem mecanismos de avaliação institucional formalmente instituídos, cujas metas servem de parâmetro para a avaliação funcional.

Quanto ao processo de capacitação dos servidores, a CGU conta com programas formais de incentivo à participação em ações de pós-graduação, estudo de idiomas e programas de capacitação no exterior, mediante a realização de processos seletivos internos. No ano de 2009 não foi elaborado plano de capacitação específico, haja vista que as ações previstas no plano do

biênio 2007-2008 não foram totalmente executadas, e para 2010 foi elaborada proposta de plano de capacitação, que se encontra em análise para aprovação superior.

Em relação à terceirização, as contratações estão restritas às atividades de apoio previstas no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, não existindo terceirização de atividades afetas às competências regimentais do Órgão ou às atribuições dos cargos que compõem o quadro de pessoal do Órgão, de modo que tais serviços têm impacto positivo e fundamental para o funcionamento estrutural da Controladoria-Geral da União. Em função disso, não se aplica a política de substituição de terceirizações.

Finalmente, registre-se que não há planos demissionais ou passivos trabalhistas no âmbito deste Órgão.

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências no período.

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	1.840.268,64	3.148,80	1.837.119,84	0,00
2008	502.736,67	399.948,30	102.788,37	0,00
2009	280.565,27	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	5.195.319,20	613.066,59	4.570.680,89	11.571,72
2008	7.825.038,63	1.578.212,99	6.117.711,55	129.114,09
2009	8.996.229,22	0,00	0,00	0,00

Os Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2007 e reinscritos no exercício de 2009 tiveram sua validade prorrogada até 30.12.2009 conforme disposto no Decreto nº 6.708, de 23.12.2008, DOU de 24.12.2008.

No exercício de 2009 foi reinscrito o saldo remanescente da 2007NE900923 a favor da Empresa Info Cartucharia São Pedro Ltda-ME, no valor de R\$ 3.444,00, relativo à glosa efetuada em algumas das faturas pagas à contratada, em decorrência de infrações administrativas por ela cometidas. Esse saldo foi devidamente baixado em 16.01.2009, por meio da 2009NL000008.

Também foram reinscritas duas notas de empenho referentes ao exercício de 2007: a 2007NE000678, cujo credor é o Hospital das Forças Armadas (HFA), e a 2007NE900896 da Escola de Administração Fazendária(ESAF). A razão para a reinscrição deve-se ao fato de que, no caso do HFA, faturas pendentes de pagamento estavam sendo auditadas pelo fiscal do contrato junto ao Hospital. Quanto à ESAF, aguardava-se a certificação da participação de servidores em curso de capacitação, o que não foi confirmado, então, o saldo do empenho foi anulado.

De maneira geral, a execução de restos a pagar ocorreu de acordo com os cronogramas preestabelecidos e em conformidade com os Decretos de Programação Financeira que estabelecem os limites financeiros para esses pagamentos, cabendo destacar que, no âmbito deste Órgão, o aumento da inscrição despesas em RP deve-se ao fato da concessão de limites orçamentários sem tempo hábil para cumprimento dos estágios de execução da despesa pública, sobretudo da liquidação e pagamento dentro do próprio exercício financeiro.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Quadro de Detalhamento de Transferências	
Concedente(s)	
UG / CNPJ	Denominação
170940 / 05.914.685/0001-03	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
2	298472	04.426.253/0001-82 Centro Internacional de Prevenção ao Crime (Unode)	8.693.882,80	0,00		1.500.000,00	12.ABR.2005	11.ABR.2011	Adimplente
1	498945	61.600.839/0001-55 Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	2.444.750,00	0,00		1.693,00	11.FEV.2004	11.FEV.2009	Concluído
4	637829	01.987.656/0001-02 Instituto Cultural Mauricio de Sousa	206.300,00	0,00		103.150,00	10.DEZ.2008	10.DEZ.2010	Adimplente

As parcerias vigentes estão em plena execução, dentro do prazo de vigência. A primeira tem por objeto a implementação de ações especiais de combate a corrupção (projeto BRA/05/07) e a segunda a concepção do projeto "Um por todos e todos por um", que visa disseminar valores e padrões éticos de conduta na comunidade escolar e na sociedade na qual esta inserida, de modo que os conceitos de transparência e controle social e cidadania sejam divulgados. Os resultados

até então obtidos pelas duas parcerias são considerados satisfatórios, alcançando os objetivos propostos.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não houve ocorrências no período.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra-partida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
IDF Doação nº - Projeto de Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU Órgão Doador: Banco Mundial	US\$ 378,000	US\$ 378,000	US\$ 350,000 R\$ 606.000	NIHIL	OUTROS: Doação – 350,000	350,000	350,000	Atraso no processo de licitação	Será solicitado ao MP e MF pedido complementar de US\$ 28,000 como crédito suplementar para o exercício de 2010

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não houve ocorrências no período.

10. OPERAÇÕES DE FUNDO

Não houve ocorrências no período.

11 A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências Adotadas e/ou Justificativas
Diligência COAVA nº 011/2009, de 14/05/09	Solicitou análise e apresentação de justificativas quanto às inadequações orçamentárias entre a finalidade da programação orçamentária e o objeto de gasto utilizado na execução da despesa de pessoal pelo SIAFI, conforme planilha elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal. Recomendou a não ocorrência de reincidência das inconsistências apontadas.	SE/DGI/CGPO	O Ofício nº 17.217/DGI/SE/CGU-PR, de 03/06/09, informou que os fatos ocorreram no momento da extração das informações do Demonstrativo de Despesa com Pessoal – DDP (SIAPE), que apresenta as rubricas Ativo e Inativo em um mesmo demonstrativo, levando a DGI/CGPO a cometer o equívoco no momento de apropriação da despesa no SIAFI. Informou, ainda, que os servidores foram instruídos sobre necessidade de maior atenção a partir do caso em comento.
Diligência COFIP/PESSOAL nº 035/2009, de 01/09/09	Solicitou apresentar os motivos pelo qual não foram encaminhados à Secretaria de Controle Interno os processos relativos aos atos de pessoal publicados no Diário Oficial da União, conforme planilha em anexo, contendo relação de 6 atos de aposentadoria.	SE/DGI/CGRH	Todos os processos listados na diligência foram encaminhados à Ciset/PR.
Diligência COAUD nº 084/2009, de 08/09/09	Solicitou justificativas acerca do convênio SIAFI nº 555970, firmado com a ONG Transparência Brasil, que se encontrava na situação “a Aprovar”, com prazo de vigência expirado em 15/10/2006.	SE/DGI/CGPO	Encaminhado Ofício nº 32.798/DGI/SE/CGU-PR, de 09/10/09, informando que o convênio já estava aprovado com pareceres técnico e financeiro, mas ainda apresentava pendência de publicação do extrato do relatório de execução física e financeira, motivo pelo qual encontrava-se na situação “a Aprovar” no SIAFI. Após, em 05/11/09, foi encaminhado o Ofício nº 35.750/DGI/SE/CGU-PR, informando que a aprovação final da prestação de contas fora efetivada em 03/11/09, tendo em vista o atendimento, pelo conveniente, da pendência de publicação do extrato do relatório.
Diligência COAUD nº 126/2009, de 06/10/2009	Solicitou enviar àquela Secretaria o processo nº 00190.000696/2008-40, que trata do pregão para contratação de serviço de organização de eventos (Pregão nº 006/2009), informando os gastos efetuados com os eventos já realizados.	SE/DGI/CGRL	O Ofício nº 32.789/DGI/SE/CGU-PR, de 09/10/2009, encaminhou o processo e informou que, até aquele momento, ainda não havia sido realizado pagamento às empresas contratadas pela CGU.
Diligência COAUD nº 137/2009, de 09/10/2009	Solicitou enviar àquela Secretaria cópia do Relatório da Comissão constituída para realizar o inventário anual dos bens móveis e imóveis da CGU, referente ao exercício de 2008.	SE/DGI/CGRL	Diligência cumprida mediante Ofício nº 33.968/DGI/CGU-PR, de 20/10/09, que encaminhou cópia do Relatório solicitado.
Diligência COAUD nº	Solicitou enviar àquela Secretaria o processo nº 00190.036650/2008-69, que	SE/DGI/CGRL	O processo foi enviado à Ciset/PR em 24/11/2009.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências Adotadas e/ou Justificativas
173/2009, de 16/11/2009	trata do pregão para aquisição de notebook (Pregão para Registro de Preço nº 012/2009).		
Nota de Auditoria nº 01/2009, de 20/11/2009	Identificou as seguintes falhas/impropriedades na análise do processo nº 00190.000696/2008-40, que trata da contratação de empresa especializada em organização de eventos (Pregão nº 004/2009): a) Após o abandono do pregão, não há despacho/parecer no processo contendo a justificativa e a necessidade de realizar novo certame; b) Não consta no processo análise da Assessoria Jurídica sobre o novo edital do Pregão nº 006/2009, realizado em função do abandono do Pregão nº 004/2009.	SE/DGI/CGRL	O Ofício nº 39.103/SE/CGU-PR, de 30/11/2009, encaminhou, em anexo, a Nota Técnica nº 2895, que esclareceu que: a) A recomendação foi acatada, com a observação de que a motivação, apesar de não registrada em despacho, fora devidamente registrada na Ata do certame. O despacho seria providenciado e inserido nos autos, com os esclarecimentos dos fatos e motivadores que redundaram na decisão de cancelamento dos itens, bem como na promoção de alterações no Edital e no Termo de Referência e na remarcação imediata de um novo certame. b) Discordou-se da impropriedade, pois, conforme entendimento da área, as modificações promovidas, única e exclusivamente nas disposições que tratavam das regras afetas à apresentação das propostas, não alteraram substancialmente o Edital e/ou Termo de Referência.
Diligência COAUD nº 176/2009, de 03/12/2009	Solicitou enviar àquela Secretaria o processo nº 00190.028201/2009-28, que trata do pagamento referente à Nota Fiscal nº 791872 – aquisição de 50 notebooks (Pregão para Registro de Preço nº 012/2009).	SE/DGI/CGRL	O processo foi enviado à Ciset/PR em 14/12/2009.

Considerando que em 2009 a Controladoria-Geral da União não foi incluída para os procedimentos de auditoria anual, inerentes ao exercício de 2008, conforme Decisão Normativa do TCU, a Ciset/PR não emitiu Relatório de Avaliação da Gestão. Assim, constam do quadro acima apenas com as diligências recebidas daquele órgão de controle ao longo do ano de 2009.

11 B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Controladoria-Geral da União – CGU-PR					52303
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	030.039/2008-1	0189-06/2009-PL	9.2	DE	Aviso nº 187-GP/TCU, de 02/03/09

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
Controladoria-Geral da União – CGU-PR		52303
Descrição da Deliberação:		
Determinar à CGU que, em futuros certames licitatórios promovidos pela unidade, abstenha-se de exigir documentos de habilitação além daqueles previstos nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, a exemplo da declaração de que a licitante presente, na assinatura do contrato, certificação CMMI ou MPS.Br, conforme especificação contida na alínea “d” do item 9.4 do edital do Pregão Eletrônico 35/2008.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Diretoria de Sistemas e Informação e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Gestão Interna		88735 e 88725, respectivamente
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:		
Cópias do Acórdão foram encaminhadas aos setores responsáveis – DGI/CGRL, responsável pelas licitações, e DSI, responsável pela elaboração dos Termos de Referência da área de Tecnologia da Informação, para conhecimento e adoção da medida prevista, nos próximos certames.		
Síntese dos resultados obtidos		
Não estão mais sendo exigidos, nos certames licitatórios da CGU, documentos de habilitação desta natureza em contratos de serviço de TI, os quais não se encaixam perfeitamente no previsto pelos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Devido ao ineditismo do tipo de contratação na CGU e alguma dúvida sobre as possibilidades de exigência de atestado para melhor qualificar os prestadores de serviço.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Controladoria-Geral da União – CGU-PR					52303
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	001.777/2008-4	0617-05/2009-2	9.1 a 9.5	CI (9.1, 9.2 e 9.4), DE (9.3) e RE (9.5)	Ofício nº 0257/2009-TCU/Sefip, de 11/03/09
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União – CGU-PR					52303
Descrição da Deliberação:					
9.1 Julgar ilegais os atos de pensão civil em favor de cinco beneficiários e negar-lhes os correspondentes registros; 9.2 Dispensar-se o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelos interessados; 9.3 Determinar à CGU que faça cessar os pagamentos decorrentes das parcelas impugnadas; 9.4 Alertar a CGU que aquele órgão poderá proceder à emissão de novos atos dos interessados, escoimados das irregularidades apontadas; 9.5 Recomendar à CGU que dê ciência aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Emissão de novos atos de pensão civil, com exclusão da parcela de 3,17%, percentual gerado em decorrência da defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994, haja vista que a MP nº 2.225-45/2001 estendeu a todos os servidores civis do Poder Executivo Federal.					

Síntese dos resultados obtidos
Determinação atendida com a expedição dos novos atos e ciência aos interessados.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Há um problema na essência do pagamento das parcelas dos 3,17% que envolvem as inúmeras decisões judiciais que por vezes vão de encontro ao previsto e exigido pelo TCU. Como foram os casos retro. Assim, temos um impasse de cumprimento de determinação, de um lado a ordem judicial vis a vis com a recomendação do TCU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Controladoria-Geral da União – CGU-PR					50303
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	-	-	-	DI	Diligência nº 01582/2009-TCU/Sefip, de 18/02/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União – CGU-PR					52303
Descrição da Deliberação:					
Solicitou enviar à SEFIP/TCU cópias dos documentos necessários para suprir as omissões e esclarecer as inconsistências dos registros de atos no sistema SISAC, relativas a aposentadorias de servidores ou pensões instituídas, conforme relação de 17 servidores em anexo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Diligência cumprida mediante Ofício nº 17158/2009/DGI/CGU-PR, de 03/06/09, que encaminhou cópias das documentações solicitadas e informou que, em conduta preventiva embasada na orientação do TCU, foram emitidos novos títulos de aposentadoria com a supressão da vantagem do percentual de 3,17% nos processos referenciados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência atendida com o envio da documentação solicitada. Preventivamente, procedeu-se também à expedição de novos atos de aposentadoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há pois se trata tão somente de pedido de encaminhamento de documentos/informações.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Controladoria-Geral da União – CGU-PR					50303
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	007.523/2009-8	-	-	DI	Ofício nº 490/2009-TCU/SECEX-6, de 23/04/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União – CGU-PR		88353
Descrição da Deliberação:		
Solicitou encaminhar relação dos empregados das empresas estatais federais que exercem cargo em comissão na CGU, com as seguintes informações: nome e CPF; empresa estatal de origem; e opção feita pelo servidor em relação aos incisos do art. 2º da Lei nº 11.526/07.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna		88722
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:		
Diligência cumprida mediante Ofício nº 14544/2009/SE/CGU-PR, de 14/05/09, que encaminhou a relação solicitada.		
Síntese dos resultados obtidos		
Diligência atendida.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não há pois se trata tão somente de pedido de encaminhamento de documentos/informações.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Controladoria-Geral da União					50303
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	003.914/2009-2	-	-	DI	Ofício nº 589/2009-TCU/SECEX-6, de 12/05/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União – CGU-PR					88353
Descrição da Deliberação:					
Solicitou informar sobre a participação e/ou contribuição da CGU no evento “Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas”, se for o caso, destacando:					
a) respectivos gastos efetuados com o referido evento;					
b) discriminação do objeto desses gastos e respectivos valores no âmbito do órgão/entidade, indicando o número dos processos licitatórios/contratos; e					
c) outros elementos que entender pertinentes à comprovação da despesa.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Gestão Interna					88772 e 88725, respectivamente
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Resposta encaminhada mediante o Ofício nº 18547/2009/SE/CGU-PR, de 16/06/2009, informando que a CGU ministrou palestra e organizou um estande para divulgação do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública e distribuição de publicação aos gestores, dentro da esfera de atuação deste órgão. Toda a infra-estrutura do estande foi disponibilizada pela organização do evento, sem nenhum custo para a CGU.					
A CGU aproveitou o evento para lançar a publicação “Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão – Orientações para o Gestor Municipal em Início de Mandato”. Para tanto, foram contratados os serviços de editoração e impressão da publicação, correspondentes aos seguintes processos licitatórios:					
a) Convite 001/2008 – Criação de arte, edição, revisão de textos e elaboração de projeto gráfico, com editoração eletrônica – Empresa contratada: Zona Cultural Produções Visuais Ltda – R\$ 6.750,00;					
b) Convite 002/2008 – Impressão de 20 mil exemplares – Empresa contratada: Comercial Terra Ltda – R\$ 18.400,00					
Síntese dos resultados obtidos					

Diligência respondida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há pois se trata tão somente de pedido de encaminhamento de documentos/informações.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Controladoria-Geral da União					50303
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	007.523/2009-8	-	-	DI	Ofício nº 1431/2009-TCU/SECEX-6, de 12/11/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União – CGU-PR					88353
Descrição da Deliberação:					
Solicitou encaminhar cópia dos Memorandos 6226, 7089, 8346 e 9519 DIPAG/CGRH/DGI/CGU-PR, de 23/06/09, 14/07/09, 13/08/09 e 14/09/09, respectivamente.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Diligência cumprida mediante Ofício nº 40512/SE/CGU-PR, de 11/12/09, que encaminhou as cópias solicitadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência respondida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há pois se trata tão somente de pedido de encaminhamento de documentos/informações.					

O quadro acima contempla as diligências do Tribunal de Contas da União (TCU), cujas deliberações estão diretamente relacionadas aos atos de gestão da Controladoria-Geral da União. Cabe destacar que demais diligências originárias daquela Corte de Contas e encaminhadas à CGU, são, na maioria das vezes, endereçadas à Secretaria Federal de Controle (SFC) e estão, via de regra, relacionadas a procedimentos a serem adotados por servidores daquela unidade no desenvolvimento de seus trabalhos de fiscalização e auditoria, os quais não refletem nos atos de gestão da CGU.

A seguir estão relacionadas as diligências qualificadas na forma supracitada, enviadas pelo TCU à Diretoria de Gestão Interna, durante o exercício de 2009, as quais foram re-encaminhadas à SFC, visto que, por sua especificidade, não cabe o detalhamento neste relatório, pelos fatos acima explicitados.

Acórdão nº 670/2009 – 1ª Câmara, de 03/03/2009	1.5.4. Determinar à Controladoria-Geral da União que conste no parecer da Prestação de Contas Anual da ANTT o atendimento àquela determinação do Tribunal.
Acórdão nº 758/2009 – Plenário, de 22/04/2009	1.4.2. Determinar à Controladoria-Geral da União que faça constar no seu parecer, nas contas do exercício de 2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, se foram

	adotadas as providências ali determinadas.
Diligência nº 02291/2009-TCU/Sefip, de 13/08/2009	Solicitou disponibilizar no SISAC, no prazo de 15 dias, o parecer quanto à legalidade do ato de admissão de um servidor no cargo de Auditor Fiscal da Previdência Social.
Diligência nº 02356/2009-TCU/Sefip, de 28/08/2009	Solicitou disponibilizar no SISAC, no prazo de 15 dias, o parecer quanto à legalidade do ato de admissão de um servidor no cargo de Procurador Autárquico.
Diligência nº 02359/2009-TCU/Sefip, de 02/09/2009	Solicitou disponibilizar no SISAC, no prazo de 15 dias, o parecer quanto à legalidade do ato de admissão de uma servidora no cargo de Técnico Previdenciário.
Acórdão nº 2535/2009 – Plenário, de 04/11/2009	1.7.2. Determinar à Controladoria-Geral da União que acompanhe e supervisione os trabalhos decorrentes das determinações contidas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão nº 89/2008-Plenário, consignando os resultados das providências exigidas nos relatórios das contas correspondentes das UJ envolvidas, a saber: SRH/MPOG, UFAM/AM e CEFET/GO.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
		QUANTIDADE
Admissão	157	401
Desligamento	91	91
Aposentadoria	65	65
Pensão	06	06

Obs: Quanto às admissões esclarece-se que a superioridade no número de registros no SISAC, em comparação aos efetivos atos, deve-se a inclusão no início de 2009 de ocorrências relativas ao exercício de 2008.

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, exceto pela ressalva contida no parágrafo seguinte, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria, firmados por esta Controladoria-Geral da União (CGU) estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Os instrumentos relacionados no item 6 deste Relatório, não constam do SICONV face a indisponibilidade de módulos específicos para registro naquele sistema, na época das respectivas celebrações.</p>	
Local: Brasília (DF)	Data: 30.03.2010
Responsável: Cláudio Torquato da Silva	Cargo: Diretor de Gestão Interna

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Não há outras informações a prestar.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
Controladoria-Geral da União		20125	
<p>Declaro, na forma que estabelece o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009 e da Decisão Normativa TCU nº 102, de 02 de dezembro de 2009, que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964), referentes ao exercício de 2009, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras Jurisdicionadas ao órgão 20125 – Controladoria-Geral da União, em nível central e regional.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local:	Brasília (DF)	Data:	25 de março de 2010
Contador Responsável:	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº :	9686-DF

Brasília, 30 de março de 2010.

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho
 Secretário-Executivo
 Controladoria-Geral da União